

Referendo em França

Maastricht mais fraco:

os resultados do referendo em França põem ainda mais em evidência a exigência de um amplo debate nacional e da realização de um referendo sobre a ratificação do Tratado de Maastricht por Portugal

mas diferentemente de outras posições que têm vindo a público, o referendo que o PCP propôs que fosse constitucionalmente previsto, só faz sentido se for **prévio e condicionante** em relação à revisão constitucional através da qual o PSD e o PS pretendem adequar a Constituição a normas do Tratado de Maastricht

A crise monetária

Nota da Comissão Política • Noticiário • Artigos

Págs. 16, 17, 18, 19 e 20 • EDITORIAL

Loureiro dos Santos: uma demissão com sentido

— artigo de José Neto

Pág. 23

Savimbi ameaça o processo angolano

Pág. 15

O MAI e a anunciada reestruturação das forças de segurança

Pág. 5

Festa em Lisboa com Carlos Carvalhas

Pág. 3

Vítor Costa fala ao «Avante!» sobre os espaços verdes de Lisboa

Págs. 10 e 11



Referendo em França: o «sim» por uma unha negra

RESUMO

16
Quarta-feira

Na reunião de líderes dos grupos parlamentares, o PCP reclama a comparência do ministro da Administração Interna para dar explicações sobre o Serviço de Informações de Segurança (SIS) ■ Carvalho da Silva anuncia que a CGTP-IN vai propor o aumento do salário mínimo nacional de 44 500 escudos para 55 contos ■ O governo britânico decide retirar a libra do Sistema Monetário Europeu ■ O Parlamento Europeu defende a tomada de medidas tendentes a controlar as concentrações dos media e garantir as liberdades de informação e de expressão.

17
Quinta-feira

O Secretário de Estado do Tesouro reconhece que a manutenção da desvalorização da peseta em relação ao escudo implica uma perda de competitividade das exportações portuguesas ■ Pelo quarto dia consecutivo, um lar de refugiados em Wismar (ex-RDA) é atacado por jovens neonazis ■ Em entrevista à Rádio-France, Jacques Delors afirma que «o SME não é um remédio milagroso e não pode impedir as moedas de tomarem um certo caminho, mais conforme à sua evolução nos mercados»

18
Sexta-feira

Braga de Macedo, ministro das Finanças, comparece na conferência de líderes da A.R. pretendendo dar explicações sobre o caso da Herdade dos Frades, mas a oposição continua a considerar que o inquérito parlamentar é o instituto regimental mais adequado para o caso ■ No final de uma reunião entre o Governo e a ANMP, Mário de Almeida, Presidente da Associação, afirma que o projecto do Governo para a transferência de competências constitui «uma machadada no poder local» ■ É assinado pelo Presidente da República o decreto que exonera o General Loureiro dos Santos do cargo de Chefe do Estado Maior do Exército ■ Cerca de um milhão de manifestantes exigem, em S. Paulo, a impugnação de Collor de Mello.

19
Sábado

Mário Soares inicia, em Viana do Castelo, mais uma Presidência Aberta ■ Reunidos em Assembleia Geral Extraordinária realizada em Lisboa, elementos da Guarda Fiscal exigem a sua participação nas discussões sobre a reestruturação da instituição ■ Em cerimónia realizada no Jardim Botânico, perante selecta assistência, casa-se o Secretário-Geral da UGT, Torres Couto ■ Margaret Thatcher, ex-primeiro-ministro britânico, afirma que «o Sistema Monetário Europeu (SME), na sua forma actual, é um grave

obstáculo ao progresso económico» ■ No final da sua reunião de sete horas, em Washington, o Grupo dos Sete emitiu uma declaração em que é reafirmada a sua vontade de «continuar a cooperar e a fiscalizar de perto a conjuntura financeira e económica nos seus países e tomar as medidas necessárias a um crescimento duradouro e uma maior estabilidade monetária».

20
Domingo

Realiza-se em França o referendo sobre o Tratado de Maastricht, cujo resultado final expressa uma pequena vantagem do «sim» em relação ao «não», respectivamente 50,82% e 49,18% ■ Vítor Días, membro da Comissão Política do PCP afirma à imprensa que «o resultado mais relevante do referendo francês não é a vitória tangencial do «sim» mas a notável expressão atingida pelo «não» ao Tratado de Maastricht», acrescentando que «os resultados põem em evidência a necessidade de um amplo debate nacional e a realização de um referendo em Portugal.» ■ Mário Soares considera a margem obtida pelo «sim» suficientemente pequena para obrigar a uma reflexão em toda a Europa ■ Forças políticas próximas das posições chinesas vencem as eleições directas para a Assembleia Legislativa de Macau.

21
Segunda-feira

Associações empresariais acusam o Governo de manter o escudo a um nível excessivamente elevado, o que afecta as exportações nacionais ■ Na Assembleia da República iniciam-se os trabalhos da Comissão Eventual para a Revisão Constitucional ■ Dias Loureiro anuncia para Outubro reestruturação das forças de segurança ■ João de Deus Pinheiro preconiza, em Nova Iorque, a revisão do Sistema Monetário Europeu ■ Yitzhak Rabin afirma no Parlamento israelita que deseja obter uma paz total e separada com a Síria.

22
Terça-feira

A Associação Académica de Coimbra reitera recusa de aumento de propinas para o ensino superior e lembra que o Estado tem que «assumir as suas responsabilidades» ■ Trabalhadores do complexo de Sines ameaçam entrar em greve contra anunciado despedimento colectivo de 70 profissionais da fábrica Neste ■ Ministro espanhol da Economia afirma que o Tratado de Maastricht deve ser revisto, nos aspectos relacionados com a soberania dos Estados, o princípio de subsidiariedade e as condições de entrada na União Monetária ■ Primeiro-Ministro russo preconiza novas medidas de austeridade e prevê agravamento da situação socioeconómica.

Agora nós

«Não a Maastricht» de praticamente metade do eleitorado francês dá mais força aos que em Portugal lutam contra a ratificação do Tratado da União Europeia.

O resultado do Referendo em França põe muito especialmente em causa o processo que o PSD e o PS combinaram e querem impor para a ratificação do Tratado pelo nosso país, no restrito quadro da Assembleia da República, sem informação nem debate nacional, sem qualquer forma de participação popular — verdadeiramente nas costas do povo.

É assim que, ridiculamente, no dia seguinte ao referendo que abalou até aos alicerces a concepção de União Europeia saída de Maastricht, uma comissão da Assembleia da República, sob a batuta do PSD e do PS, reuniu-se para iniciar os trabalhos de adaptação da Lei Fundamental do País ao Tratado tão largamente contestado e de que ainda não se sabe o destino, sem se preocupar minimamente com a opinião e os sentimentos do nosso povo a tal respeito.

Estamos perante um processo cada vez mais inaceitável.

O resultado do Referendo em França (como já antes o da Dinamarca), apesar das pressões, manipulações, dramatizações e chantagens exercidas sobre o eleitorado, evidencia um profundo desfazamento entre as posições dos Governos, Parlamentos, deputados e estados maiores dos partidos dominantes, de um lado, e a vontade popular, do outro, em relação aos desenvolvimentos da integração europeia e no que toca especialmente às questões da soberania e independência nacional.

É incontestável que à medida que se foram tornando conhecidas as implicações e as consequências do Tratado de Maastricht se desenvolveu e desenvolve um poderoso movimento contra a sua ratificação na generalidade dos países comunitários.

Mesmo em Portugal, onde o Governo e PS tudo têm feito para impedir, sufocar e obstruir o esclarecimento e o debate em torno do Tratado da União Europeia, todos os indicadores confirmam uma crescente vontade de conhecer e intervir e o desenvolvimento de uma forte corrente a favor do «Não», o que o êxito do abaixo-assinado em curso, igualmente, testemunha.

Com que legitimidade, então, partem o Governo Cavaco Silva, o PSD e o PS para a ratificação do Tratado, se nunca lhes foi conferido qualquer mandato específico nesta matéria e, como se tem visto, é tão sensível e profunda a evolução da opinião popular no sentido do «Não»?

Acresce que está pendente para

apreciação da Assembleia da República o projecto de lei do PCP, apresentado com o exclusivo objectivo de tornar possível, a título extraordinário, um referendo em que o povo português manifeste a sua vontade.

Nenhum processo de revisão da Constituição pode ser legitimamente iniciado sem que antes seja discutido e votado pela Assembleia da República o projecto de lei do PCP que torna possível o referendo sobre Maastricht.

A justeza e a oportunidade de tal referendo ganharam ainda maior importância com a evolução da situação do nosso país e o voto de 49 por cento dos franceses a favor do «Não». É uma questão que não pode ser remetida para o secretismo da Comissão. Exige um debate prévio

Nenhum processo de revisão da Constituição pode ser legitimamente iniciado sem que antes seja discutido e votado pela Assembleia da República o projecto de lei do PCP que torna possível o referendo sobre Maastricht.

a qualquer outro, no plenário da Assembleia da República, com duração e horário e cobertura pela comunicação social correspondentes à dignidade da matéria que está em apreço. Trata-se de exigências incontornáveis.

Só uma completa insensibilidade perante a vontade dos povos pode negar profundo fundamento democrático a estas exigências.

Cavaco Silva deu mais uma vez provas desta insensibilidade, co-mo já tinha acontecido quando do referendo na Dinamarca. Agora perante um resultado que divide a França ao meio, o Primeiro Ministro não hesitou em reduzi-lo à «vontade da França de continuar a ser o pilar da construção europeia». De qual França?, apetece perguntar-lhe.

Em contradição com Cavaco Silva, mas numa linha igualmente autoritária, manifesta-se outro dirigente do PSD, o Comissário Cardoso e Cunha. Este resolveu ralhar à França, observando-lhe: «Os problemas da Comunidade Europeia exigiam, da parte de um país que sempre esteve na linha da frente, uma vitória mais clara».

Também o PS procurou desvalorizar o alto significado político da

grande votação contra Maastricht alegando, como fez António Guterres, que «os franceses não responderam apenas à pergunta que lhes foi feita, mas manifestaram também o seu desencanto em relação à vida política francesa».

O que é especialmente significativo é que os dirigentes do PSD e do PS que se permitiram participar na campanha do referendo em França, fazendo a propaganda pelo Sim, recusam em Portugal o debate nacional e o referendo e procurem impor um processo de ratificação do Tratado a todo o vapor e o menos conhecido e discutido possível.

A ratificação a todo o vapor parece ter-se tornado o grande objectivo dos defensores do Sim no nosso país, depois do susto da campanha do referendo francês e em face das crescentes reticências dos britânicos e do terramoto que põe em crise o sistema monetário europeu. Até alguns dos elementos mais salientes do «Movimento pró-referendo», de facto promotores do Sim por outra forma como se tem revelado, estão a defender que «o Tratado deve ser ratificado quanto antes», o que significa o abandono da defesa do referendo, precisamente quando a sua possibilidade vai ser discutida na Assembleia da República.

As pressões para a ratificação a todo o vapor são já acompanhadas e temperadas de declarações afavelmente apaziguadoras e tranquilizadoras de responsáveis, que irão naturalmente repetir-se e ampliar-se por parte dos mais altos dirigentes comunitários.

O ministro Deus Pinheiro deu já internamente o mote ao falar de «mudança de métodos», «maior transparência», «maior aproximação dos cidadãos» (mas sem debate, nem referendo, claro).

Este discurso apaziguador reflecte as grandes dificuldades em fazer avançar o Tratado, mas tem em vista sobretudo amortecer e desmobilizar a oposição e a luta contra a sua ratificação. Trata-se do conhecido método de «adoçar a pílula».

É indispensável ter presente que as afáveis declarações dos responsáveis não mudam uma vírgula à Maastricht e que são sobretudo produzidas pelos que se mostram mais intransigentes na recusa de qualquer alteração, revisão ou renegociação do Tratado.

O caminho é, pois, aproveitar o impulso favorável do «Não» francês e a evolução das condições do País para prosseguir e intensificar o trabalho de informação e esclarecimento, a actividade a favor de um debate nacional e de um referendo que dê a palavra ao povo, a campanha (incluindo a ampla recolha de assinaturas) pelo «Não a Maastricht!».

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira. Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Gullões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heeka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.700\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.



Carlos Carvalho na festa do Carmo

A luta e a resistência populares vão intensificar-se e alargar-se

Falando durante a Festa popular que se realizou no passado sábado em Lisboa, no Largo do Carmo, e reuniu muita gente, entre a qual se destacava a presença da juventude, o Secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalho, proferiu um discurso de que publicamos hoje passagens significativas. Carvalho começou por agradecer aos moradores da Freguesia do Sacramento, à sua Associação de Reformados, à Junta de Freguesia, o convite formulado e o apoio que expressamente e em fotografia foi prestado em campanha eleitoral. Saudou também, em nome do Comité Central do Partido, todos os camaradas e todos os portugueses e portuguesas presentes na "festa popular de amizade, confraternização e solidariedade, independentemente do quadrante político em que se situem". Abordou em primeiro lugar aspectos da situação política nacional:

O Governo, insensível a graves e dramáticas situações sociais, prepara-se para passar ainda mais os custos da sua política para os trabalhadores, para os reformados, pensionistas e idosos e para as camadas médias, ao mesmo tempo que prossegue a política do clientelismo, da corrupção generalizada e da centralização de capitais.

Insensível ao agravamento das condições de vida, prepara-se para impor tectos salariais com vista à redução dos salários reais dos trabalhadores, nomeadamente em relação aos trabalhadores da função pública, com propostas salariais muito abaixo da inflação prevista, e anuncia o propósito de deixar continuar a degradar sectores da máxima importância para o futuro do País e para o bem-estar dos cidadãos, como a educação, a saúde e a habitação, desresponsabilizando-se em relação às suas obrigações sociais e constitucionais.

É a política da concentração da riqueza e da acentuação das desigualdades, marginalizando milhares de famílias de um nível de vida digno.

(...)
O Governo sabe que as populações e os trabalhadores não vão ficar de braços cruzados, que esta política vai originar necessariamente luta e resistência popular que se deverá intensificar e alargar.

Por isso avança com a lei antigreve, faz ameaças, joga com a instabilidade económica, com o emprego precário e o desemprego, avança com a lei do segredo de Estado para evitar que a opinião pública conheça a preparação das suas malfetorias e os casos Pedro Caldeira do Governo, e estimula actuações inconstitucionais e ilegais dos serviços de informações, que segundo declarações do seu mais alto responsável se tem dedicado à vigilância de actividades sindicais e políticas, utilizando formas de infiltração e interferência.

Isto é inadmissível no Portugal democrático.

Continuar a luta

É preciso dizer não a esta política, é preciso dizer não ao "quero, posso e mando", mesmo quando este aparece disfarçado na pele de cordeiro ou com falinhas mansas.

A luta vai continuar.

Com o prosseguimento de tal política é de contar que milhares de portuguesas e portugueses, muitos dos quais

deram o seu voto a Cavaco Silva, se levantem e convirjam numa vasta frente de luta.

É nossa tarefa e uma tarefa importante transformar a luta reivindicativa em oposição política à direita, em oposição política a este Governo.

Nós empenharemos todas as nossas forças na defesa da democracia em todas as suas vertentes, e estamos e estaremos com os trabalhadores no exercício de um dos seus direitos fundamentais, o direito à greve, bem assim como na luta pelo respeito dos direitos sindicais nas empresas, por melhores salários, pelo emprego e pela redução do horário semanal de trabalho.

Estamos e estaremos na Assembleia da República e fora dela com os reformados pelo aumento das pensões e reformas.

Nós lutamos e lutaremos contra as taxas moderadoras, o aumento do preço dos medicamentos e a entrega do sector da saúde ao negociado.

Nós lutamos e lutaremos pela defesa do ensino público e por uma efectiva reforma da escola.

Nós lutamos e lutaremos para que o Estado assumas as suas responsabilidades em relação à habitação social e em relação à habitação em geral, e que cumpra as suas promessas eleitorais em relação aos jovens e às mulheres.

Não a Maastricht

Carlos Carvalho abordou seguidamente o tema de Maastricht, ainda na expectativa dos resultados do referendo francês. E disse:

No domingo, realiza-se em França o referendo sobre Maastricht.

Seja qual for o resultado, depois do «Não» da Dinamarca e da expressão que o «Não» já atingiu em França, mesmo com a vitória do «Sim», o Tratado já está fragilizado e comprometido. A expressão do «Não» em todos os países mostra com clareza como este tratado foi elaborado, no segredo dos gabinetes, com o desconhecimento dos cidadãos, quando diz respeito à vida de cada um de nós.

(...)

Nós continuaremos a reclamar um referendo nacional sobre Maastricht e um debate sério, sem chantagens, que informe os cidadãos sobre as questões centrais que estão em jogo, para que estes possam ajuizar e decidir em consciência.

(...)

É necessário que os portugueses saibam que com Maastricht Portugal perde capacidade de decisão, que importantes atributos da soberania nacional, como a condução da política monetária, orçamental e cambial, a emissão da moeda, são transferidos para Bruxelas.

Que as decisões são em grande parte tomadas por maioria qualificada (54 em 76 votos), o que significa, tendo em conta a ponderação de votos entre os Estados membros, que nenhuma decisão pode ser tomada com a oposição dos três grandes países. Por exemplo, a Alemanha, França e Grã-Bretanha têm em conjunto 30 votos, o que significa que não há maioria qualificada sem os seus votos.

Mas, em contrapartida, muitas decisões podem ser tomadas com a oposição de cinco pequenos países, como Portugal, Grécia, Holanda, Irlanda e Dinamarca que, em conjunto, apenas dispõem de 21 votos.

Temos já um exemplo claro. O projecto de Orçamento Comunitário para 1993, que tem cortes substanciais nos fundos estruturais e não inscreve qualquer verba para o Fundo de Coesão, foi aprovado contra os votos de Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia!

E esta questão é ainda mais grave quando é o próprio Sr. Delors a afirmar que no futuro mais de 80% da legislação económica dos Estados passará para a competência comunitária, isto é, será elaborada por eurocratas bem pagos, em circuito fechado, longe dos cidadãos.

O Congresso

Como sabem, na última reunião do Comité Central aprovámos os projectos de alterações dos Estatutos e do Programa. Aqueles que tudo têm feito para que abandonemos a nossa identidade e a nossa natureza de classe, para que nos "socialdemocratizemos" perdem o seu tempo. O importante debate que os precedeu vai continuar agora. Apelamos a todos os camaradas para que na diversificada reflexão colectiva e individual contribuam com as suas propostas de modo a aprofundarmos as análises e as propostas, mantendo ao mesmo tempo o nosso diálogo com a sociedade e a intervenção activa ao lado dos trabalhadores, dos jovens, das mulheres, dos intelectuais, dos pequenos e médios empresários.

Nós, Partido do proletariado - Partido da classe operária e de todos os trabalhadores -, mantemos o socialismo como projecto válido e necessário, como projecto que enriquece, desenvolve e aprofunda os elementos fundamentais da democracia avançada que propomos no nosso Programa.

O capitalismo não resolve os problemas da humanidade. Três quartos (3/4) da população mundial vive na miséria. Um pouco mais de 15% da população mundial dispõe de mais de 78% das riquezas do planeta.

O que se tem denominado "cooperação Norte/Sul" não tem sido mais, na prática, do que a transferência de riquezas do Sul para o Norte.

A Europa dos Doze conta com mais 53 milhões de pobres e cerca de 15 milhões de desempregados.

A exclusão social não é uma realidade marginal, mas um fenómeno de massas.

O triunfo do capitalismo floresce assim no imenso cemitério das suas vítimas: segundo a UNICEF, quarenta mil crianças morrem em cada dia de má nutrição.

Esta é a lei do designado capitalismo triunfante: o lucro antes do homem, a marginalização dos seres humanos que entravam o lucro.

No Portugal do limiar do século XXI, o caminho do socialismo é o do aprofundamento da democracia.

O socialismo constrói-se com o povo. Não há socialismo sem o apoio popular e muito menos contra o povo.

Os acontecimentos na Europa Central e de Leste e na União Soviética mostram que na construção da sociedade socialista as soluções adoptadas para os mais diversos problemas têm de estar constantemente sujeitas à verificação dos resultados, prontas à correcção e à mudança quando necessárias, abertas ao constante aperfeiçoamento e enriquecimento. A experiência mostra também que para impedir um distanciamento entre os governantes e as massas, são essenciais o exercício efectivo do Poder pelo povo, o controlo popular e a consideração permanente do aprofundamento da democracia, compreendida na complementaridade das suas vertentes económica, social, política e cultural.

Continuaremos a preparar o Congresso, sem deixar de estar voltados para a vida e para a sociedade, para os trabalhadores, para a intervenção e para a luta.

Aqueles que nos conhecem mais de perto e não pela óptica dos preconceitos e da desinformação, sabem que podem contar connosco, que não faltaremos à palavra dada, que estamos e estaremos com as populações, nas pequenas e nas grandes lutas, nas horas más e nas horas boas.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Caso Monte dos Frades

"Esclarecimentos" de Braga de Macedo insuficientes para apurar a verdade

Braga de Macedo foi à Assembleia da República, na passada semana, para prestar esclarecimentos sobre o caso Monte dos Frades. A fórmula encontrada, por imposição do PSD, após sugestão do Presidente da Assembleia da República - em vez da audição em comissão parlamentar sugerida pela oposição, única instância regimental vocacionada para o efeito -, foi a de ouvir o ministro na Conferência de Líderes Parlamentares. Em sinal de protesto, no decorrer da reunião, os partidos da oposição não fizeram quaisquer perguntas e insistiram na necessidade de serem ouvidas outras partes envolvidas no processo, nomeadamente o IFADAP.

Com o seu silêncio, desmontaram assim aquilo que tudo fazia crer ser uma encenação bem montada, deram público testemunho do seu repúdio pela forma pouco democrática como a maioria impôs esta audição (quer pela sede escolhida, quer pela metodologia seguida ao não ouvir outras entidades), conseguindo simultaneamente deixar a falar sozinho PSD e Braga de Macedo.

Com efeito, depois das

intervenções iniciais, a reunião transformou-se numa espécie de conversa em família, aberta à comunicação social, com a maioria através do seu líder parlamentar, Duarte Lima, a formular um imenso rol de perguntas de grande utilidade não para o esclarecimento efectivo de toda a trama que envolve o caso Monte dos Frades, mas para que Braga de Macedo tivesse ensejo de dizer, entre outras coisas do género, que está a ser alvo de uma "campanha infame" movida contra a sua pessoa.

Uma opinião ética e politicamente respeitável, não fora dar-se o caso, como efectivamente sucedeu, ter faltado ao ministro "ofendido", como lhe chamou Jaime Gama (PS), e à maioria que o apoia, ter acedido a que fossem disponibilizados os mecanismos necessários para que toda a verdade fosse apurada.

E para que isso sucedesse e fizesse sentido pedir ao ministro "esclarecimentos adicionais" sobre o caso - o objectivo expresso desta reunião -, importaria primeiro que tivessem sido ouvidas em sede própria outras entidades, nomeadamente o

Documentação essencial requerida pelo PCP

O PCP solicitou ao IFADAP, com carácter de urgência, o envio do relatório ou inquérito realizado por este organismo à Herdade do Monte dos Frades bem como o respectivo processo. Feito em requerimento subscrito pelo deputado Lino de Carvalho, entregue faz hoje uma semana, este pedido da bancada comunista justifica-se do seu ponto de vista pela necessidade de um "cabal esclarecimento das condições em que foi concedido" o subsídio do IFADAP àquela propriedade do ministro das Finanças.

No texto do requerimento dirigido ao Presidente da Assembleia da República, o deputado comunista recorda a propósito um memorando enviado por Braga de Macedo ao Parlamento, no qual confirma a concessão por aquele organismo tutelado pelos Ministérios das Finanças e da Agricultura de um investimento de 5600 contos para investimento na referida herdade.

Citando passagens do mesmo memorando, Lino de Carvalho lembra ainda que elas revelam que o ministro confirma igualmente, como se pode ler, que "em Janeiro de 1992, estando Jorge Braga de Macedo já

no exercício das suas funções como ministro, foi decidido pelos proprietários" - o próprio Braga de Macedo e um seu cunhado - "dar um destino à herdade..." através de "uma fórmula" que torneasse o facto de a "lei que regula a concessão do subsídio a jovem agricultor obrigar ao exercício pessoal da actividade agrícola na exploração, utilizando o equipamento subsidiado, por um período mínimo de cinco anos".

Num outro requerimento, também por si rubricado, Lino de Carvalho solicita a Braga de Macedo o envio urgente das cópias de três documentos citados pelo ministro das Finanças no memorando que entendeu enviar à Assembleia da República. Considerada pelo deputado comunista como informação necessária para o esclarecimento dos factos, trata-se dos contratos de empréstimo celebrados com a Caixa de Crédito Agrícola Mútua de Avis, do contrato celebrado entre Braga de Macedo e o seu cunhado que foi apresentado ao IFADAP e do contrato-promessa e do contrato de comodato celebrado com o agricultor Manuel Joaquim Saias.

IFADAP - uma das questões centrais colocadas pela oposição - e só então, depois, na posse das peças principais de todo o processo existente naquele organismo, poder avaliar com isenção e rigor o quadro em que foi atribuído o subsídio ao ministro das Finanças.

"Só depois de ouvirmos as

versões dos acontecimentos de todas as entidades envolvidas, e depois de conhecermos os documentos essenciais - que eventualmente mostrem que o "memorando" do ministro falseia os factos ou não contém todos os factos - só então se colocará a necessidade de solicitar outros esclarecimentos ao minist-

ro", referiu a propósito o líder da bancada comunista, Octávio Teixeira.

Na sua intervenção, o dirigente comunista acusou ainda o PSD e o Governo de não demonstrarem uma "vontade efectiva de esclarecimento da situação", ao pretenderem que apenas seja ouvido o ministro das Finan-

ças e mais ninguém, realçando por último a conveniência de que o caso seja aclarado, em sede própria e não na conferência de líderes, objectivo que só poderá ser alcançado com "a audição de outras entidades cujas versões dos acontecimentos contradigam o «memorando» do Ministro".

Situação explosiva no Douro e Governo nada faz

A grave crise que atinge o Douro voltou a concitar a atenção da Assembleia da República. Suscitada pelo PCP na última reunião da Comissão Permanente, a questão trouxe para primeiro a situação em que se encontram os 35 mil produtores da região duriense, na sua maioria pequenos produtores com menos de cinco pipas, muitos deles à beira da ruína e da falência em consequência de ainda não lhes ter sido pago o vinho das campanhas de 90 e 91.

Lino de Carvalho, ao descrever perante a Câmara a situação actual, não hesitou mesmo em classificá-la de "explosiva", quer do ponto de vista económico quer social; assinalando que neste momento, à beira de

uma nova vindima, a "crise está a atingir o seu ponto máximo" num sector que tem um peso decisivo para a economia regional e nacional e para a vida de dezenas de milhares de famílias.

Vindo a desenvolver-se de há alguns anos a esta parte, com crescentes dificuldades no escoamento e baixa de preços do vinho tratado, sem que o Governo tenha adoptado as necessárias medidas de apoio e intervenção, esta crise decorre ainda, na opinião da bancada comunista, da ausência de uma política que "defenda e valorize o Vinho do Porto", a par da não diversificação dos mercados externos e da legalização de milhares de cepas das Casas Exportadoras Multinacionais ilegalmente plantadas.

Citando alguns exemplos que testemunham sem sombra de dúvida o que poderemos considerar como inércia e incúria do Executivo, Lino de Carvalho referiu nomeadamente o caso do empréstimo de quatro milhões de contos negociado com o Banco Mundial em condições favoráveis para a lavoura duriense, cujo processo continua ainda por desbloquear por culpa do Executivo. Incompreensível, do ponto de vista do deputado comunista, é ainda o facto de em pleno início das vindimas não estarem definidos os preços tanto para os mostos como para o vinho de pasto, do mesmo modo que é inaceitável, observou, que não se conheçam ainda os valores das indemnizações a atribuir aos produtores com vinhas legalizadas ao abrigo do DL 43/80 ou com vinhas tradicionais afectadas pela atribuição do benefício a favor das vinhas do PDRITM ou pela alteração da distribuição do benefício do milheiro para o hectare.

E se o Governo, pela sua responsabilidade em todos estes casos, está claramente sentado no banco dos réus, Lino de Carvalho não deixou igualmente de lançar palavras acusadoras aos exportadores que, disse, estão a aproveitar a crise no sentido, por um lado, de porem em

causa a Casa do Douro e retirar-lhe competência e autonomia e, por outro, de atacarem o processo de concessão de benefício, liberalizando-o e desregulamentando-o.

Para a bancada comunista, que deixou clara a sua posição sobre o assunto, ao expressar por intermédio de Lino de Carvalho a sua convicção de que a "Casa do Douro é um organismo fundamental para a defesa dos lavradores durienses", isto independentemente das

"actuações erradas de sucessivas direcções", importa por conseguinte que o Governo deixe de se alhear dos problemas que vive a região do Douro, desbloqueie os meios necessários à resolução dos problemas, e deixe de alimentar as manobras "daquelles que querem desmantelar o sistema de benefício e a Casa do Douro prejudicando os produtores e favorecendo os interesses das grandes multinacionais e casas exportadoras".

Passando ainda uma breve

revista sobre o quadro de problemas com que se confronta a agricultura nacional, Lino de Carvalho chamou a atenção para a questão dos preços de miséria oferecidos aos produtores pelo vinho comum, a que se junta a falta de escoamento, enquanto os fruticultores são obrigados a vender a fruta ao desbarato, os produtores de tomate aguardam pelo pagamento dos subsídios que lhe são devidos e os produtores de batata e de cebola não conseguem vender a sua produção.

Apoios à iniciativa

Mesmo em cima do debate sobre a grave crise que afecta a região do Douro foi recebida no Grupo Parlamentar comunista uma missiva da Comissão de Defesa das Vinhas da Lei 43/80, bem como um telefonema do Dr. Abílio Pereira, Presidente da União das Adegas Cooperativas do Douro, que, nessa qualidade, quis expressar o seu agrado e apoio à iniciativa da bancada comunista de levar o assunto ao Parlamento.

Na carta, onde igualmente se inscrevem palavras de agradecimento pelo interesse do PCP em torno desta matéria, a Comissão de vitivinicultores alerta para o espectro da fome que paira sobre a região e reclama "acções de apoio" para os lavradores e trabalhadores agrícolas atingidos por "esta situação calamitosa".

PCP propõe medidas de emergência

No próprio dia do debate sobre a situação no Douro, o Grupo Parlamentar do PCP entregou na Mesa da Assembleia da República um projecto de resolução no qual se propõem três medidas de emergência com vista a fazer face aos gravíssimos problemas com que se debatem os agricultores durienses.

Para a bancada comunista, a adopção destas medidas evitará o deflagrar da actual situação explosiva que se vive na região, protegendo e apoiando simultaneamente o que Lino de Carvalho definiu como um «sector vital para a economia regional, importante para o País e do qual depende a vida de dezenas de milhares de viticultores sem alternativa para a sua sobrevivência como agricultores».

Eis as medidas preconizadas pela bancada comunista:

— Definição e publicação imediata dos

preços para os mostos a beneficiar e para o vinho de pasto, no mínimo, ao nível da vindima de 1991, acrescidos dos valores da inflação, garantindo à Casa do Douro os créditos necessários à sustentação desses preços numa eventual intervenção.

— Estabelecimento, em diálogo com as organizações de viticultores da região, dos valores das indemnizações a atribuir a todos os pequenos e médios viticultores que tiveram o seu quantitativo de benefício reduzido ou eliminado.

Tais indemnizações deverão ser liquidadas nos prazos e condições em que são pagos os mostos adquiridos pelas Casas Exportadoras e pela Casa do Douro.

— Desbloqueamento da verba de 4 milhões de contos de empréstimo do Banco Mundial já negociado e concedido à Casa do Douro com vista a que esta pague os valores em dívida à lavoura duriense.

O MAI e a anunciada reestruturação das forças de segurança

Em 25 de Julho, após dois meses de "fugas de informação" sabiamente administradas pela equipa de "fazedores de imagem" do Ministério, o MAI escolheu Paris para anunciar a decisão de reorganizar o dispositivo das forças de segurança.

Ficou-se também a saber - a isto chama-se "criar expectativa" - que a reestruturação projectada será tornada pública em meados de Outubro.

Lamentável, quer a opção por fazer declarações desta importância no estrangeiro, revelando falta de seriedade no desempenho de funções de Estado, quer o estilo mediático, que transforma a prática de governação em exercício de autopromoção.

Será que o ministro Loureiro, também neste caso, quis provar que não fica atrás do ministro Nogueira, seu "estimado" correligionário que, em tempos, escolheu Roma para fazer declarações sobre a reestruturação das forças armadas nacionais?

O que se vai sabendo e se adivinha

Mau grado todo o seu conservadorismo, espanta-nos hoje o atraso com que o PSD a governar compreendeu a velha exigência de reestruturação das forças de segurança.

Mas quanto ao cerne dessa reestruturação, quanto aos seus objectivos e processos, o PSD permanece em posições retrógradas e "cinzentonas".

Aliás, as parcelas da anunciada reestruturação, reveladas a conta-gotas pela imprensa próxima do poder, estão prenhes de contradições e aspectos negativos.

Assim, por exemplo, na intenção governamental de "concentrar efectivos" e "reduzir esquadras e postos" adivinha-se e condena-se a preocupação de reduzir despesas sociais e o abandono do policiamento regular de extensas zonas, em que se verificarão apenas incursões policiais de características essencialmente repressivas.

No objectivo de "alteração do dispositivo", que consistiria em "colocar a P.S.P. apenas nas capitais de distrito e áreas metropolitanas", adivinha-se e lamenta-se o surgimento dum grande número de conflitos com autarquias e populações a quem aquela força tem prestado bons serviços.

Na "troca da P.S.P. pela Guarda Nacional Republicana (G.N.R.)" ou vice-versa, em muitas cidades e vilas do país, adivinha-se e reprova-se o completo desrespeito pela situação dos respectivos profissionais.

No esforço para "consolidar e estender a área de competência da G.N.R." e aí integrar "efectivos excedentários da Guarda Fiscal (G.F.)", adivinha-se e repudia-se o inaceitável objectivo de manter a G.N.R. afastada da modernização e amarrada a conceitos militaristas e capacidades repressivas absolutamente estranhas à natureza das suas missões policiais, continuando a não respeitar devidamente os direitos e interesses dos profissionais.

E como para confirmar que esta leitura das intenções e efeitos da anunciada reestruturação das forças de segurança urdida pelo MAI não é excessivamente negativa, aí estão as teorias da tal imprensa bem informada, que acompanham as notícias sobre a reestruturação.

Aparece a ideia de que "afinal temos polícias a mais" como que a preparar a opinião pública e os profissionais para aceitarem sem resistências as transferências e deslocamentos previstas ou, pior ainda, preparando também aqui um pacote de dispensas de pessoal "excedentário" sem acautelar os direitos e perspectivas dos profissionais ou a tranquilidade e segurança das populações.

Surge também, nas intenções governamentais formalmente apresentadas à Associação Nacional de Municípios, o objectivo de descentralizar a competência pelas instalações das forças de segurança, no que constituiria mais uma desresponsabilização efectiva do Estado, com a passagem

dos problemas - que não os meios - para o poder local.

Este objectivo governamental, a consumir-se, poderia a prazo abrir caminho a um outro particularmente gravoso: a "municipalização da P.S.P.", que se transformaria numa força estritamente local e da exclusiva responsabilidade das autarquias.

O Governo livrar-se-ia assim do "detestado" sindicalismo da P.S.P. e garantiria para si uma poderosa G.N.R., que o MAI pretende *ad eternum* sem direitos, governamentalizada e repressiva.

Finalmente, como seria de esperar e algumas notícias indiciam, a pedra de toque das intenções reestruturadoras do MAI é a segurança privada. Ser-lhe-iam oferecidas as actividades rentáveis e alargadas as possibilidades de acção em áreas potencialmente perigosas e que, até agora, são da exclusiva responsabilidade das autoridades policiais.

Aliás, como para comprovar e testar estas teorias, diversas Câmaras do PSD, na área do Porto, criaram estruturas semiprivadas que apelidaram de "Polícia Municipal" e que, servindo-se da generalizada carência de segurança das populações, exorbitam claramente a legalidade e constituem autênticas milícias privadas do poder económico e político estabelecido.

digno de trabalho.

Os efeitos da experiência não se fizeram esperar. Protestos generalizados dos agentes da P.S.P. ameaçados de transferência e movimentações massivas das populações afectadas, dos comerciantes, dos industriais, das escolas e dos sindicatos, que temem que a substituição resulte na degradação da segurança e tranquilidade públicas.

O próprio Presidente da Câmara, do PSD, sob o impacto das movimentações populares, parece ter recuado no seu apoio incondicional ao projecto do MAI.

Ou seja, a experiência, independentemente do seu desfecho, constitui já uma derrota da política do MAI e um claro alerta para as dificuldades com que se vai defrontar a anunciada reestruturação das forças de segurança.

É necessário um debate nacional

Qualquer reestruturação das forças de segurança, que pretenda efectivamente resolver as enormes carências de segurança e tranquilidade das populações, tem de ter em atenção alguns aspectos-chave.

Antes de mais é indispensável assegurar uma coordenação eficaz entre as diversas forças - uma fonte do próprio MAI afirmava em Março deste ano que "o Gabinete Coordenador de Segurança tem passado despercebido".

Assume também grande importância uma ligação estreita entre as forças de segurança e as populações, que viabilize e optimize uma acção preventiva e dissuasora em detrimento de práticas repressivas.

Por outro lado, é indispensável encarar com ponderação as necessárias alterações no dispositivo das forças de segurança privilegiando sempre a via do diálogo com os seus profissionais e ganhando a compreensão e confiança das populações.

E não parece fácil, nem será eficaz, alterar o dispositivo sem retirar à G.N.R. e à G.F. o estatuto de "corpos militares", atribuindo-lhes características civílicas e judicializadas e modernizando-as no quadro da sua ligação à sociedade e do respeito devido aos direitos e interesses dos seus profissionais.

Finalmente, é essencial a realização dum grande Debate Nacional, organizado pela Assembleia da República, que oiça as forças políticas e sociais, as populações, as instituições, os profissionais e os especialistas, que procure um consenso mínimo para uma questão de tamanha delicadeza e evite soluções apressadas, economicistas e governamentalizadoras, potencialmente conflituais.

Pela nossa parte - P.C.P. - demos passos no sentido de propiciar esse debate nacional e apresentámos na Assembleia da República várias iniciativas com esse objectivo, nomeadamente dois projectos de lei - alterando os estatutos da G.N.R. e G.F. - e dois projectos de audição parlamentar - sobre a reestruturação da G.F. e a coordenação das forças de segurança. Outros se seguirão.

Esperemos que outras forças políticas, nomeadamente o PS, sigam o exemplo e pressionem a discussão política e o esclarecimento público sobre este importante problema nacional.

Para que não seja possível, ao MAI e ao PSD no Governo, escondidos por trás dum imenso espectáculo mediático, eludir o debate e a necessária busca de consensos e, mais uma vez, legislar à socapa, na sombra dos gabinetes e contra os interesses dos profissionais e da segurança e tranquilidade das populações.



Os casos dos Olivais e de Penafiel

Desde há meses o ministro Loureiro apostou em algumas "experiências-piloto" do seu projecto de reestruturação.

Em Lisboa, na zona dos Olivais, substituiu diversas pequenas instalações policiais por uma grande infra-estrutura e investiu meios humanos e materiais excepcionais. Desta forma a "experiência piloto" será um "êxito", mas a realidade subsequente poderá ser um fracasso.

No Norte, em Penafiel, neste caso sem assumir publicamente a responsabilidade das decisões, resolveu substituir a esquadra local da P.S.P. por um posto da G.N.R.

Procurava viabilizá-lo com menos efectivos, o que só é possível porque, ao contrário da P.S.P., os agentes da G.N.R. não alcançaram ainda o direito a um horário con-

A DORL toma resoluções sobre a preparação do Congresso

● Iniciativas no distrito de Lisboa

A Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP - DORL - fez no sábado passado uma primeira abordagem das propostas de alteração ao Programa e aos Estatutos que o Comité Central colocou em debate em todo o Partido, tendo a reunião examinado ainda questões da situação social e política e a actividade do Partido no distrito. No centro do debate estiveram a preparação do Congresso, a luta dos trabalhadores, a campanha de esclarecimento pelo Não a Maastricht e as eleições autárquicas do próximo ano, bem como questões sobre a juventude e os intelectuais.

Entre as várias resoluções tomadas pela DORL, destacam-se, entre outras, as que contemplam os preparativos do Congresso, o apoio ao abaixo-assinado contra o Tratado de Maastricht, a luta contra a Lei da Greve, o apoio às lutas estudantis e dos municípios.

A DORL tomou decisões sobre a realização de numerosas reuniões, plenários e debates "inseridos numa forte dinâmica de participa-

ção dos militantes do Partido no distrito na preparação do XIV Congresso" e aprovou um calendário de iniciativas para aprofundamento de temas em discussão, com relevo para: "O Partido. Valores e Projecto"; "Integração Europeia"; "Democracia e Socialismo no Programa do PCP"; "Internacionalismo, Cooperação, Solidariedade. Luta anti-imperialista"; "O capitalismo - A situação económica portuguesa".

No quadro da campanha do PCP pelo Não a Maastricht, a DORL decidiu promover uma série de iniciativas por todo o distrito, destinadas à informação e debate "que muito justamente os cidadãos reclamam sobre esta matéria", e resolveu apelar "aos cidadãos do distrito de Lisboa para subscreverem o abaixo-assinado dirigido à Assembleia da República, promovido por um conjunto de personalidades e onde os signatários manifestam o seu desacordo com o Tratado de Maastricht, dirigindo-se àquele órgão de soberania para que

não proceda à sua ratificação".

Lutas sociais

A DORL tomou ainda diversas resoluções respeitantes a lutas em perspectiva. Nomeadamente:

"A luta contra as alterações à Lei da Greve, contra a tentativa de contenção salarial por parte do Governo e do patronato e pela melhoria real das condições de vida dos trabalhadores, pelo aumento do Salário Mínimo Nacional e das reformas e pensões, pela redução do horário de trabalho para o máximo de 40 horas semanais, contra os despedimentos, o encerramento de empresas e departamentos, a precarização do emprego e a crescente desresponsabilização do Estado em relação às suas obrigações sociais. A luta contra a destruição do sector público da economia e a denúncia do clientelismo e da corrupção que envolvem as privatizações".

A reunião condenou a "liberalização completa do preço do pão e o aumento do



Aspecto da reunião, no CT Vitória, da Direcção da Organização Regional de Lisboa

preço dos livros escolares". Condenou ainda "a nova diminuição das comparticipações do Estado nos medicamentos e a crescente degradação das condições de prestação dos cuidados de saúde e a decisão do Governo de impor mecanismos arbitrários de limitação das baixas."

A DORL concluiu pela necessidade de "prosseguir a preparação das eleições autárquicas de 1993, designadamente através da elaboração das linhas programáticas e da intensificação do contacto com as populações auscultando os seus problemas e anseios e divulgando o trabalho realizado pela CDU".

Condenar o Governo Apoiar Estudantes

O documento aprovado pela reunião da DORL salienta a "condenação da dema-

gogia do Governo, que sempre pretende vender a imagem de que está a proceder a uma reforma educativa de qualidade, quando a realidade se caracteriza pela existência de um parque escolar degradado, superlotado e inseguro, por uma debilidade financeira do Ensino Superior que já levou ao despedimento de dezenas de docentes, pela asfixia de meios para desenvolver uma educação especial de qualidade, pela generalização de parte de uma reforma curricular sem o mínimo de condições para contribuir para o sucesso educativo dos alunos. Acresce a isto o previsível agravamento da situação face ao anúncio da continuação de restrições para a Educação no Orçamento de Estado".

A DORL manifesta, por outro lado, o seu apoio "à luta dos Estudantes do Ensino Superior, contra o aumen-

to das propinas", "à divulgação do Projecto de Lei do Partido sobre Acção Social Escolar e à dinamização de acções e intervenção juvenil nas suas várias expressões com particular destaque para a juventude trabalhadora".

"O apoio manifestado à luta que os Municípios vêm desenvolvendo", é evidenciado no documento saído da reunião da DORL, "no sentido de rejeitar a transferência de novos encargos que o Governo pretende impor e que se traduziriam em evidentes consequências negativas para os municípios e populações".

Finalmente, a DORL, "na sua primeira reunião plenária após a Festa do 'Avante!', salienta o enorme êxito político da Festa e saúda calorosamente as centenas de camaradas e amigos do Partido que, com o seu trabalho e dedicação, a tornaram possível".

Concelhia de Barcelos debate crise do têxtil

Não se pode continuar a esconder a crise no sector têxtil — afirma em comunicado a Comissão Concelhia de Barcelos do PCP, que reuniu na semana passada, pela primeira vez após o período de férias, tendo procedido à análise política e social do concelho.

Este ano já encerraram mais de três dezenas de empresas lançando para o desemprego mais de 1 milhar de trabalhadores e, a agravar ainda mais a crise, são muitos os trabalhadores que laboram sem receberem o seu salário no final do mês. Esta situação tende a agravar-se em virtude de 10 empresas se encontrarem em processo de recuperação e protecção dos credores.

A situação de crise que o sector têxtil atravessa no concelho é da responsabilidade do Governo e afecta, acima de tudo, os trabalhadores. A política do Governo PSD está posta em causa. O PSD voltou, mais uma vez, as costas às promessas eleitorais. A «democracia de sucesso», prometida por Cavaco Silva, transformou-se em democracia de desemprego e salários em atraso.

Com o objectivo de debater e aprofundar a situação

do sector, a Comissão Concelhia de Barcelos do PCP decidiu convocar uma reunião de militantes e simpatizantes do Partido ligados ao sector, para o próximo sábado, dia 26 de Setembro, com início às 15 e 30, na sede do PCP em Barcelos.

As promessas eleitorais do PSD, a nível autárquico, caíram em saco roto. A um ano do final do mandato, o PSD não possui meios capazes para alterar a actual situação e as grandes promessas ficam por satisfazer. O Partido Socialista, para não modificar muito o seu comportamento neste mandato, como nos que antecederam, colaborou na gestão municipal de maioria PSD. O PCP, com o objectivo de esclarecer a opinião pública da má gestão municipal (maioria PSD) e a cumplicidade do PS, vai realizar uma Jornada concelhia de propaganda no

próximo mês de Outubro (em data a marcar).

Com a alteração da composição do Órgão (Junta de Freguesia de Arcozelo), onde a CDU passa a ter a maioria (dos 5 membros que a compõem 3 são da CDU), realiza-se uma reunião dos eleitos da CDU nos órgãos da Freguesia, no dia 22 de Setembro, para debater o funcionamento dos órgãos e

definir as prioridades até ao final do mandato.

Para debater ainda os problemas dos jovens, aos quais o Governo não dá resposta, e programar a iniciativa de sensibilização da opinião pública para a defesa do rio Cávado, realiza-se uma reunião de Jovens Comunistas na próxima sexta-feira, 25/9, pelas 21 e 30, na sede do PCP em Barcelos.

CAMARADAS FALECIDOS

«Chico Marques»

Faleceu no passado mês, com 59 anos, o camarada Francisco Campos Marques, membro da organização do Partido em Santa Iria da Azóia, concelho de Loures, onde desfrutava de grande estima entre camaradas e amigos. Membro do PCP desde 1950, foi durante vários anos membro da Comissão Concelhia de Loures. Foi funcionário do Partido durante 15 anos.

Constantino Teles

Com 70 anos de idade, faleceu em 17 do corrente, no Pinhal Novo, o camarada Constantino Teles. Ferrovári reformado, natural de Pias, o camarada estava organizado na Freguesia de Pinhal Novo, onde vendeu e divulgou o «Avante!» durante vários anos.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Nota do Gabinete de Imprensa do PCP

A demissão do CEME

1. No quadro de notícias largamente difundidas pela Comunicação Social sobre opiniões diferenciadas nas altas instâncias militares, a demissão do General Loureiro dos Santos do cargo de Chefe de Estado Maior do Exército aparece como reflectindo os efeitos da política de Defesa do Governo, responsável pela instabilidade e insegurança que se instalaram no meio militar, de forma crescente nestes últimos meses.

2. Com efeito, sem um prévio debate de fundo sobre questões político-militares, designadamente na Assembleia da República, o Governo insiste num projecto de reestruturação cujos fins e exequibilidade, desde início mais que duvidosas, estão no dia-a-dia a ser postos em causa.

3. O processo de profissionalização das Forças Armadas que está em curso, bem como a chamada Lei dos Coronéis e as suas consequências práticas são, entre outros, exemplos flagrantes da inadequação das decisões políticas à realidade e estão a gerar crescente e visível contrariedade e protesto em sectores militares de reconhecida responsabilidade.

4. O PCP considera, como sempre tem feito, que a política de Defesa do actual Governo estará condenada ao fracasso, com gravíssimos e elevados custos para o prestígio e para o normal funcionamento das Forças Armadas, se continuar a prática de imposição e recusa ao diálogo sobre os grandes problemas que afectam a instituição militar e cuja adequada solução se torna cada vez mais urgente e necessária.

Lisboa, 17 de Setembro de 1992

O Gabinete de Imprensa do PCP
(artigo na página 23)

O estranho caso de um terreno que a Câmara de Braga dá e torna a tirar

Sobre as peripécias que têm rodeado, com algum mistério, as decisões da Câmara Municipal de Braga acerca de um valioso terreno, a Comissão Concelhia do PCP tornou público um documento que, pelo seu interesse, aqui transcrevemos na íntegra:

O terreno dos Granginhos continua a dar origem a todo o tipo de suspeições e a provocar os mais diversos comentários, que não abonam nada os responsáveis autárquicos.

Embora a memória das pessoas seja, de um modo geral, demasiado curta (para aquilo que interessa) há contudo ainda quem se recorde bem das inúmeras peripécias que rodearam o polémico terreno dos Granginhos.

Uma delas dizia respeito à escandalosa alteração posterior das condições da própria hasta pública e que permitiu um volume de construção significativamente superior ao inicialmente previsto.

O tempo foi passando com ameaças caricatas de implosão do próprio edifício, até que a Câmara Municipal de Braga na sua reunião histórica e secreta (porque não aberta ao público e à imprensa como nos velhos tempos!), decidiu, por unanimidade, alterar, mais uma vez, as condições iniciais da hasta pública, e que previam, para o local, um silo-auto.

Desta vez porém o novo negócio, que não se sabe ainda muito bem qual será, está a coberto com a necessidade de um pretensão apoio ao «Sporting Clube de Braga» que, como é do conhecimento público, tem uma dívida superior a 400 000 contos, propondo-se a Câmara doar ao clube o valor obtido com a venda desse terreno!

A pergunta que intriga todos os bracarense é: que tipo de construção vai ser autorizada no local para render tão grande quantia? E que garantias há que serão respeitadas as condições na nova hasta pública?

Os responsáveis do Hospital mostraram-se, na altura, «indignados» quando a Câmara Municipal pretendia, nesse local, construir um silo-auto que traria inegáveis vantagens ao próprio Hospital, pela melhoria das condições de estacionamento que proporcionaria.

Ficamos também agora saber que, pelos vistos, o sr. Presidente da Câmara teria até já prometido ao

Hospital esse mesmo terreno nas costas da anterior vereação!

Há pois em todo este processo muitas coisas nubladas e muitas cumplidas.

O PCP diz claramente «não» a este tipo de negociações.

Os apoios, conhecidos, dados pela Câmara Municipal de Braga (ou o seu Presidente?) ao «Sporting Clube de Braga» e que ascendem já a muitas centenas de milhar de contos (terreno da Rua dos Barbosas, bombas de gasolina etc., etc.) têm beneficiado certamente alguns, não o clube, a fazer fé nas notícias públicas sobre o galopante endividamento deste.

As culpas são sempre atribuídas às anteriores direcções mas o certo é que as personalidades dessas direcções são quase sempre as mesmas.

O PCP apoia claramente o Sporting Clube de Braga como apoia todos os clubes desportivos, recreativos e culturais, mas não desta forma.

Não de uma forma pouco clara que pressente todo o tipo de jogadas e de oportunismos.

Não à custa de sacrifícios que ponham em causa as populações e o futuro da sua qualidade de vida.

Que os digam os moradores da cidade e de numerosas freguesias que, em finais do século XX, têm ainda a correr às suas portas os esgotos e não têm água canalizada porque, diz a Autarquia, não há verbas.



Açores

Decq Mota

visita Flores e Corvo

No passado dia 14 visitou a Ilha do Corvo o Coordenador da DORAA do PCP e da Comissão Regional da CDU, camarada José Decq Mota. Chegando à Ilha por via aérea, Decq Mota era aguardado na pista de aviação pelos membros da lista da CDU concorrente às eleições regionais e por vários outros apoiantes, tendo de seguida ido apresentar cumprimentos ao Presidente da Câmara Municipal do Corvo. Uma reunião com a lista da CDU e uma visita a diversos pontos da Ilha preencheram a tarde, tendo à noite sido realizado um comício na Casa do Espírito Santo.

No comício de apresentação da lista, no qual participaram largas dezenas de pessoas, José Decq Mota, para além de proceder à apresentação formal dos candidatos, referiu-se longamente à composição da lista constituída por seis independentes e um militante do PCP, defendeu que «a presença de deputados do Corvo na Assembleia precisa de ser mais bem aproveitada».

Para a concretização desse melhor aproveitamento, Decq Mota defendeu ser de grande importância a eleição da primeira candidata da CDU pelo Corvo, Maria José Pimentel Amaral, «pois dá todas as garantias de, com o apoio de toda a lista e com o apoio da CDU/Açores, ter uma intervenção constante em favor da resolução dos problemas do Corvo».

Após algumas considerações de carácter geral, José Decq Mota afirmou que «os Açores precisam de uma mudança, e o Corvo, em especial, precisa de deixar de estar no esquecimento dos responsáveis regionais. Com a CDU, o Corvo deixará de estar esquecido», afirmou.

Encerrou o comício a cabeça de lista, Maria José Amaral, que assumiu perante os eleitores, em nome da lista, o compromisso de ser imprimido ao exercício do mandato a dinâmica, esforço e empenhamento que têm faltado aos actuais representantes.

No dia 15, José Decq Mota viajou para as Flores onde,

após diversos contactos, justificou uma animada e muito concorrida sessão de esclarecimento na Casa do Povo da Vila das Lages, na qual o deputado Paulo Valadão fez o balanço do trabalho da legislatura que agora termina.

Nessa sessão, José Decq Mota defendeu ser de grande importância para as Flores e para os Açores a confirmação do mandato obtido em 1988 nas Flores pela CDU, «pois se é verdade que nesse ano se iniciou uma viragem positiva para esta Ilha, também é verdade que muitos problemas antigos e outros novos carecem do esforço da CDU e da honestidade, capacidade e competência de Paulo Valadão».

As iniciativas agora realizadas nas duas ilhas do Grupo Ocidental dos Açores confirmam a boa dinâmica da CDU e a grande atenção que nas ilhas está a ser dada às propostas apresentadas pela Coligação Democrática Unitária.

Ano lectivo começa mal em Torres Vedras

É assim um pouco por todo o País: o novo ano lectivo começa mal. Desta feita é o Executivo da Comissão Concelhia de Torres Vedras do PCP quem o vem denunciar, após a sua reunião da semana passada. Diz o comunicado então divulgado que, «sem prejuízo de posteriores análises mais detalhadas, conclui-se perante os dados disponíveis, que a maioria das escolas disponíveis não abriu as suas portas, e outras não o farão até ao dia 21», segunda-feira última.

«Os motivos destes atrasos», refere o documento, «prendem-se nomeadamente com a falta de colocação de professores, que só na área da CAE atinge um número que nos parece exagerado, 165, o que provoca alguma instabilidade no funciona-

mento regular da instituição».

«A juntar a este aspecto, consideramos também, e ao contrário do que afirmou o Primeiro-Ministro, que a Reforma do Ensino, a gestão escolar e a falta de instalações e a superlotação de outras, são as principais causas da situação a que se chegou. Isto porque não houve por parte do Governo o mínimo de esforço na preparação adequada de todos os intervenientes no ensino em Portugal».

E o comunicado conclui: «Tal como diz a sabedoria popular, nenhuma casa se pode começar a construir pelo telhado. Foi isto exactamente que o Ministério da Educação fez, dando-se ao mesmo tempo na comunicação social (RTP) uma grande imagem de eficácia, quando a realidade prova precisamente o contrário».

Iniciativas contra Maastricht em Viana do Castelo

Na primeira reunião após o período de férias, o executivo da Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo procedeu ao balanço do trabalho e da actividade política realizados no período estival e perspectivou o trabalho para o futuro próximo.

A reactivação da estrutura partidária, a resposta e tomada de posição atempada sobre os problemas dos trabalhadores e da região são propósitos afirmados nas conclusões da reunião.

A campanha de informação, esclarecimento e recolha de assinaturas contra a aprovação do tratado de Maastricht mereceu particular atenção. Assim, a par da distribuição para recolha de assinaturas nas empresas do distrito, do abaixo-assinado encabeçado por personalidades da vida cultural, social e política, e da instalação de uma banca de recolha pública de assinaturas na Praça da República, em Viana do Castelo, no dia 2 de Outubro, na Praça Conselheiro Silva Torres, em Caminha, no dia 3 e no Largo de Camões, em Ponte de Lima no dia 4, realizar-se-á, no dia 10 de Outubro, às 9,30 h., no Hotel Viana Sol, em Viana do Castelo, um Debate, sobre o Tratado de Maastricht.



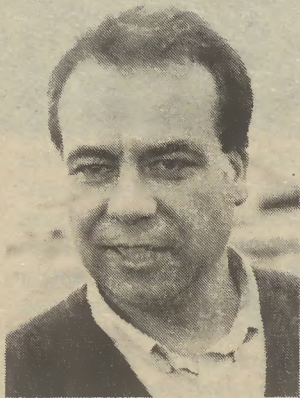
TRABALHADORES

Conselho Nacional da CGTP «Todas as formas de luta» contra a Lei da Greve

O Conselho Nacional da CGTP esteve reunido para preparar o Congresso, as lutas e reivindicações de 1993. Salário mínimo de 55 contos e reafirmar a negativa à nova Lei da Greve foram alguns dos resultados.

A definição dos objectivos reivindicativos para 1993, a apresentação de um projecto de regulamento do VII Congresso da CGTP-IN, a análise da situação socioeconómica, a aprovação de uma resolução político-sindical e de uma moção protesto e repúdio pelas declarações atribuídas ao director-geral do Serviço de Informação e Segurança sobre a vigilância às actividades sindicais, foram alguns dos temas de discussão do Plenário do Conselho Nacional da Inter que se propôs desenvolver a luta contra as alterações à Lei da Greve e à ofensiva dos direitos dos trabalhadores, exigiu o aumento real dos salários tendo em conta o agravamento do custo de vida e reivindicou um novo salário mínimo de 55 mil escudos bem como um aumento de 55 por cento nas pensões mínimas.

Sobre as alterações à Lei da Greve, a CGTP diz-se disposta a recorrer a todas as formas de luta «designadamente a greve geral» que se mostrarem necessárias para impedir esta «limitação e cerceamento dos direitos»



O coordenador da CGTP, Carvalho da Silva, participa hoje no Plenário Distrital da União dos Sindicatos de Braga, onde um dos temas será o próximo Congresso da Inter

dos trabalhadores.

As reivindicações da CGTP para o ano de 1993 incluem o aumento do abono de família, a redução dos impostos nomeadamente com a actualização dos escalões do IRS em percentagem igual ao agravamento do custo de vida, a redução do horário de trabalho para um máximo de 40 horas, a paragem no processo de despedimentos colectivos e encerramento de empresas, o termo

da repressão e afrontamento dos trabalhadores, o combate à corrupção e ao compadrio, o cumprimento dos compromissos do Governo e a revogação das medidas anti-sociais (taxas moderadoras e comparticipações do Estado no preço dos medicamentos, por exemplo).

A CGTP exige ainda um Orçamento de Estado (OE) rigoroso para 1993 «o que significa não o corte simplista de despesas, mas sim apresentar claramente as disponibilidades do país, que o OE não seja um somatório de «sacos azuis» e defina mecanismos de controlo, que seja um OE voltado para as prioridades do país, designadamente garantindo melhor saúde e segurança social, melhor ensino e formação, melhor habitação e transportes, uma política de impostos que faça pagar mais quem mais tem».

A CGTP quer desenvolver o processo de luta e a sua intervenção sindical em torno do seu Congresso que se realiza em Março do ano que vem e pretende comemorar condignamente o seu 22.º aniversário.

Trabalhadores da NESTE contra despedimento ilegal

Os setenta trabalhadores da Fábrica de polipropileno da NESTE, em Sines, «estão desesperados com a ameaça de desemprego» e manifestaram-se em frente ao Ministério da Indústria e Energia na terça-feira passada. A Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás (FEQUIFA) considera que o despedimento colectivo, já anunciado pela empresa, «é ilegal». Armando Farias, da Fequifa, afirmou à LUSA que os sindicatos e os trabalhadores estão dispostos a «todas as formas de luta» incluindo a greve para «lutar pelos seus empregos».

Foi esta posição que uma delegação da FEQUIFA e de trabalhadores da NESTE de Sines comunicou ao Ministério da Indústria, numa reunião com um dos assessores do ministro Mira Amaral.

Em finais de Agosto, a administração encerrou a fábrica de polipropileno de Sines, sem avisar os trabalhadores nem os sindicatos, quando uma semana antes anunciara que «ninguém seria despedido», explicou Armando Farias. Alegando a sua fraca rentabilidade, a

empresa «está a violar o contrato que assinou em 1989», acusou o dirigente da FEQUIFA, acrescentando que a NESTE portuguesa se comprometera «a investir e a manter os postos de trabalho e não é isso que está a fazer».

«O pior ainda pode estar para vir, porque a NESTE está a planear despedir mais 300 trabalhadores de outros sectores do complexo de Sines até final de 1993» no âmbito de um plano de reestruturação, disse, à Lusa, José Amado, do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Química do Sul (STIQS).

Os trabalhadores «estão desesperados» porque, na região de Sines, «há poucas hipóteses de emprego».

Em média, têm 40 anos e, diria à Lusa um dos manifestantes, «a situação da pesca em Sines está má, a Petrolgal está a empregar poucos trabalhadores, e a EDP nem sequer está a recrutar pessoal».

Um dos trabalhadores interrogava-se, à porta do Ministério da Indústria: «Com 43 anos, com mulher e três filhos, como é que vou viver no desemprego? E onde me vou empregar?»

António João, 35 anos, trabalha há 17 na fábrica de polipropileno e não sabe o que vai fazer se realmente for despedido para sustentar a mulher e dois filhos.

Como os restantes, António João vai ter de procurar casa porque têm de desocupar aquela onde vive, alugada por uma renda simbólica, pela NESTE, num prazo de seis meses.

A poucos metros da porta do Ministério da Indústria, os trabalhadores da fábrica da NESTE concentraram-se para exigir, ao Governo, «a garantia da manutenção dos postos de trabalho» e esperavam os resultados da reunião entre os sindicatos e os representantes do Ministério.

EFACEC quer despedir 100 trabalhadores

A administração do grupo «EFACEC» quer reduzir, até ao fim de 1992, de 500 para 400, o número de trabalhadores da sua empresa de motores eléctricos.

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte (STIEN), a administração da «EFACEC» irá apresentar a necessidade de redução de efectivos como um «facto consumado».

A administração da «EFACEC» pretende reduzir o número de trabalhadores em praticamente todas as 10 empresas do

Publicado acórdão do TC

O «Diário da República» publica sexta-feira o acórdão do Tribunal Constitucional (TC) sobre as alterações à Lei da Greve, o que significa que o Presidente da República tem 20 dias, desde essa data, para promulgar, vetar ou devolver aquela Lei à Assembleia da República.

O Presidente da República, Mário Soares, requereu ao Tribunal Constitucional a apreciação da conformidade com a Constituição Portuguesa das alterações à Lei da Greve aprovada pela Assembleia da República.

O Presidente levantava, nomeadamente, a questão de não terem sido votados na especialidade todos os pontos constantes do diploma enviado pelo parlamento — problema apontado pelos grupos parlamentares do PCP e do PS — o que viola o número 2 do artigo 171 da Constituição.

Mário Soares pedia também a apreciação da constitucionalidade das normas relativas ao prazo de pré-aviso de greve, argu-

mentando que o «aumento substancial» daqueles prazos «poderá configurar uma limitação importante ao exercício do direito de greve».

O Presidente solicitava, ainda, a apreciação da conformidade com a Constituição das disposições sobre serviços mínimos, por considerar que a sua fixação por despacho ministerial, na falta de acordo entre trabalhadores e empregadores, «parece conduzir a uma margem de discricionariedade do acto administrativo a praticar».

Quanto à questão de não votação na especialidade das normas do diploma, o Tribunal Constitucional afirma que o Diário da Assembleia da República só constituirá meio de prova depois de aprovado, pelo que o TC, com os elementos de que dispõe, não pode concluir pela existência de irregularidades no processo de aprovação.

Quanto às normas de alteração aos prazos de pré-aviso e sobre serviços mínimos, o TC decidiu não se pronunciar pela sua inconstitucionalidade.

Vinte e um já com carta de despedimento

EPAC quer reduzir

500 postos de trabalho

A administração da EPAC acaba de enviar cartas de intenção de despedimento colectivo para 21 trabalhadores da empresa, evocando o encerramento de instalações e a sua reestruturação tecnológica, denuncia esta semana um comunicado da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (FEPCES).

O despoletar desta iniciativa por parte dos responsáveis da empresa vem, finalmente, dar conteúdo real a rumores há muito postos a circular no interior da empresa — e da responsabilidade da própria administração da EPAC — de que se prepararia um despedimento colectivo de aproximadamente meio milhar de trabalhadores.

Há vários meses que a FEPCES vem denunciando publicamente a deterioração do clima laboral na EPAC, mergulhada numa atmosfera de instabilidade, medo e falta de perspectivas sobre o futuro da empresa.

Recorde-se que nos últimos anos a EPAC viu já reduzido a metade o conjunto dos seus postos de trabalho. Tudo feito sob a capa de uma «sempre anunciada» reestruturação da empresa que a recolocasse de forma concorrencial no mercado de



A EPAC pretende despedir em nome de uma reestruturação que não se vê

cereais. Entretanto, centenas de postos de trabalho desapareceram, mas para a reestruturação da empresa não se deu um passo sequer.

Nada indica, entretanto, que a lógica subjacente a esta intenção de despedimento colectivo de 21 trabalhadores não reproduza em tudo a alienação anterior de centenas de postos de trabalho e não seja ela mesma a próxima fase de mais uma leva de despedimentos que poderão atingir os anunciados 500 trabalhadores. Até porque o diálogo é, de todo,

inexistente no interior da empresa e desconhecem-se em absoluto quaisquer medidas de reestruturação da EPAC que não passem pelo sucessivo encerramento de postos de trabalho.

«Será que a comercialização e distribuição de cereais no mercado nacional, função estratégica para qualquer estado soberano, e que corresponde a mais de 60 milhões de contos anuais, não exige uma estrutura organizativa eficiente e operacional?», pergunta a FEPCES.

grupo, à semelhança do que tem sucedido nos dois últimos anos.

Desde 1990, já saíram das empresas do grupo cerca de 500 trabalhadores e houve pessoas que foram pressionadas para rescindir o contrato. A «EFACEC» está a propor aos trabalhadores que pretende dispensar uma indemnização ligeiramente superior à prevista na lei, ameaçando recorrer a outros processos, caso a proposta não seja aceite por alguém.

Com a presença de Luís Sá Convívio CDU em Vieira de Leiria

Com cerca de 300 participantes, realizou-se no passado domingo, um convívio/sardinhada, promovido pela CDU de Vieira de Leiria, no Parque das Merendas da Praia da Vieira. Usaram da palavra Barros Duarte, presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, e Luís Sá, responsável nacional pelo sector de Autarquias da Comissão Política do Comité Central do PCP. Estiveram presentes também, entre outros, Júlio Mouco, vereador da Câmara Municipal, Fernanda Teodósio, ex-presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, Mário Filipe, da Assembleia de Freguesia, e Saul Fragata, responsável pelo PCP no Concelho da Marinha Grande.

Barros Duarte, na intervenção inicial, abordou aspectos da política do Governo com incidência na área das autarquias. Sublinhou o trabalho da CDU à frente das autarquias do Concelho e o seu papel nas transformações profundas realizadas na Marinha Grande e Vieira de Leiria, «cujas populações podem contar sempre com o trabalho honesto e competente dos autarcas da CDU». Referiu algumas das realizações da Câmara Municipal na freguesia, com destaque para o Mercado da Praia da Vieira a inaugurar no próximo mês. Referiu ainda algumas obras previstas para a freguesia e ainda a realização de outras não previstas no Plano de Actividades de 1992, não deixando ainda de lembrar que «ao mesmo tempo que a CDU trabalha afinamente

na resolução dos problemas do Concelho, outras forças escolhem o caminho do demissionismo e da tentativa de desestabilização do executivo, obedecendo a estratégias vindas de cima, de assalto ao poder na Câmara Municipal».

A CDU «responderá taca a taca aos que muito falam e pouco fazem, ao mesmo tempo que não regateará esforços para fazer mais e melhor com a confiança de que nas eleições autárquicas de 1993, está ao alcance da CDU reforçar a sua posição na Câmara Municipal e recuperar a posição que já teve na Junta de Freguesia de Vieira de Leiria», sublinhou.

Intervenção de Luís Sá

Na intervenção de Luís Sá foi duramente criticada a política do Governo para as

autarquias. No que se refere às Freguesias, disse Luís Sá: «O Governo não aprova a Lei quadro das Freguesias, há muito reclamada pelo PCP na Assembleia da República, de modo a criar um quadro legal de competências e correspondentes meios financeiros para o exercício do trabalho autárquico das Juntas de Freguesia.»

«Mesmo sem a existência de tal quadro legal, a CDU é a força política que descentraliza mais competências e meios financeiros para as Juntas de Freguesia, independentemente da força política que as presida. Necessário se torna que neste caso a Junta de Freguesia em questão esteja disposta a trabalhar para as populações que a elegeram em vez de lamúrias e lamentações contra a Câmara Municipal», afirmou Luís Sá.

Quanto às competências que o Governo se prepara para descentralizar para os Municípios, Luís Sá teceu fortes críticas à tentativa de despejar responsabilidades do Governo em diversas e importantes áreas sem as contrapartidas financeiras, agravando ainda mais a situação já existente.

Luís Sá referiu ainda a melhor qualidade de vida nas autarquias de maioria CDU — mais saneamento básico, mais abastecimento de água

ao domicílio e de melhor qualidade com evidentes reflexos no crescimento das crianças. Lembrou que em terras do Norte que visitou recentemente, os esgotos corram em céu aberto.

A finalizar a intervenção, a questão do Tratado de Maastricht e do Referendo em França (resultado ainda não conhecido na altura). A previsível e expressiva votação do NÃO em França constitui uma séria derrota dos defensores do tratado. «Após a vitória do NÃO da Dinamarca (que já compromete a validade jurídica do tratado) é preciso ter em conta a expressiva manifestação do NÃO francês na tentativa de levar por diante um tratado e um projecto de construção europeia que suscitam tão grandes divisões de opinião em toda a Europa. Em França os partidários do SIM mobilizaram um vasto conjunto de meios de pressão, de ingerências — tempos de antena e até a doença de Mitterrand, a favor do SIM. Os resultados finais só serão conhecidos daqui a algumas horas, mas desde já se torna evidente a necessidade de um amplo debate nacional e um referendo em Portugal sobre Maastricht. Os portugueses têm o direito de conhecer o que implica Maastricht e a pronunciar-se sobre ele», sublinhou o orador.

Há festa na Serafina

A Câmara Municipal de Lisboa (pelouro do Ambiente) iniciou a comemoração da abertura do parque recreativo do Alto da Serafina, em Monsanto, o mais novo parque de Lisboa.

Da iniciativa, a decorrer até 29 de Setembro, destaca-se o programa de animação dedicado especialmente às crianças, de forma a assinalar o início do ano lectivo.

Jogos, peças teatrais, «ateliers» diversos, aventuras no barco dos piratas, no forte apache ou no labirinto do tesouro, são algumas das inúmeras actividades de que os pequenos visitantes podem dispor.

Inaugurado em 11 de Setembro, o parque da Serafina é uma zona vedada destinada ao lazer de adultos e crianças, como referimos na semana passada ao assinalarmos a sua inauguração, onde esteve presente o vereador Vítor Costa, responsável pelo pelouro do Ambiente, e o presidente da CML, Jorge Sampaio.

ANMP à espera

O presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Mário de Almeida, disse em Sousel que o País «pode dar passos muito mais rápidos se o Governo apoiar as autarquias de uma forma inequívoca».

Referindo-se aos contactos que têm ocorrido entre a ANMP e o Governo, relacionados com o problema das transferências de competências da Administração Central para o Poder Local, Mário de Almeida disse que os autarcas estão «expectantes relativamente à posição que o Governo venha a tomar».

Para o presidente da ANMP, «o Governo, até agora, só mostrou vontade em desconcentrar funções e não em transferir poderes».

«Vamos entrar, agora, num ciclo (que nós defendíamos já há um mês) de reuniões parcelares que envolvam não só o Governo e os municípios, mas também outras partes que vão sofrer consequências desta transferência de competências», acrescentou.

Mário de Almeida, disse ainda que «o Governo fechou-se muito». «Agora recuou e, para nós, isso é motivo de expectativa e confiança de que se poderão encontrar boas soluções que sirvam os interesses do País», concluiu o autarca.

Região Centro quer estradas prometidas

Os presidentes das Câmaras da Região Centro concluíram, em reunião realizada no município de Carregal do Sal, que deve ser dada prioridade absoluta à concretização das vias previstas no plano rodoviário nacional para a Região Centro.

Durante o encontro, os presidentes das Câmaras de Mealhada, Tondela, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua, Carregal do Sal, Nelas, Penacova, Mangualde, Gouveia e Covilhã manifestaram a sua preocupação pelo atraso do arranque das estradas fundamentais para o desenvolvimento regional, com especial incidência sobre os respectivos parques industriais.

Os autarcas entendem que «já é tempo de se concretizarem as sucessivas promessas» na concretização de tais obras: a Estrada Nacional 234 (Mealhada-Mangualde), o IC 6 (Santa Comba Dão-Celorico da Beira), a conclusão do IP 3, o IC 7 entre o IP 3 e a Covilhã, o IC entre Viseu e a Covilhã, e o IC 8, todas elas de capital importância para o desenvolvimento da Região Centro.

Em defesa do rio Cávado

A Associação de Municípios do Vale do Cávado vai agendar, «o mais rapidamente possível», uma audiência com o ministro do Ambiente e o secretário de estado dos Recursos Naturais, anunciou o presidente do respectivo conselho de administração.

Fernando Reis, falando aos jornalistas no final da reunião da Associação, explicou que, com ela, pretende-se dar a conhecer os propósitos da instituição, nomeadamente para o aproveitamento e protecção do rio Cávado.

Na reunião foi também nomeada formalmente para o cargo de administradora-delegada da associação, Helena Magalhães, licenciada em relações internacionais pela Universidade do Minho, e que ocupou, até agora, funções num gabinete de questões comunitárias da Câmara de Famalicão.

O principal objectivo desta Associação de Municípios é a elaboração de um estudo aprofundado do rio Cávado (problemas e potencialidades) e arranjar soluções para que o rio não se degrade mais.

Sesimbra em Festival do Mar

O reforço da dinâmica do Concelho de Sesimbra por forma a acabar com a sua sazonalidade é, segundo o presidente da autarquia local, um dos objectivos principais do Festival do Mar, a decorrer na vila de 19 de Setembro a 11 de Outubro.

«O Concelho de Sesimbra é uma área privilegiada de recreio e lazer da Área Metropolitana de Lisboa, pelo que temos que acabar com a sazonalidade desta terra», disse Ezequiel Lino, durante a apresentação do Festival do Mar.

A ampliação do porto de abrigo de Sesimbra, cujo estudo de impacte ambiental está já a ser elaborado por técnicos da autarquia, a construção de um molhe de recreio e de uma nova escola de formação na área das pescas, foram alguns dos investimentos enunciados para ilustrar a política de gestão camarária.

«Ordenar e disciplinar o crescimento urbanístico, por forma a alcançarmos um desenvolvimento de qualidade, é outra das preocupações da Câmara», referiu Ezequiel Lino, sublinhando que

a autarquia está a estudar a possibilidade de criar uma reserva ecológica que abranja Sesimbra, a zona do cabo Espichel e da lagoa de Albufeira.

Relativamente à sétima edição do Festival do Mar, uma iniciativa da Câmara cujo orçamento ronda os cinco mil contos, a vereadora do pelouro do Turismo, Odete Graça, disse tratar-se de uma iniciativa que «cada vez mais assenta e reforça três vertentes: a ligação entre Sesimbra, o Mar e o Homem».

Para Odete Graça, o Festival do Mar, que apelidou de «Sete Mares», é uma iniciativa que tem que ser equacionada em relação com todas as outras iniciativas autárquicas e com a vivência das gentes da vila piscatória.

De entre as várias iniciativas do certame, Odete Graça sublinhou a exposição «Faróis de Portugal», organizada pela Direcção-Geral de Faróis, a regata de Aíolas, a travessia da baía a nado e o lançamento da segunda edição do livro «Espadarte de Sesimbra», como algumas das iniciativas «mais fortes».

Reposta a legalidade na Câmara de Peniche

«O tempo inteiro de que disfrutava o vereador independente nas listas do PSD, Carlos Augusto, não era, nem é, compatível com a acumulação do director técnico de farmácia, em exercício, portanto era uma situação ilegal», considerou recentemente a Coordenadora de Peniche da CDU, que acrescenta:

«O recente despacho do sr. presidente da Câmara que retirou o tempo inteiro ao vereador Carlos Augusto é por nós entendido como uma prova de que as nossas dúvidas sobre esta situação de acumulação (tempo inteiro-director técnico de farmácia) eram não só justas como benéficas para o prestígio do Concelho de Peniche e para o funcionamento correcto das instituições, de acordo com as diferentes competências da Câmara Municipal e Assembleia Municipal.»

«A CDU entende que não se pode ficar apenas pela alteração de tempo inteiro; é necessário, também, o esclarecimento rápido e claro de toda esta situação e no caso de recebimento de dinheiro por parte do vereador em causa, o mesmo seja repostos», acentuou a CDU de Peniche, acrescentando:

«A coordenadora local da CDU continuará atenta e determinada em prestigiar o Poder Local e foi neste sentido que os seus eleitos na Assembleia Municipal de Peniche actuaram, primeiro, através de um requerimento à mesa da Assembleia Municipal, assinado pela 1.ª secretária, Fátima Pata, exigindo o esclarecimento desta situação e posteriormente, na reunião da Assembleia Municipal de 4 de Julho, os eleitos da CDU foram a única força que votou em bloco pelo esclarecimento do tempo inteiro do vereador Carlos Augusto, conforme consta na acta dessa reunião ordinária da Assembleia Municipal, através da declaração de voto em nome da CDU feita por Jorge Amador.»

PODER LOCAL

Com os pelouros do Turismo e do Ambiente

Menina Lisboa, cada vez mais moça

• Henrique Custódio

Dar à cidade de Lisboa qualquer coisa como 1500 hectares de parques em verde contínuo é prodígio que se imagina produto de ficção. Pois não é ficção e trata-se de um "produto" da responsabilidade do pelouro do Ambiente da Câmara Municipal de Lisboa. A recuperação do Parque de Monsanto - já com fases adiantadas, como veremos -, bem como a criação dos Parques Oriental e Periférico, concretizarão o prodígio que Vítor Costa, o vereador responsável, nos irá explicar mais adiante. E como também é responsável pelo pelouro do Turismo, recordaremos igualmente o que neste mandato da Coligação Por Lisboa já se fez para reanimar a bela cidade.

Vítor Costa recebeu-nos no seu gabinete, instalado em novas instalações na zona de Alcântara, e começou por explicar a actividade do pelouro do Turismo, de que é responsável juntamente com o do Ambiente.

A acção do pelouro do Turismo apontou em duas direcções: "a promoção da cidade de Lisboa como destino turístico (trata-se de uma actividade económica, pela própria força da lei) e a animação turística para usufruto da população e a projecção da cidade".

Neste campo, foram vastas e diversificadas as iniciativas promovidas pelo pelouro do Turismo na cidade. O primeiro destaque vai para as Festas de Lisboa durante todo o mês de Junho, "com programas e respostas para todos os públicos e envolvendo numerosas entidades". Para se ter uma ideia da amplitude desta realização, basta dizer que "o ano passado foram apurados 70 000 contos em patrocínios líquidos, o que permite atrair numerosos visitantes".

Outro evento de grande sucesso é a Edição da Modalisboa, realizada duas vezes por ano e que teve a sua primeira edição experimental em 1990. "Transformou-se rapidamente no maior acontecimento da moda no nosso país - afirmou-nos Vítor Costa - apresentando-se lá todos os criadores. Tem grande interesse para o público, para a Comunicação Social, com as suas duas e três sessões diárias durante três dias. Mobiliza os mais diversos profissionais, designers, jornalistas, arquitectos, etc., e atrai numerosos especialistas estrangeiros, que falam da cidade".

A passagem de fim-de-ano - este ano em 3.ª edição e realizada em colaboração com a TV 2, que a transmite em directo - constitui "um

grande espectáculo de características populares, que atrai muita gente nova e famílias inteiras".

Mas também se cuidou do artesanato, como nos diz o vereador Vítor Costa: "Começámos este ano, aproveitando a Feira Internacional do Artesanato. Elaborámos um protocolo com a FIL e diversos institutos particulares e criámos a "Lisboa, Capital do Artesanato", durante todo o mês de Julho, que levou para a rua numerosos artesãos".

Do ar aos "aquários"

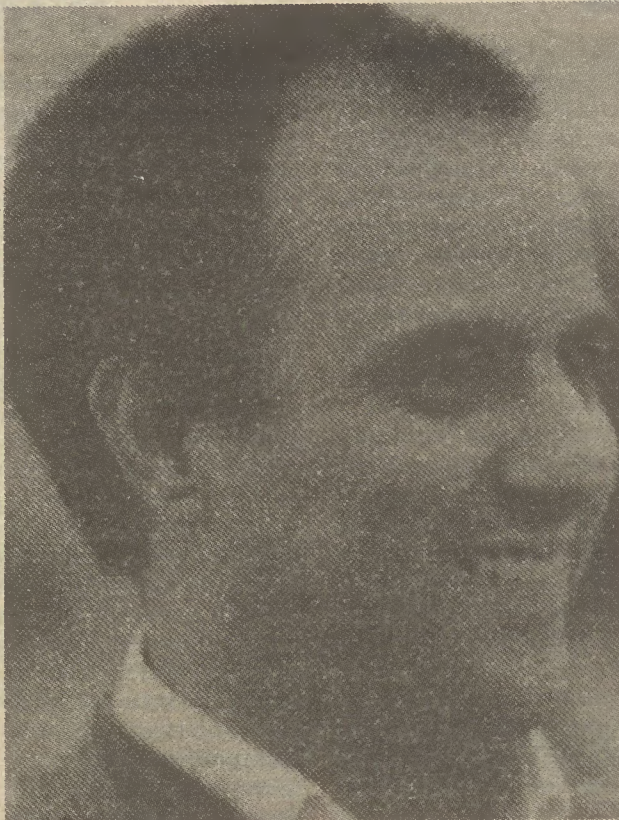
Sabia que Lisboa vai ter, no final deste ano, uma rede completa de Medição de Qualidade do AR, constituída por oito postos colocados em sítios estratégicos que, a cada momento, darão uma radiografia completa da situação? Pois é o que vai acontecer, por intermédio do pelouro do Ambiente e no âmbito da Comissão de Gestão do Ar, a que Lisboa preside. Este pelouro tem igualmente competências na área do controlo do ruído, um organismo por si criado e já operacional. "As falhas que existem, elucidou Vítor Costa, têm a ver com as deficiências da actual legislação".

Quanto ao mobiliário urbano, "há a preocupação de ordenar a cidade quanto às estruturas que estão implantadas nos espaços públicos e de garantir a segurança".

Foi neste quadro que se procedeu ao reordenamento das numerosas esplanadas da cidade, acabando de vez com os famosos "aquários" implantados nos passeios e levando à sua substituição, no caso dos interessados o pretenderem, por estruturas elegantes e de qualidade. Isto tudo na base de um regulamento que previamente se elaborou, de modo a garantir condições de igualdade.

Mas não foi só nos "aquários" que se mexeu, dentro da preocupação de dotar Lisboa de espaços de lazer com qualidade e abundância: "a Câmara autoriza anualmente mais de 500 esplanadas na cidade, onde procuramos que haja mobiliário com dignidade, e promovemos igualmente uma hasta pública para esplanadas separadas de estabelecimentos. Já existe uma no Castelo e outra no miradouro da Graça, estando previstas outras para os miradouros de Santa Luzia, para a Rua Vieira Portuense, em Belém, e para as Telheiras. Nalguns sítios fazem-se projectos específicos, como nas transversais da Rua Augusta ou nas portas de Santo Antão".

"Quanto aos quiosques, acrescentou Vítor Costa, temos dois tipos de intervenção: por concurso, sendo



assim atribuídos os quiosques a construir segundo um dos cinco projectos-tipo ou particular, mas aprovado pela Câmara, e por levantamento dos quiosques antigos, com valor patrimonial (são cerca de 20), a quem assumimos a recuperação. Está também a substituir-se todas as antigas bancas dos ardinhas, tal como a desenvolver-se esforços junto de diversas entidades (Carris, por exemplo) para que melhorem o seu mobiliário na via pública".

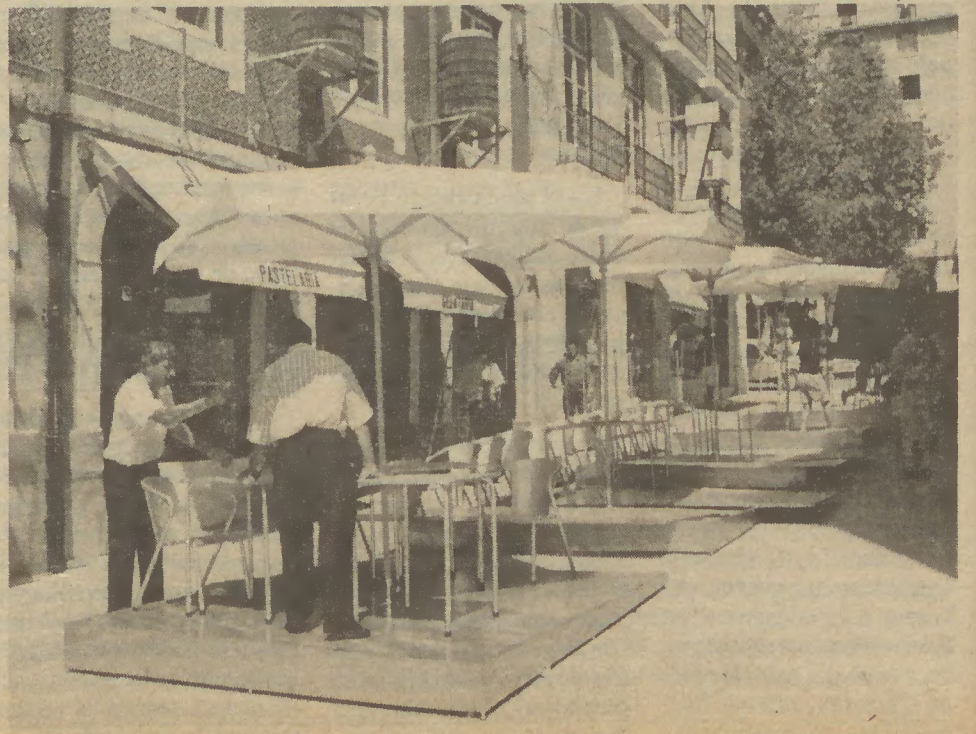
A sensibilização e as médias intervenções

O pelouro do Ambiente tem igualmente desenvolvido intensa actividade no campo da sensibilização ambiental, dirigida ao grande público e, particularmente, às escolas. O vereador explicou tratar-se de "uma acção que envolve Juntas de Freguesia, Associações de Defesa do Ambiente e escolas, onde decorrem numerosas acções (colóquios, visitas, edições, etc). Trata-se de um trabalho de preparação do futuro, no sentido de criar a consciência da defesa do ambiente".

Mas para além das grandes intervenções (que destacamos ao lado) o pelouro do Ambiente desenvolve outros trabalhos de "médio porte", de que Vítor Costa destacou as remodelações na Praça das Flores e da Marcos de Portugal, nos largos da Princesa, em Belém, e do Poço do Bispo, no eucaliptal de Benfica, no Jardim da Parada, no Campo da Ameixoeira e nas traseiras do mercado do Lumiar. "São zonas específicas de intervenção, onde se pretende uma adequada recuperação para as populações", afirmou Vítor Costa.



Ao alto: vereador Vítor Costa e pormenor das Marchas Populares, integradas nas Festas de Lisboa; ao centro: um dos desfiles da Modalisboa; em baixo: instalação de uma esplanada na Rua Augusta



PODER LOCAL

Três Parques para uma Cidade

A chamada macrointervenção do pelouro do Ambiente da Câmara Municipal de Lisboa tem, na recuperação e alargamento dos espaços verdes da cidade, o seu ponto (muito) alto. Trata-se de um projecto em três frentes, onde já se avançou muita coisa e muito mais se vai fazer, no sentido de se criar três grandes parques na cidade: o de Monsanto, com os seus 900 ha (que está a ser recuperado para diversíssimas utilizações), o Parque Oriental (com 145 ha) e o Parque Periférico (com 330 ha).

Vítor Costa explicou-nos que "a actual Câmara, ao mesmo tempo que, no âmbito do Plano Director, procura definir uma estrutura verde global - principal e secundária - coerente e relacionada com as áreas verdes dos municípios envolventes, tem vindo a desenvolver um conjunto de acções concretas, que já inverteram a situação encontrada".

Começando pelo Parque

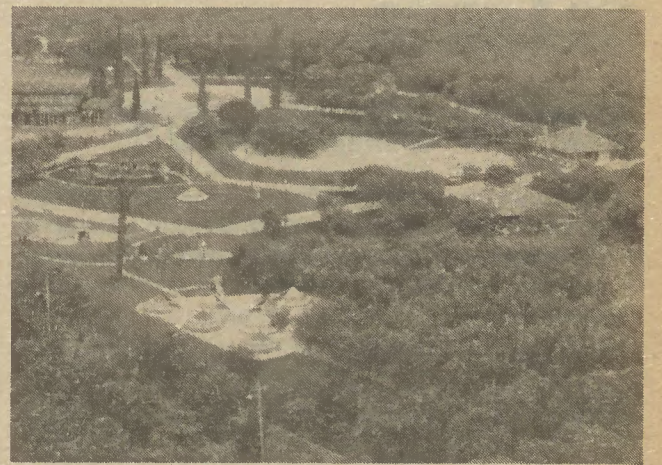
de Monsanto, esclareceu que este, "além de ter sido objecto de um plano de Ordenamento e Revitalização aprovado em finais de 90, após debate público, tem vindo a beneficiar de um importante conjunto de alterações", nomeadamente com decisivos e grandes empreendimentos em curso, como o Parque Urbano do Alto da Serafina, já aberto ao público com os seus 30 ha para recreio indiferenciado, o Parque Ecológico, com 50 ha, em construção, que terá funções de educação ambiental e dispondo de diversos equipamentos, o pólo de lazer na Mata de S. Domingos de Benfica, de 8 ha, onde serão instalados diversos equipamentos, incluindo uma piscina, e o Parque do Caramão da Ajuda, nas imediações de Monsanto, com 7 ha na envolvência de dois moinhos em funcionamento. Todas estas obras já foram iniciadas.

O Parque Oriental que, no total, terá uma área de

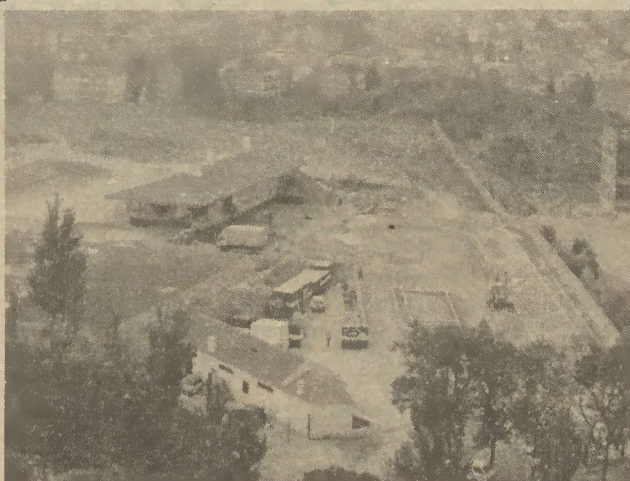
cerca de 145 ha, "é um factor determinante na requalificação da Zona oriental da cidade", abrangendo cinco núcleos: a Mata da Madre de Deus, o Parque Vale Fundão, o Parque de Chelas, o Parque de Alvalade e o Parque da Bela Vista.

Finalmente, o Parque Periférico desenvolver-se-á por oito quilómetros, desde Benfica à Ameixoeira, e será constituído por vários núcleos interligados por corredor verde, por caminhos pedonais e de bicicleta e por equipamentos. O Parque interligar-se-á com os núcleos históricos de Carnide, Paço do Lumiar e Ameixoeira e abrangerá cerca de 330 ha, parte dos quais correspondendo a estruturas edificadas. Além disso, o Parque Periférico incluirá diversos empreendimentos privados de qualidade, com baixas volumetrias e amplas zonas verdes, entre as quais a Quinta dos Alcoutins, onde está previsto o primeiro campo de golfe de Lisboa.

ESTRUTURA VERDE PRINCIPAL



Em cima: planta da cidade de Lisboa com as zonas dos três parques previstos e vista aérea do parque da Serafina, em Monsanto (já em funcionamento). À esquerda: trabalhos na criação do Parque Ecológico e no Parque de Alvalade



Pequenas coisas fazem as grandes

Tal como muitas pessoas juntas fazem uma multidão, também um grande conjunto de pequenos trabalhos pode produzir uma grande obra. É o caso do que o pelouro do Ambiente da Câmara Municipal de Lisboa tem desenvolvido na área das "pequenas intervenções com interesse de carácter local", segundo a designação utilizada pelo vereador Vítor Costa, que nos explicou a situação, aliás pioneira em Lisboa.

"Trata-se de uma intervenção que conta, em primeiro lugar, com a colaboração das Juntas de Freguesia (a quem a Câmara fornece materiais e equipamentos) e o empenho directo das populações. Pegando em alguns exemplos, fizemos um levantamento de todos os parques infantis da cidade (apurámos 300) e iniciou-se um processo de recuperação e melhoria; depois os parques são entregues às Juntas de Freguesia, que recebem uma verba anual para a sua manutenção. Ainda em relação aos parques infantis, criámos a seu lado zonas de convívio,

com mesas e bancos, o que permite aos acompanhantes das crianças terem locais para estar enquanto as crianças se divertem ao lado.

"Outra área de intervenção que se mostrou muito frutuosas foi a dos pequenos arranjos em áreas expectantes, ou seja, a recuperação de áreas abandonadas da cidade, muitas vezes atulhadas de lixo. Recenseámos 400 e neste momento já recuperámos 50, transformando esses espaços em zonas cuidadas e bonitas, tudo feito numa perspectiva de educação ambiental. Os

moradores intervêm directamente no processo. Por exemplo, na Charneca do Lumiar um grupo de moradores fez um protocolo com a Câmara e a Junta de Freguesia, fornecendo eles o trabalho e as autarquias os materiais. É de sublinhar que estas acções têm sido particularmente bem acolhidas em áreas degradadas da cidade, como por exemplo na Musgueira, onde uma antiga lixeira é, neste momento, um pequeno jardim escrupulosamente conservado pela população".



O antes e o depois: à esquerda, uma zona expectante na Musgueira-Norte, quando ainda era quase uma lixeira; à direita, o jardim em que se transformou, após o empenho da autarquia e da população

Eleições Regionais na Madeira

Cresce o apoio à CDU

Reunida na passada segunda-feira, a Coordenadora Regional da CDU/Madeira fez um balanço da pré-campanha actualmente a decorrer e perspectivou as linhas de força da sua campanha, a iniciar oficialmente no próximo dia 30.

No final da reunião, foi tornado público o comunicado que a seguir publicamos, onde se inscrevem as conclusões a que chegaram as forças que integram a Coligação Democrática Unitária:

1.º — A candidatura da CDU, especialmente pelo seu cabeça de lista no círculo do Funchal, Padre Tavares, revela-se como uma verdadeira pedrada no charco do marasmo da política

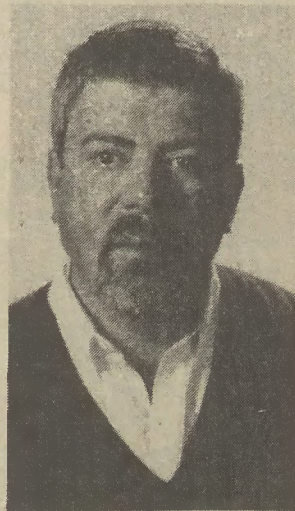
regional e mostra ser o elemento novo e mais significativo desta pré-campanha eleitoral, assim como constituirá também o elemento mais inovador na futura Assembleia Regional, aonde estamos certos que iremos ver o nosso cabeça de lista pelo Funchal.

2.º — Este crescimento do apoio à CDU manifesta-se no contacto directo que estamos a fazer com a população, por um número cada vez maior de adesões que em breve divulgaremos, etc. Também o Encontro de Jovens apoiantes da CDU realizado no passado sábado constituiu uma demonstração deste apoio crescente.

A nossa candidatura é, por isso mesmo, já um êxito e abre boas perspectivas para a eleição de um grupo parlamentar para a Assembleia Regional.

3.º — Vamos continuar a nossa pré-campanha em contacto directo com os madeirenses, ouvindo os seus problemas e aspirações, transmitindo as nossas opiniões e acima de tudo transmitindo muita esperança e confiança no futuro.

No próximo fim-de-semana estará na Região o secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas, que juntamente com os candidatos da CDU participará em várias iniciativas de massas no próximo fim-de-semana, das quais destacamos um encontro com as Mulheres, no sábado, contacto com as populações, no domingo e, apresentação de candidatos



Para as eleições regionais no arquipélago da Madeira, a CDU — Coligação Democrática Unitária apresenta como cabeças de lista, candidatos ao parlamento regional, o Padre Mário Tavares (foto de cima) e Leonel Nunes

Metalurgia de Leiria perde empregos

No período de um ano, a indústria metalúrgica e metalomecânica do distrito de Leiria perdeu mais de 10 por cento de postos de trabalho — esta a principal conclusão de um estudo feito pelo sindicato do sector a mais de duas dezenas de empresas.

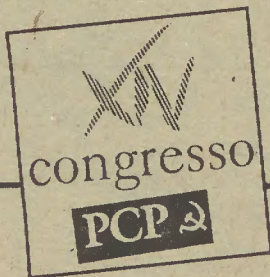
De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Leiria, «constatou-se que, no espaço de um ano, entre meados de 1991 e meados de 1992, se perderam 221 postos de trabalho, o que corresponde a 10,2 por cento».

O grupo de empresas sobre as quais incidiu o estudo da estrutura sindical, engloba as PMEs mais importantes e instaladas há um número significativo de anos. Estas empresas empregavam, há um ano, 2164 trabalhadores, contra os 1943 actuais.

Segundo os resultados do estudo, «13 empresas diminuíram o seu efectivo, seis mantiveram-nos e apenas quatro aumentaram o seu quadro de pessoal».

Para a direcção do sindicato, «estes dados são significativos e revelam os resultados desastrosos da política económica do actual Governo».

Esta estrutura considera, ainda, que «face ao número de falências e encerramento de empresas verificado naquele período de tempo, a não ser invertido o curso da nossa economia, corremos o risco de, a breve trecho, sermos confrontados com situações de ruptura social».



Errata ao Projecto de Alterações ao Programa do Partido

Na edição do Projecto de Alterações ao Programa do PCP, publicado na última edição do «Avante!», um empastelamento de texto provocou que na página 27 fosse alterada e distorcida a redacção original do ponto 6.10.

Nesse sentido, chama-se a atenção para que nesse ponto deve ler-se:

6.10. No plano político-militar, face à evolução da situação internacional, deve ser reconsiderada a participação de Portugal na NATO e na UEO, bem como os acordos militares com os EUA, a Alemanha e a França que têm conduzido ao agravamento dos laços de dependência e constituem graves condicionamentos à independência e soberania nacionais.

DORVIC comenta declarações de Marques da Costa

Comentando declarações atribuídas ao deputado do PS, Marques da Costa, sobre a possibilidade de uma coligação entre comunistas e socialistas em Viana do Castelo, a DORVIC do PCP tornou pública terça-feira uma nota sobre o assunto em que destaca o seguinte:

1. A DORVIC do PCP sublinha positivamente o reconhecimento pelo deputado do PS, Marques da Costa, das virtualidades da Coligação «Por Lisboa» e regista a opinião favorável que manifestou quanto a uma coligação semelhante entre comunistas e socialistas em Viana do Castelo.

2. A DORVIC do PCP chama, entretanto, a atenção para que tais declarações são contraditórias com a repetida e pública recusa por parte da Direcção do PS (entidade cujo acordo seria sempre indispensável à celebração duma coligação) em admitir acordos semelhantes à Coligação «Por Lisboa» para

outros municípios e lembra também que, já em Maio passado, propôs à Federação Distrital do PS a realização de um encontro para examinar questões de importância local, nomeadamente as próximas eleições autárquicas, o qual ainda não se concretizou por razões alheias ao PCP.

3. A DORVIC do PCP, renovando a sua disponibilidade para examinar com o PS e outros sectores democráticos a busca de soluções que garantam o necessário progresso da cidade, do concelho e das gentes de Viana do Castelo e uma gestão democrática, participada, isenta e competente do seu Município, manifesta ao mesmo tempo determinação e empenhamento em prosseguir, no quadro da CDU, com a preparação das listas da candidatura às próximas eleições autárquicas, tendo presente quer o que têm sido até agora as posições do PS a este respeito quer as responsabilidades decorrentes da real implantação e prestígio do PCP em Viana do Castelo.

Revalorização do escudo também prejudica agricultores

A CNA — Confederação Nacional da Agricultura tomou posição acerca da revalorização do escudo, afirmando em comunicado de terça-feira passada que

ela «também prejudica os agricultores portugueses».

«A posição do Governo e do Banco de Portugal de revalorização do escudo face às moedas estrangeiras, constitui um "jogo perigoso" para a economia produtiva portuguesa», diz a CNA que prossegue: «a opção por este tipo de "jogo" está já a prejudicar a Agricultura e os agricultores portugueses», quer por «o estudo artificialmente em alta» fazer «diminuir ainda mais o volume já baixo das exportações dos nossos produtos agrícolas» e fazer «aumentar, ainda mais, a invasão do nosso país pelas importações de produtos agrícolas estrangeiros» quer por esta política cambial e financeira estar, na opinião da CNA, «a contribuir para a perda das (poucas) posições que

os produtos agrícolas portugueses ainda detêm quer no mercado externo quer no próprio mercado nacional».

Estas razões contribuem, também elas, «para a crise geral da nossa agricultura e a já ruinosa situação económica dos agricultores portugueses», conclui a CNA.

CGTP quer CNA no Conselho Económico e Social

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) reuniu-se com a CGTP-IN para discutir a sua exclusão do Conselho Económico e Social (CES).

José Ernesto Cartaxo, do executivo da Intersindical, disse à Lusa que a CNA

lhes expôs os seus pontos de vista sobre a sua exclusão do órgão que vai substituir o Conselho de Concertação Social.

A CGTP considera «incompreensível» que a CNA não tenha lugar no Conselho Económico e Social até porque «só pretendem participar no plenário do Conselho e não na Comissão Permanente de Concertação Social».

Tanto a CNA como a CGTP defendem que a composição do CES deve obedecer a critérios de «ampla representatividade» social e de não governamentalização.

José Ernesto Cartaxo acredita que o CES discuta na sua primeira reunião, cuja data ainda não está marcada, o recurso apresentado pela Confederação da Agricultura.

Itália

Desemprego e cortes nas despesas públicas

Cento e cinquenta mil pessoas manifestaram-se recentemente em Roma contra a política socioeconómica do governo de Giuliano Amato e as consequências da desvalorização da lira italiana em 7%.

Para o Comité Monetário Europeu, esta medida de desvalorização significa que a Itália poderá em breve reduzir «o défice público e a inflação». Mas para os trabalhadores italianos, trata-se de mais um dado numa política explicitamente lesiva dos seus interesses.

Os factos falam por si.

Em Maio, o governador do Banco de Itália, Carlo Azeglio Ciampi, exigia do Estado uma recuperação de 100 000 mil milhões de liras até ao fim de 1993, uma redução da dívida pública para um limiar abaixo dos 3% do produto nacional bruto. Para tal preconizava a redução das despesas públicas, em particular nos sectores da saúde e segurança social, e uma profunda reestruturação do sector público. Finalmente, pedia o fim da «scala mobile», uma das importantes conquistas dos trabalhadores italianos, uma escala de indexação automática dos salários sobre os preços.

O governo desencadeia então uma ofensiva contra o estatuto da função pública, os sistemas de reforma e de saúde. Há pouco, acabou por suprimir a «scala mobile».



A «harmonização social europeia» tem vindo a gerar manifestações populares de protesto em diferentes países da Europa. Na foto, uma manifestação de trabalhadores espanhóis, em Barcelona, em Maio

Traduzindo os objectivos da política governamental com uma clareza que não deixa dúvidas a ninguém, o patrão da Fiat, Giovanni Agnelli, afirmou recentemente ser «vital reduzir o mais rapidamente possível as despesas com a saúde e o sis-

tema de reformas, as duas principais rúbricas na origem do défice orçamental».

Simultaneamente, um relatório do Banco de Itália anuncia a liquidação de 70 000 a 100 000 postos de trabalho na indústria até ao fim do ano, e de 600 000 até

1996, o que corresponde a um salto na percentagem de desemprego dos 10,9% actuais para os 14,2%.

Uma política que está bem longe de ser exclusiva da realidade italiana, antes se afirma como política comum na Europa da CEE.

África do Sul

ANC exige fim da violência e libertação dos presos políticos

A cimeira entre Nelson Mandela, dirigente do ANC, e o presidente sul-africano, Frederick De Klerk, poderá ainda realizar-se antes do fim do mês, momento em que Mandela iniciará uma nova visita ao estrangeiro. Um encontro que será decisivo para a possível superação da crise política que se vive no país, provocada por uma escalada de violência que já levou a dois massacres de que foram vítimas dezenas de militantes do ANC.

Na sequência desta possível cimeira, tanto o Governo como o Comité Executivo do ANC deverão ratificar os acordos firmados entre o ministro do Desenvolvimento Constitucional, Roelf Meyer, e o secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, em negociações entretanto realizadas.

Para a realização da Cimeira, Mandela exige garantias de implementação das recomendações da Comissão Goldstone, e do enviado das Nações Unidas, Cyrus Vance, garantias relativas ao controlo da violência.

No centro das divergências entre as duas partes, destaca-se a exigência do ANC de libertação de 400 presos políticos ainda detidos em cadeias sul-africanas.

A marca da violência na África do Sul esteve bem presente nestes dias com o início do julgamento dos réus do massacre de Boipatong, em que 39 pessoas foram assassinadas, e os funerais das vítimas do massacre de Ciskei.

No discurso pronunciado perante as 40 000 pessoas que acompanharam o funeral dos manifestantes abatidos pelo exército do Ciskei, o vice-presidente do ANC, Walter Sisulu, afirmou que as acções de massas do movimento continuarão «até ao nascimento de uma África do Sul multi-racial e democrática» e declarou que nenhuma parte do país «deve ser zona interdita para as forças democráticas».

Em véspera dos funerais, o Parlamento Europeu pediu a nomeação rápida de um governo provisório na África do Sul e a supressão do sistema dos bantustões, «obstáculo maior ao processo de desmantelamento do apartheid».

Os parlamentares convidaram as autoridades dos «doze» a «exercer as pressões mais firmes sobre as autoridades sul-africanas, a fim de que elas tomem medidas concretas que constituam progressos reais para o desmantelamento do apartheid».

Os euro-deputados expressaram o desejo de que o presidente Frederyk De Klerk tome «sem mais atraso» as medidas que permitam controlar as forças de polícia e de segurança, bem como as organizações militares paralelas, acusadas de «estimular os conflitos sangrentos» no país.

O Parlamento da Comunidade Europeia solicitou a libertação de todos os presos políticos e o levantamento das leis repressivas ainda em vigor na África do Sul.

Cuba

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) prosseguirá a sua colaboração com Cuba, declarou o administrador desse departamento da ONU, Fernando Zumbano, no fim da visita ao país. Com tal colaboração se visa «um maior dinamismo da economia cubana». É ainda considerada a possibilidade de concessão de recursos adicionais em programas relacionados com o meio ambiente e a protecção da Natureza.

Entretanto, o Senado norte-americano, em mais uma medida dirigida contra Havana, aprovou uma Acta que proíbe relações comerciais de empresas subsidiárias dos Estados Unidos com Cuba, e ainda a ajuda ou o perdão da dívida a quem ajude Cuba. Proíbe também a entrada em portos americanos, por um período de seis meses, aos barcos que tenham transportado mercadorias de/ou para Havana.

Washington continua a insistir nas suas pretensões imperiais.

ACNUR

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) não concorda com a política dos Estados Unidos em bloquear o êxodo de haitianos e alertou que ele continuará até se conseguir um acordo político no Haiti.

O responsável do ACNUR para o Norte da América do Sul e Caraíbas, Philippe Lavanchy, disse em Quito, que após o golpe militar que derrubou o presidente Jean-Bertrand Aristide, 40 mil pessoas já fugiram da ilha.

Lavanchy denunciou que desse total as autoridades dos Estados Unidos «seleccionaram» 10 mil haitianos sem a participação do ACNUR e repatriaram outros 20 mil.

«No Haiti há fome e uma situação dos direitos humanos muito precária», referiu o funcionário do ACNUR alertando que esses dois factores continuarão a provocar fugas maciças.

Timor

O embaixador dos Estados Unidos, em Jacarta, Robert Barry, afirmou que Washington se opõe a uma lei que visa pôr termo ao auxílio militar norte-americano à Indonésia após o massacre de manifestantes anti-indonésios em Timor-Leste.

Segundo o diplomata, o secretário da Defesa e o subsecretário de Estado opõem-se à lei porque o programa é do interesse de ambas as partes (!).

Mais de 100 pessoas foram mortas por soldados indonésios que dispararam sobre manifestantes anti-indonésios em Dili.

Os militares às ordens de Jacarta admitiram inicialmente ter morto 19 pessoas, aumentando mais tarde este número para 50 mortos e 90 desaparecidos.

Quirguistão

Um partido comunista foi registado na República do Quirguistão, Ásia Central, anunciou a agência Itar-Tass, citada pela BBC.

O presidente do comité da organização do novo partido, Barpi Rispaiev, afirmou que «não queremos ser herdeiros materiais dos nossos antecessores, mas não rejeitamos a herança ideológica comunista em política, em teoria e em moral».

Somália

As Nações Unidas estão a preparar uma conferência internacional para coordenar as operações de ajuda humanitária na Somália, país afectado pela seca, fome e guerra civil, revelaram em Nairobi fontes diplomáticas.

A conferência, que deverá realizar-se antes do final deste mês em Nairobi ou Genebra, reunirá todas as organizações humanitárias, as não-governamentais e os países doadores.

Segundo as fontes, apesar da mobilização da comunidade internacional nas últimas semanas, a ONU crê que a situação na Somália continua a agravar-se, pelo que é necessária a realização de uma conferência para analisar a questão.

Coreia

Os primeiros-ministros das duas Coreias assinaram em Pyongyang uma série de protocolos destinados a conseguir a reconciliação entre os dois países, embora sem chegarem a um acordo sobre a interdição de armas nucleares e reunião de famílias.

Chung Won-Shik, pela Coreia do Sul, e o seu homólogo, Yon Hyong-Muk, assinaram protocolos de reconciliação, de não-agressão e de cooperação, prevendo a entrada em vigor do acordo de paz assinado em Dezembro último, disse um comunicado conjunto.

Moçambique Parlamento debate acordos de Paz

A Assembleia da República de Moçambique reuniu-se em sessão extraordinária pública para debater e aprovar os instrumentos legais incorporando os protocolos de Roma, as garantias e o acordo geral de Paz na lei moçambicana.

O Parlamento moçambicano cumpre assim o que ficou determinado na declaração conjunta assinada no passado dia 7 de Agosto, em Roma, pelo presidente moçambicano, Joaquim Chissano, e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama.

Das conversações de Roma entre o governo de Maputo e a Renamo, saíram até agora três protocolos: «dos princípios fundamentais», «critérios e modalidades para a formação e reconhecimento dos partidos políticos» e «princípios da lei eleitoral».

Foram ainda assinadas uma acta para melhorar o funcionamento da Comissão Mista de Verificação (COMIVE) do cessar-fogo parcial nos corredores da Beira e do Limpopo e uma declaração sobre os princípios orientadores da ajuda humanitária.

A declaração conjunta inclui uma série de compromissos sobre garantias e segurança, bem como sobre salvaguarda dos direitos políticos.

Perante o impasse verificado em Roma quanto aos três protocolos pendentes sobre questões militares, garantias e processo técnico do cessar-fogo, o presidente moçambicano e o líder da Renamo realizaram novo encontro, em Gaborone, Botswana, em que foi possível ultrapassar os obstáculos que impediam o acordo.

No encontro de Botswana, foi acordado manter o serviço de segurança do Estado, após a assinatura da paz, embora sujeito a estreita fiscalização. Foi igualmente

acordado que o futuro Exército nacional será constituído por 30 mil homens, englobando os três ramos das forças armadas.

Será entretanto criada uma Comissão fiscalizadora, que integrará cidadãos com características profissionais e pessoais aceites por todos os partidos políticos, e que terá por tarefa fiscalizar a legalidade das actividades do serviço de segurança, garantindo os direitos políticos dos cidadãos.

Entretanto—e apesar dos avanços entretanto alcançados no sentido de um processo de paz—, a actuação da Renamo continua a levantar problemas, nomeadamente no que se refer ao auxílio humanitário às populações.

Nestes dias, as Nações Unidas lançaram um ultimato à Renamo, exigindo-lhe que aceite, na globalidade, o plano para assistência alimentar de urgência às vítimas da fome em Moçambique.

Se a Renamo não aceitar entretanto a proposta da ONU, «vamos responsabilizá-la perante a comunidade internacional pela morte de pessoas nas áreas sob o seu controlo», afirmou Malsgang Scholis, embaixador-adjunto da ONU em Moçambique.

A Renamo não parece interessada em colaborar com o plano de emergência das Nações Unidas, uma vez que o método de distribuição proposto pelo movimento é «complicado e sinuoso, senão impossível», afirmou o alto funcionário da ONU.

Segundo Malsgang Scholis, seria impossível abastecer por via aérea os cerca de três milhões de pessoas em situação de crise alimentar no país, quer por razões operacionais, quer pelos custos financeiros da operação.

As Nações Unidas e, de uma forma geral, as várias organizações de ajuda huma-



Num quadro de guerra e de fome generalizada, a paz é a única esperança de sobrevivência

nitária com actividades em Moçambique, interpretam a posição da Renamo como arrogante e bem longe dos anseios das vítimas da fome.

Observadores em Maputo consideram esta atitude da Renamo como prova de fra-

queza, pelo receio de mostrar a precariedade da sua organização nas zonas que controla militarmente, e cuja realidade não corresponderá, sem dúvida, à imagem que tenta «vender» à opinião pública internacional.

Um milhão e meio de refugiados

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), em comunicado distribuído em Genebra, alerta para o «alarmante fluxo» de moçambicanos para o Malawi e o Zimbábue.

O ACNUR prevê que 300 000 moçambicanos poderão vir a pedir asilo nestes dois países até ao final do ano.

Este organismo da ONU declara necessitar de 40 milhões de dólares até ao fim do ano para cuidar desses refugiados, mas frisa que só uma solução política permitirá que a comida chegue ao interior de Moçambique e pare imediatamente o êxodo.

Mais de 1,5 milhões de moçambicanos já se refugiaram em países vizinhos, fugindo à fome, à guerra e à seca no seu país, nos últimos dez anos, diz o comunicado.

A maioria destes refugiados, muitos deles só com pele e osso, chega sem péssimas condições aos campos superlotados do Zimbábue, sofrendo de sarampo, pelagra, desintéria e sarna.

Segundo o comunicado do ACNUR, em Julho e Agosto últimos 30 000 moçambicanos atravessaram a fronteira para o Malawi e em menos de um mês 5500 entraram no Zimbábue. Outros, em números menos importantes, pediram asilo na Tanzânia, Zâmbia e Suazilândia.

Mas, salienta o ACNUR, os países de acolhimento também se encontram em posição difícil devido à seca e têm de partilhar com os fugitivos moçambicanos os escassos recursos que possuem, o que faz aumentar os ressentimentos contra a vaga de refugiados.

Para evitar tensões entre populações locais e refugiados, o ACNUR distribuiu 45 000 toneladas de comida dos seus próprios estoques.

Os índices de mortalidade nos campos de refugiados são elevados, prossegue o ACNUR, notando que, num do campo do Zimbábue, ele se situa em 8/10 000 por dia.

O ACNUR nota, por outro lado, que no Malawi os refugiados recebem 1800 calorias por dia e no Zimbábue 1700, quando o mínimo deveria ser 2200.

Economia em Notícias

Desenvolvimento deve ser prioridade da ONU

O secretário-geral das Nações Unidas, Butros Ghali, propôs uma estratégia «integrada» para fomentar o desenvolvimento no Terceiro Mundo.

Ghali sublinhou que as acções da ONU no campo da paz não devem ser realizadas em detrimento das suas responsabilidades para com os países em desenvolvimento.

Acrescentou que o desenvolvimento sustentado «não é possível sem o respeito pelos direitos humanos» que, segundo Butros Ghali, «carecem de sentido enquanto se ignorar a pobreza e a privação».

Ghali considerou inaceitável que «a pobreza absoluta, fome, doença, analfabetismo e desespero seja o destino de um quinto da população mundial».

O líder da ONU afirmou que «nunca como hoje se tornou tão evidente a necessidade da paz, democracia, direitos humanos, meio ambiente e política social».

EUA Défice comercial acentuou-se

O défice comercial americano acentuou-se fortemente em Julho, face a Junho, ao atingir 7,82 mil milhões de dólares, assinalando o pior comportamento depois de Novembro de 1990, anunciou o governo.

Este valor representa um agravamento de 16,2 por cento e é pior do que o esperado pelos analistas que previam um défice situado entre os 7,00 e os 7,25 mil milhões de dólares.

De Janeiro a Julho, o défice comercial americano atinge já os 74,5 mil milhões de dólares, em ritmo anual, prevendo-se que possa chegar aos 80 mil milhões de dólares no final de 1992, segundo alguns observadores.

Desemprego na Grã-Bretanha

O desemprego sofreu um crescimento acentuado no Reino Unido, em Agosto, passando a atingir perto de 10 por cento da população activa, enquanto a produção industrial continuou a estagnar, em Julho, segundo indicadores económicos agora publicados.

O número de pessoas à procura de trabalho aumentou em 47 400, no mês de Agosto, e passou a atingir 2,807 milhões, conduzindo a taxa de desemprego para 9,9 por cento, anunciou o Ministério do Emprego, reportando-se a dados provisórios corrigidos de variações sazonais.

Esta taxa segue-se à de 9,8 por cento, no mês de Julho, e é a mais elevada depois de Junho de 1987.

Trata-se do 28º mês consecutivo de aumento do desemprego na Grã-Bretanha, numa progressão que ultrapassa, em quase o dobro, as previsões dos analistas.

Países em vias de desenvolvimento atingidos pela crise monetária

A crise monetária internacional tem um «efeito negativo» nas economias dos países em desenvolvimento, declarou Alhaj Ahmadu Abubakar, presidente do Grupo dos 24, que representa os interesses dos países em vias de desenvolvimento.

Abubakar, ministro das Finanças da Nigéria, falava numa conferência de imprensa no mesmo dia em que se realizavam em Washington as reuniões do grupo dos sete países mais industrializados, dominada pela crise do sistema monetário europeu, e a 47ª assembleia anual do FMI e do Banco Mundial.

O ministro nigeriano sublinhou que a crise monetária «afecta as nossas taxas de câmbio, desvaloriza as nossas poupanças e rendimentos e afecta os termos de troca».

Num comunicado comum, os ministros das Finanças dos 24 apelaram para que os países industrializados no sentido de que prossigam «reformas estruturais significativas e políticas macroeconómicas credíveis para eliminarem a rigidez estrutural das suas economias».

Pediram ainda uma «redução das taxas de juro a longo prazo e das divergentes políticas económicas» dos países industrializados, bem como a promoção por estes do «crescimento económico global com estabilidade de preços».

Manifestaram-se ainda preocupados com o facto de os países industrializados, «depois de 25 anos de apelos e promessas», apenas consagrarem 0,3 por cento dos seus PIB's a ajuda ao desenvolvimento, em vez dos 0,7 por cento previstos.

Criado em 1972, o Grupo dos 24 reúne países da Ásia, África e América Latina.

OIT — Desemprego em perspectiva

Cerca de 400 milhões de pessoas entrarão no mercado de trabalho mundial até ao fim deste século mas sem grandes expectativas de conseguir um emprego, segundo um estudo divulgado em Washington.

Um documento elaborado por um responsável da Organização Internacional do Trabalho (OIT) prevê que até ao ano 2000 cerca de 700 milhões de pessoas deverão entrar de novo no mercado de trabalho.

«Infelizmente as perspectivas de criação de emprego não são brilhantes», observou.

Lonnroth assinalou que as situações na Rússia e em África são particularmente alarmantes, adiantando que os estudos efectuados detectaram pelo menos um excedente de 25 por cento nos efectivos das empresas estatais russas, onde 15 milhões de pessoas poderão ficar sem emprego este ano.

Manifestantes contra Collor

Cerca de 700 mil pessoas concentraram-se sexta-feira passada no centro de São Paulo para apoiar o julgamento do presidente Collor de Mello, que o Congresso deverá aceitar antes do fim deste mês.

A manifestação contra o chefe de Estado e contra a corrupção no governo teve o apoio de partidos políticos, centrais sindicais, organizações empresariais, autoridades do Estado e municipais.

Em todas as intervenções foi pedida a substituição de Collor de Mello por crimes de corrupção.

Representantes de todos os partidos políticos, incluindo os que apoiam o governo, participaram na manifestação.

O dirigente da Central única dos trabalhadores, Jair Menequelli, lançou um apelo aos trabalhadores brasileiros para paralisarem o país no dia em que os deputados votarem o pedido de destruição, e para entrarem em greve por prazo ilimitado caso seja rejeitada.

Na manhã de sexta-feira, 25 mil estudantes participaram em São Paulo numa manifestação contra o chefe de Estado, enquanto outros 15 mil saíram para a rua na capital do estado de Belo Horizonte.



Enquanto Savimbi continua a apostar na desestabilização, e na tentativa de inviabilização do processo de Paz em Angola, Eduardo dos Santos defende consequentemente esse processo, como via certa para o futuro do país, numa perspectiva de desenvolvimento e democracia

Fotos Lusa/Guilherme Venâncio

Savimbi ameaça processo angolano

Os angolanos têm eleições marcadas para a próxima terça-feira. Estes últimos dias têm, contudo, feito subir a tensão a um ponto tal que todos os pessimismos se tornaram possíveis. Da parte da direcção do MPLA, à hora em que escrevemos (segunda-feira à noite), existe uma firme determinação no sentido de tudo fazer para que as eleições se realizem nas datas previstas.

João Lourenço, secretário do Bureau Político do MPLA, afirmou isso mesmo esta noite, acrescentando apenas uma condição: que as duas forças armadas – as FAPLA e as FALA – sejam extintas a 27 de Setembro ou, pelo menos, que seja criado um mecanismo internacionalmente verificável que neutralize completamente os dois exércitos.

Dizer que a situação é instável e perigosa é dizer muito pouco, é ficar muito aquém do que se sente ao falar com pessoas responsáveis.

Tensão no Bié

No Cuito, capital do Bié, a situação é muito grave. Homens das FALA, obedecendo a «ordens superiores» incendiaram três viaturas da Presidência da República e sequestraram cerca de uma dezena de homens da guarda presidencial. O pretexto é sempre o mesmo: «queriam matar o presidente Savimbi». Provas é coisa que, evidentemente, não há. Talvez mais grave ainda do que isto, os homens de Savimbi assaltaram as instalações da UNAVEM II, a força da ONU encarregada de acompanhar e fiscalizar o processo angolano, para de lá levarem as armas que anteriormente tinham apreendido nas viaturas que incendiaram. Por outro lado, sempre obedecendo a ordens superiores, os «unitas» ocuparam o aeroporto do Cuito e dizem que deitam abaixo quem quer que pretenda aí aterrar.

Em Viana, município dos arredores de Luanda, num grave incidente que opôs «unitas» à Polícia de Emergência, ficaram caídos, segundo consta, meia dúzia de homens da Unita (há quem fale num número mais elevado). Na véspera, militares da Unita tinham morto um polícia que se manifestava à civil com uma camisola do MPLA.

Nas duas últimas semanas não há dia em que a Unita, os militares da Unita, não desencadeie um ataque à polícia, não assassine um apoiante do MPLA, não faça qualquer desmando quase sempre com efusão de sangue.

Boicote

Se isto não bastasse, a atitude deliberada da Unita fica muito bem esclarecida com a coincidência no tempo de um verdadeiro boicote por parte da organização de Jonas Savimbi a todas as reuniões de instâncias mistas, quer bilaterais com o Governo, quer multinacionais como a Comissão Conjunta Político Militar (CCPM) ou a Comissão Militar de Verificação e Fiscalização (CMVVF).

Segundo rumores que hoje insistentemente corriam em Luanda – e que não foram desmentidos por ninguém – a direcção da Unita estava reunida no Huambo. Era uma reunião de emergência.

Simultaneamente, outro *mujimbo* (boato quase verdadeiro, ou que o pode mesmo ser) falava na deserção de um importante general das FALA, o general António Dembo, e de mais uma série de outros oficiais superiores. Ninguém se atrevia a desmentir formalmente. Tão-pouco havia confirmações, a não ser entre os jornalistas.

A dar-se este acontecimento – o que será certamente confirmado (ou não) com algum espectáculo até ao fim-de-semana – ele assumirá importância acrescida pelo facto de o general Dembo ser um homem do Norte, aquele a quem Savimbi encarregou de abrir a frente norte, nas províncias do Uíge, Bengo, Kwanza Norte e Zaire. Ele era também o homem que devia instalar a chamada «Jamba 2» junto à fronteira com o Zaire.

Não é um homem qualquer. Teve papel de destaque no último Congresso da Unita e é tido como influente entre os quadros provenientes da região dos kimbundus e mesmo dos kikongos.

Seja como for, a verdade é que a Unita e Savimbi estão a dar mostras de um nervosismo fora do vulgar. João Lourenço falou mesmo em «pânico».

Segundo o secretário para a Informação do MPLA, o «pânico» surge junto com a convicção de que a vitória eleitoral é esperança que só com muita dificuldade os «unitas» podem manter.

O palavreado de Jonas Savimbi – que foi à África do Sul depois de um comércio para as tropas na Jamba – está cada vez mais provocador.

Há poucas semanas, em Luanda, ao inaugurar o «comité piloto» (as sedes da Unita têm essa designação) do bairro de São Paulo, Savimbi reivindicou os ataques à refinaria da Petrogal e ao Aeroporto. «Na altura dissemos que não. Não era conveniente diplomaticamente. Mas fomos nós, sim senhor», exclamou com orgulho.

O homem fala assim. Não parece linguagem de presidencial, é verdade, mas deve ser a ideia que ele tem de «angolanidade» e «africanidade». É que este homem que serviu tão fielmente os racistas sul-africanos, que designou como «inimigos» não só o MPLA, mais «os russos e os cubanos», mas ainda o ANC e a SWAPO, um homem com esta história vem agora falar de «africanidade». Ele diz que José Eduardo dos Santos não conhece a «Angola profunda» e que o MPLA pouco sabe de «africanidade».

Há em Angola quem, com responsabilidade, afirme que se está na presença do «fascismo africano». O que é certo é que, hoje, ninguém pode pôr honestamente em dúvida o facto indelével de que, mesmo no interior da Unita, Savimbi é responsável por numerosos crimes de morte, muitos deles sem qualquer motivação política imediata. Mulheres que lhe negaram favores, homens a quem cobiçava as mulheres, «feiticeiras», velhos e crianças – muitos deles queimados vivos – morreram às ordens de Savimbi. São já muitas as testemunhas oculares que o dizem em público.

Tony da Costa Fernandes vem quase todos os dias à televisão, no tempo de antena do Fórum Democrático Angolano (FDA), apontar o dedo acusador e dizer «eu vi, eu estava lá». As coisas que o homem viu são de estarrecer. As suas palavras, ditas com convicção e grande capacidade comunicativa, olhando de frente para a câmara como se estivesse olhando nos olhos de Savimbi, não podem deixar de causar mocha.

Já em anterior escrito se chamava a atenção para os perigos que corria o processo angolano. As semanas que passaram não fizeram mais do que adensar as nuvens que pairam sobre este país irmão.

Permanece a esperança de que as eleições se realizem e que o MPLA as vença com à-vontade. Mas tudo pode acontecer.

À comunidade internacional cabe um papel importante. Mas a verdade é que não se vê suficiente determinação por parte de quem tanta pressão fez para que as eleições se realizassem num prazo por muitos considerado como curto. Foi a Unita e os seus protectores quem impuseram os prazos. Savimbi chegou a dizer o seu porquê: «é que as pessoas podem esquecer-se».

Mas as pessoas não se esqueceram do que a Unita é. Se houvesse tendência para o esquecimento, a própria Unita se encarrega de lembrar todos os dias.

Referendo francês abala a Europa Et maintenant?

Fechadas as urnas, contados os votos, a França colocou a Europa no passado domingo uma questão bicuda: *Et maintenant?*

E agora? Que fazer com os resultados de um referendo que revela uma França dividida ao meio e em que a escassíssima margem de vitória do "sim" não permite aos seus apoiantes ignorar o peso esmagador do "não"?

É verdade que por um se ganha e por um se perde. Mas há vitórias que têm o sabor amargo da derrota. Como esta. E nenhum dirigente político, francês ou

europeu, por mais que pretenda fazer crer o contrário, o poderá ignorar.

O referendo francês sobre o Tratado de Maastricht arrisca-se a ficar para a história da "construção europeia" como um ponto de viragem importante, apesar do espectáculo degradante da política ou talvez por causa dele.

Na campanha valeu tudo. E não apenas em França. É que desde a primeira hora,

nos países onde não se reconhece à população discernimento bastante para ser esclarecida e chamada a dar a sua opinião, o plebiscito francês foi pretexto para a mais gigantesca e grotesca campanha pelo "sim".

À medida que os partidários do "não" foram aumentando - o que sucedeu na razão directa do aumento do debate e do esclarecimento - os franceses foram sendo ameaçados com o fim do

mundo, o caos, o dilúvio, a miséria, a guerra, as pragas e o mais que a imaginação ditou. Para tanto, não hesitaram os defensores do "sim" em falar do "fim da liderança francesa da Comunidade", que não passa de um mito; do descalabro económico, que é cada vez mais uma realidade à escala europeia; do desemprego e do agravamento das condições de vida, o que é cada vez mais uma realidade para a grande

maioria da população europeia; da confrontação étnica, que lamentavelmente já grassa pelo velho continente e tem em França uma das suas mais sérias expressões com o crescendo da xenofobia e do racismo; da falência das conversações sobre o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que há anos se arrasta de impasse em impasse; da tomada do poder pelas forças de direita e extrema-direita, que nos últimos anos têm vindo a ganhar posições nos aparelhos de Estado; do domínio

incontrolável da Alemanha, que é já hoje quem de facto dita o passo à Europa.

O rol podia continuar, mas de facto não vale a pena. O que importa reter é que os defensores do "sim" tocaram todos os pontos nevrálgicos da vida política, económica e social francesa - de que são os principais responsáveis -, rotulando-os de males futuros, como se não existissem desde já. Como sucedeu desde o início da chamada "construção europeia", o Tratado de Maastricht foi apresentado como panaceia de todos os problemas, uma promessa de ouro sobre azul no cinzento quotidiano francês.

Verdadeiro pau de dois bicos, tal argumentação fez com que o feitiço se virasse contra os feiticeiros. Basta ver a distribuição social e



Comunicado da Comissão Política do CC do PCP

A Comissão Política do CC do PCP analisou na sua reunião de segunda-feira os resultados do referendo em França e a continuação da luta contra a ratificação do Tratado de Maastricht por Portugal e a crise que se verifica no Sistema Monetário Europeu e a necessidade urgente de salvaguardar os interesses nacionais.

O referendo francês e a luta pelo "NÃO" a Maastricht

O resultado do referendo em França, a vitória tangencial do SIM e os expressivos 49% alcançados pelos defensores do NÃO, as circunstâncias que rodearam esta importante batalha política e as influências que ela não deixará de exercer a nível internacional e especificamente da Comunidade Europeia e dos países que a integram, constituem motivo para uma indispensável reflexão.

A Comissão Política do PCP considera ser de sublinhar desde já que:

- num referendo em que, à partida, tinha sido prevista uma muito fácil e larga maioria a favor do SIM, os 49% que o NÃO acabou por alcançar, para mais em condições particularmente desfavoráveis ditadas pelo vasto arsenal de formas de pressão e de coacção utilizados e pela desproporção dos meios em jogo, representam uma impressionante manifestação da vontade de metade do eleitorado francês contra o Tratado de Maastricht e o rumo da União Europeia que ele consagra;

- o expressivo resultado alcançado pelo NÃO em França, depois da maioria alcançada pelo NÃO no referendo da Dinamarca (que só por si foi suficiente para comprometer a validade jurídica do Tratado), a somar ao crescente e cada dia que passa mais significativo movimento de opinião contra o Tratado de Maastricht que se regista nos restantes países da Comunidade Europeia, fragilizou extraordinariamente a posição dos governos e dos círculos dominantes que pretendem impor o Tratado de Maastricht aos povos da Europa e torna politicamente insustentável a tentativa de erguer numa base tão instável, e com uma tão grande oposição, tão amplas desconfianças e tão profundas divisões, uma União Europeia supranacional e de carácter federalista.

Aqueles que agora invocam, esquecendo o que disseram sobre o referendo da Dinamarca, que "por um voto se ganha" não têm em conta que em matéria de tal transcendência política para a vida e para o futuro histórico dos povos e das nações europeias se exige alcançar um largo consenso no seio das respectivas sociedades.

O PCP salienta ainda o importante significado do facto de o movimento pelo NÃO a Maastricht ter vindo a desenvolver-se, em todos os países da CEE, contra a vontade dos governos e dos círculos dominantes, e à medida que a informação e o debate públicos se alargaram e aprofundaram. Do mesmo modo que na Dinamarca, também o referendo francês mostrou o enorme fosso existente entre a posição dos governos e parlamentos, e a opinião e a vontade real dos povos.

É igualmente de salientar que apesar da França constituir uma grande potência e do Tratado de Maastricht lhe conferir, em conjunto com a Alemanha e a Inglaterra, um importante papel decisório (o que não acontece com os países mais pequenos da Comunidade - como Portugal -, que mesmo conjuntamente não dispõem de poder para impedir aplicação de políticas contrárias aos seus interesses) uma parte muito significativa do eleitorado francês evidenciou uma viva consci-



ência em relação aos perigos do federalismo e da perda de soberania nacional que as fórmulas supranacionais da União Europeia comportam.

A Comissão Política considera que os resultados do referendo em França põem ainda mais em evidência a exigência de um amplo debate nacional e da realização de um referendo sobre a ratificação do Tratado de Maastricht por Portugal.

O PCP denuncia os projectos do Governo, em estreito entendimento com o PS, para limitar à Assembleia da República um debate e uma decisão em que é imperativo que participe activamente todo o povo português.

Nenhuma força política, ou "bloco central" pró-Maastricht, têm o direito democrático de impor ao País um Tratado tão comprovadamente controverso, sem que os portugueses tenham a possibilidade de sobre ele se pronunciarem e de decidirem.

O PCP sublinha o facto de ter apresentado à Assembleia da República (e de estar pendente para apreciação) um projecto de revisão constitucional com o único e exclusivo objectivo de, a título extraordinário, tornar possível a realização de um referendo em Portugal através do qual o povo português exprima a sua vontade.

Diferentemente de outras posições que têm vindo a público, o referendo que o PCP propôs que fosse constitucionalmente previsto, só faz sentido se for prévio e condicionante em relação à revisão constitucional através da qual o PSD e o PS pretendem adequar a Constituição a normas do Tratado de Maastricht. Será nesse sentido e com esse objectivo que o PCP intervirá na Comissão de Revisão Constitucional.

O PCP reafirma a sua rejeição do Tratado de Maastricht, por este impor a Portugal transferências de soberania, em áreas fundamentais, para instâncias supranacionais subordinadas aos interesses dos principais países e de poderosos grupos económicos transnacionais.

Não se trata, como proclamam os defensores do SIM, de instituir uma "partilha de soberania" livremente aceite e gerida em comum pelos Estados-membros, quando o que o Tratado de Maastricht prevê são profundos desequilíbrios de poder e de influência entre os Estados que integram a CE, a substituição do princípio de unanimidade pela maioria qualificada como regra geral da tomada de decisões e a retirada aos pequenos países da possibilidade de veto e do direito de invocação de interesses vitais.

Também não é exacto nem minimamente aceitável o argumento, ditado pelo claro propósito de coagir e de impor

pelo medo opções contrárias à opinião e à sensibilidade de sectores muito vastos da população, de que o NÃO a Maastricht representaria a liquidação da cooperação europeia e provocaria o caos e a catástrofe no nosso país.

É inaceitável, por exemplo, que o Primeiro-Ministro Cavaco Silva e o Secretário-Geral do PS continuem a tentar coagir a opinião dos portugueses em relação ao Tratado de Maastricht, ameaçando com o desaparecimento dos fundos comunitários se o Tratado não entrar em vigor. A verdade é que desde 1988, muito antes do Tratado de Maastricht, está prevista a entrada em vigor em 1993 de um novo quadro de fundos comunitários (as "novas perspectivas financeiras") orientado para o reforço dos fundos estruturais, coincidindo com a implementação plena do Mercado Único.

A recusa frontal da União Europeia assente numa via federalista e supranacional, como a concebida em Maastricht, inscreve-se na luta do PCP pela organização e o aprofundamento da cooperação em vários domínios entre os Estados-membros das Comunidades Europeias e, numa perspectiva mais ampla, entre os Estados europeus.

A União Europeia prevista no Tratado de Maastricht não é uma mera decorrência da evolução das Comunidades Europeias, nem constitui a única nem sobretudo a mais adequada via para o aprofundamento das relações no âmbito das Comunidades.

A recente agitação nos mercados cambiais e a turbulência registada no interior do Sistema Monetário Europeu (com a suspensão da participação da libra e da lira e a desvalorização da peseta), é mais um sinal da inadequação das orientações da União Monetária às diversificadas realidades económicas dos Estados-membros.

Sem dúvida que os recentes acontecimentos monetários integraram uma forte componente especulativa e tiveram em vista, igualmente, o referendo em França.

Mas as suas causas fundamentais radicam nos profundos desequilíbrios existentes entre as economias dos países da CEE e, por consequência, nos interesses divergentes dos vários países quanto às orientações e prioridades da política monetária. Neste quadro de enormes desequilíbrios reais entre as diversas economias nacionais, é insustentável a ideia de implementação de uma política monetária única e de criação de uma moeda única que o Tratado de Maastricht impõe.

No que respeita às incidências internas do desalinhamento verificado no SME, a Comissão Política do PCP condena a posição do Governo de permitir novas revalorizações do escudo, nomeadamente em relação à peseta, à lira e à libra, o que afecta gravemente a competitividade dos produtos portugueses.

Este comportamento irresponsável do Governo só pode conduzir à aceleração do processo recessivo que já se faz sentir na actividade produtiva nacional.

A Comissão Política do PCP considera que o resultado político do referendo em França constitui um estímulo muito importante para os que em Portugal estão empenhados na luta pelo NÃO a Maastricht. E renova o apelo à intensificação e ao alargamento da campanha pelo NÃO a Maastricht e à multiplicação de iniciativas de esclarecimento e de debate e à subscrição do abaixo-assinado nacional lançado por um conjunto de personalidades.

21 de Setembro de 1992

DE EUROPEIA

geográfica dos resultados do referendo para constatar, sem margem para dúvidas, que a clivagem entre o "sim" e o "não" se registou entre "ricos e pobres". A favor da ratificação do Tratado estiveram os grandes centros urbanos, os privilegiados, os quadros superiores, a quem a integração europeia tem aberto novas portas; contra, votaram os agricultores e operários empobrecidos, os trabalhadores desempregados, as regiões esquecidas dos grandes centros de decisão, para quem a Europa foi uma miragem, um sonho por cumprir.

Por isso mesmo, e não por uns serem a favor e outros contra a Europa como demagogicamente muito analista quis fazer crer, é que a clivagem entre os franceses não seguiu a tradicional separação entre direita e esquerda, antes reflectiu uma realidade bem mais crua, a de uma França a duas velocidades, espelho de uma Europa também ela a duas velocidades.

E agora?

A campanha da generali-

dade da imprensa portuguesa pelo "sim" francês, forma nada subtil de fomentar nos espíritos portugueses a adesão às teses governamentais, sem debate e sem consulta, assume neste pós-referendo de 20 de Setembro em França aspectos de caricatura.

Houve quem, clamando as virtualidades de um tratado pelo qual passaríamos a ser todos iguais, demonstrasse à saciedade que o "não" da Dinamarca nada seria comparado com o terramoto de um eventual "não" dos franceses. Não faltou quem, numa febre nunca vista de

"esclarecimento", interrogasse nas suas páginas se "D. Afonso Henriques votaria 'sim'" a Maastricht e conseguisse a proeza de responder pela afirmativa. Ou falasse da "caça às rolas" (ameaçada), do "queijo da Serra" (no futuro porventura mais higiénico e menos saboroso), do "volante à direita" que os ingleses não dispensam e dos "faróis amarelos" que os franceses vão deixar de ter.

Tudo muito sério, muito

didáctico, muito popular.

Mais frontal foi Belmiro de Azevedo, patrão da Sonae, que fez fé da sua capacidade poliglota afirmando ter lido o Tratado em três línguas, ter concluído que o mesmo é mais fácil do que "o Código de Valores Imobiliários que existe em Portugal" e justificar a sua oposição a um referendo em Portugal com o analfabetismo do eleitorado nacional.

Cavaco Silva, como seria de esperar, participou na campanha com as cores da desgraça; um "não" dos franceses seria "dramático para toda a Europa e teria naturalmente consequências negativas para Portugal", a saber, o fim da transferência de verbas e do tão propalado Fundo de Coesão acordado em Maastricht, a que por acaso os "ricos" da Europa não atribuíram qualquer verba, antes optando pela indefinida definição de que ela será "suficiente".

Da linguagem (propositadamente?) tecnicista e ambígua do Tratado não falaram os apoiantes de Maastricht. Nem das grandes decisões

europeias tomadas por burocratas, governos e parlamentos sem ouvir as populações. Nem da tomada de medidas para o avanço da Europa social. Nem das situações de excepção aceites para a Grã-Bretanha.

Com a vitória tangencial do "sim", o discurso mudou. Não ganhando para o susto e sem saber o que o futuro próximo reserva em países como a Alemanha ou a Grã-Bretanha onde aumentam os partidários do referendo, como de resto em Portugal - os políticos europeus não têm razões para suspiros de alívio. Reconhecem a necessidade de um "exercício de humildade", de "explicar a Europa aos cidadãos", de "aproximar as decisões da população", de "combater o défice democrático". Seja qual for a Europa a construir, já não será a de Maastricht. Como demonstraram os três milhões de desempregados franceses, três quartos dos operários, artesãos e empregados, está nas mãos dos povos traçar outro rumo para a Europa.

**Novas adesões
ao abaixo-assinado
pelo «Não»
a Maastricht**

Num quadro de grande receptividade que já se traduziu na recolha de milhares de assinaturas, continuam a ser recebidos novos e diversificados apoios e adesões ao abaixo-assinado lançado em 3 de Setembro por 56 personalidades apelando à Assembleia da República para que não ratifique o Tratado de Maastricht.

Destacamos designadamente a recente subscrição do abaixo-assinado por:

- Alberto Andrade, membro da Assembleia Metropolitana do Porto
- Alcina Bastos, advogada
- Alexandre Babo, escritor
- Alexandre Cabral, escritor
- Álvaro Perdigão, pintor
- Álvaro Ferreira Alves, médico
- António Bogalho, Presidente da C. M. Sobral de Monte Agraço
- António Borges Coelho, professor universitário
- António Casimiro, pintor
- António L. Pimenta Dias, vereador C. M. Gondomar
- António Ramos Rosa, escritor
- Armando Castro, historiador
- Artur Ramos, realizador
- Baptista-Bastos, escritor
- Bernardino Nascimento, músico
- Carlos Pinhão, jornalista
- Carlos Vicente, economista
- César Príncipe, jornalista
- Cremilda Gil, atriz
- Dinis Póvoas, vereador C. M. Matosinhos
- Dagoberto Markl, historiador de arte
- Eduardo Chitas, professor universitário
- Eduardo Moradas Ferreira, médico
- Fernando Fontinha, advogado
- Fernando Sylvan, escritor
- Hilário Teixeira Lopes, pintor
- Honório Novo, vereador C. M. de V. N. Gaia
- Jaime Praça, dirigente cooperativo
- João Corregedor da Fonseca, deputado
- João Pacheco Gonçalves, dirigente sindical
- José Barata-Moura, professor universitário
- José Cardoso Pires, escritor
- José Carreira Marques, Presidente da C. M. de Beja
- José Godinho, engenheiro
- José Gomes, actor
- José Luís Rego Mendes, vereador C. M. Lisboa
- José Manuel Mendes, escritor
- José Morais e Castro, actor
- José Veiga Trigo, árbitro de futebol
- Lino Lima, advogado
- Luiz Francisco Rebello, dramaturgo
- Luís Azevedo, advogado
- Luís Vaz, autarca
- Manuel Cabaço Monteiro Lopes, inspector-geral dos TLP
- Manuel Gusmão, professor universitário
- Manuela Esteves, assistente universitária
- Maria Helena Seródio, professora universitária
- Maria Ondina Braga, escritora
- Mariana Vilar, atriz
- Olga Gonçalves, escritora
- Orlando Costa, escritor
- Paulo Sucena, professor e dirigente sindical
- Rogério Paulo, actor
- Valdemar Madureira, economista
- Vieira Mendes, dirigente sindical
- Virgínia Moura, engenheira
- Vítor Costa, vereador da C. M. de Lisboa
- Walter San Payo, advogado

Recorde-se que os subscritores do abaixo-assinado «manifestam a sua firme oposição ao envolvimento de Portugal no perigoso projecto federalista da construção de uma União Europeia que o Tratado de Maastricht claramente prefigura como um super-Estado europeu, dominado pelos países mais desenvolvidos e em que os centros de decisão ficariam cada vez mais distanciados dos cidadãos e fora do seu controlo democrático».

Os signatários pronunciam-se, ao mesmo tempo, pela «salvaguarda e renovada afirmação dos interesses, da identidade e da soberania nacionais, num quadro de abertura à Europa e ao Mundo e de activo empenho de Portugal no progresso de uma Europa de povos livres e de nações iguais e soberanas, de uma Europa de intercâmbio, de cooperação, de paz, liberdade, democracia e justiça social».

Eurodeputados debatem Maastricht

Mais de meia centena de deputados do Parlamento Europeu e de parlamentos nacionais, opositores ou com sérias reservas relativamente ao Tratado de Maastricht, reuniram-se em Estrasburgo, no passado dia 16 de Setembro, com o objectivo de trocar opiniões e informações sobre aquele documento e sobre os processos de ratificação em curso nos diferentes países da Comunidade.

Na reunião, convocada por uma Comissão Organizadora composta por quinze deputados do PE de várias nacionalidades e grupos políticos (Coligação de Esquerda, Esquerda Unitária Europeia, Socialista e Arco-Iris), estiveram deputados dos doze países da Comunidade e ainda da Áustria e da Tailândia e de dezoito formações políticas distintas. O PCP fez-

se representar pelo eurodeputado Joaquim Miranda, e da Assembleia da República estiveram os deputados João Amaral (PCP) e André Martins (Verdes).

O carácter ultraliberal do Tratado, com a consequente secundarização das vertentes social, ambiental e regional; a acentuação dos défices democráticos que ele comporta; as questões que levanta em matéria de política externa e de segurança, foram, a par com a ausência de debate em muitos países, alguns dos aspectos mais criticados pelos deputados.

A necessidade de dar continuidade a esta reunião, com vista a aprofundar alguns dos aspectos nela abordados e a promover uma perspectiva progressista da "construção europeia", foi sublinhada pela generalidade dos participantes.

**Europa de Maastricht
já está condenada
— depoimento de Rogério de Brito**

A grande conclusão que se pode retirar dos resultados do referendo em França sobre Maastricht é a de que a sociedade está dividida. E está dividida em partes iguais. Isto traduz que o Tratado de Maastricht não recolhe o suporte social suficiente para poder avançar de uma forma consolidada e com a garantia de que não será um factor de desunião da própria Europa.

Este resultado é também a condenação de uma determinada forma de fazer política na Comunidade Europeia - de costas para os cidadãos, procurando por via administrativa dar os passos que as realidades cultural, económica, histórica não comportam objectivamente.

Nós temos sido muito acusados de estarmos contra a Europa. Recusamos esse tipo de lógica, consequência de dizermos "Não" a Maastricht. A nossa posição, que afinal como se prova é secundada por muitos milhões de europeus, é a de que deveremos dar um sim à Europa, mas a uma Europa dos trabalhadores, de equidade nas relações entre os Estados, de equidade na própria divisão internacional do trabalho. Estas são questões que Maastricht não preserva, antes acentua os desequilíbrios já existentes.

Os resultados do referendo francês revelam que a sociedade está dividida e os políticos têm agora um dedo acusatório apontado, lembrando-lhes que não cumpriram as suas obrigações constitucionais dentro de cada um dos Estados-membros. O caso de Portugal é um exemplo flagrante, já que o Parlamento nacional não teve o protagonismo que deveria ter neste processo, como não

o tiveram os cidadãos, porque permanentemente se fugiu à informação, ao esclarecimento, à divulgação do Tratado com todas as suas consequências. Fez-se isto exactamente porque se pretendia consolidar um processo estritamente administrativo. A Europa pode pagar muito caro este tipo de 'soluções' que não tenham o reconhecimento sentido do cidadão.

O avanço de soluções que não recolhem a adesão maioritária das populações, numa perspectiva democrática, pode vir a traduzir-se no curto prazo não apenas no acentuar da profunda crise económica que neste momento atinge inclusive os Estados mais desenvolvidos da Europa, como pode além disso acentuar os fenómenos de xenofobia e de racismo que, infelizmente, se manifestam com crescente gravidade na Alemanha, na França e noutros países.

O debate travado em França colocou também na ordem do dia a necessidade do debate e informação da população de outros Estados sobre o Tratado de Maastricht. Independentemente deste aspecto, importa reter que, mesmo que a Comunidade avance na base do Tratado de Maastricht, terá necessariamente de rectificar muitos dos pressupostos que lhe estavam inerentes. Creio que a classe política irá pelo menos tirar esta lição do referendo francês, pois é cada vez menos possível construir uma Europa à imagem e semelhança dos políticos, dos monopólios, das transnacionais, e é cada vez mais exigido que a Europa avance de acordo com a vontade e os direitos dos trabalhadores.

**Telegrama
ao
PCF**

Na sequência dos resultados do referendo em França, o Secretariado do Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Comunista Francês o seguinte telegrama de felicitações:

Queridos camaradas, Calorosas felicitações pelo notável papel do PCF para a extraordinária expressão do "Não a Maastricht". Não é pela divisão dos povos que se poderá construir uma Europa de cooperação e justiça entre nações iguais e solidárias. Por isso a luta pode e deve continuar.

21/9/92

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

Mau tempo no Canal

Crise do SME e Tratado de Maastricht semeiam dúvidas por toda a Europa

A decisão do governo britânico de suspender a participação da Grã-Bretanha no Sistema Monetário Europeu (SME), no passado dia 16, abriu caminho a uma das maiores crises na construção da chamada União Económica e Monetária (UEM).

A decisão britânica, tomada depois de fortes especulações que provocaram a queda da libra abaixo do limite mínimo contemplado pelo SME (ver caixa nesta página), registou-se após as medidas de realinhamento no mecanismo de taxas de câmbio (MTC) do SME, no início da semana passada, numa manobra genericamente reconhecida como de apoio aos defensores do "sim" no referendo sobre Maastricht, em França. Simbolicamente, a Alemanha baixou as suas taxas de juro, o que deveria beneficiar a economia francesa. Só que, como explica o camarada e deputado do PCP na Assembleia da República, Octávio Teixeira, em artigo que publicamos em separado, a especulação foi mais forte do que os bancos centrais e provocaram movi-

mentos desordenados nos mercados cambiais.

A libra, apesar das intervenções sem precedentes nos últimos 15 anos dos bancos centrais, não conseguiu sustentar a tendência para a desvalorização. Numa primeira fase, o Banco de Inglaterra subiu em dois pontos percentuais a taxa de juro mínima para os empréstimos, passando-a de dez para doze por cento; de seguida, decidiu aumentar as taxas de juro para 15 por cento, mas a medida nem sequer chegou a entrar em vigor. Nada conseguiu impedir a especulação e a libra continua a descer, enquanto as taxas de juro baixaram a um nível nunca antes atingido desde a entrada da moeda inglesa no SME.

Outras moedas não foram poupadas a esta verdadeira tempestade no seio do Sistema Monetário Europeu, com particular destaque para a lira italiana, cuja queda o governo só conseguiu travar com uma forte intervenção e o anúncio de medidas drásticas: corte de 77 mil milhões de dólares no orçamento para 1993, justificado pelo



O que é o SME?

O Sistema Monetário Europeu (SME) é um arranjo cambial que existe desde 1979 entre a maioria dos países comunitários. Trata-se, no essencial, de um sistema em que há uma relação estreita entre as taxas de câmbio das diferentes moedas, feita na base do que se convencionou chamar as *bandas*.

Existem duas *bandas*: a *banda estreita* e a *banda larga*. É fixada a taxa de câmbio inicial e, na chamada *banda estreita*, as moedas podem variar entre +2,25 por cento e -2,25 por cento; na chamada *banda larga*, as moedas podem variar entre +6 por cento e -6 por cento do que a taxa de câmbio fixada. Actualmente, apenas a Espanha e Portugal estão na *banda larga*. A Grécia ainda não aderiu ao SME.

Trocando por miúdos, pode dizer-se que, tendo em conta o peso relativo de cada moeda que faz parte do SME, no que se pode designar por "cabaz de moedas", se chega à definição do valor do Ecu e da relação de cada moeda com ele. Assim, por exemplo, se uma dada moeda for (hipoteticamente) igual a 0,75 do Ecu, essa será a taxa de câmbio fixada inicialmente para a moeda em causa; a partir desse valor, a mesma moeda pode variar dentro dos limites fixados pela *banda* em que se insere, mas nunca fora deles. Como a maioria das moedas está na *banda estreita*, significa que a respectiva margem de manobra é bastante reduzida.

Em termos práticos, e dado que a moeda forte do SME é o marco, essa é a moeda que impõe a dinâmica a seguir, obrigando a restantes a acompanhá-la.

Como é evidente, as vantagens de uma moeda forte só se verificam quando, por trás, existe uma economia forte. Quando tal não sucede, como é o caso actual da Grã-Bretanha, da Itália, da Espanha (e também de Portugal), está-se perante uma valorização artificial da moeda, o que prejudica a competitividade nacional no mercado externo e se reflecte negativamente a nível interno (menos vendas, menos produção, menos emprego).

Acresce que a participação no SME faz parte da primeira fase da construção da União Económica e Monetária (UEM), a que deveria seguir-se uma segunda fase cujo objectivo era a redução das *bandas* e, finalmente, uma terceira fase de paridades fixas das moedas, ou seja, sem *bandas* de flutuação cambial. Uma evolução no mínimo duvidosa após a suspensão da libra e da lira do SME.

primeiro-ministro Giuliano Amato como inevitável para reduzir o défice público e reconquistar a confiança dos mercados. A suspensão da lira do SME foi anunciada como temporária, embora haja dúvidas sobre a capacidade da lira de continuar sujeita às limitações do Sistema.

O que está em causa, de facto, nesta crise do Sistema Monetário Europeu, são os profundos desequilíbrios existentes entre as diferentes economias dos países que o integram (todos os da CEE, à excepção da Grécia). Uma realidade reconhecida pelo presidente do Fundo Monetário Internacional, Michael Camdessus, que na semana passada afirmava que a crise não era um simples reflexo dos receios do mercado face a uma eventual vitória do "não" no referendo francês, antes resulta do facto de se ter acentuado "demasiado a política monetária em detrimento das estratégias a médio prazo", pelo que "uma reacção do mercado não deve representar surpresa". Para aquele responsável do FMI, "o mercado é duro, quer coisas concretas, não se satisfaz com promessas". Reafirmando no entanto a sua confiança no SME que, disse, "apesar das turbulências, demonstrou, uma vez mais, notável capacidade de resistência", Camdessus acrescentou que "as crises têm fortalecido o SME, mas

as suas lições não devem ser esquecidas".

Também para o director do departamento de investigação do FMI, Michael Mussa, a actual crise nos mercados internacionais de câmbio é "temporária" e "não implica alterações nas previsões do FMI sobre a economia mundial". Recordando-se que o relatório do FMI prevê um crescimento da economia mundial de 1,1 por cento em 1992 e de 3,1 por cento em 1993, o que representa uma quebra relativamente às previsões de Abril, altura em que eram de 1,4 e 3,5 por cento, respectivamente.

Pessimismo

Menos confiantes estão os deputados do Parlamento Europeu, que a semana passada debateram a crise do SME. Após ouvirem o comissário Karel Van Miert afirmar que a Comissão Europeia considera que o Sistema Monetário Europeu sempre funcionou correctamente e deu mostras da sua flexibilidade sempre que necessário, eurodeputados de diversas tendências apontaram a instabilidade económica e política na Comunidade Europeia como prova de que a mesma não funciona, advogando mesmo alguns a necessidade de realizar uma conferência inter-governamental para reavaliar a construção europeia. A necessidade de encontrar

alternativas ao Tratado de Maastricht esteve presente em todos os discursos.

No actual estado de profundos desequilíbrios entre as diferentes economias e com as graves crises internas que afectam os diferentes Estados-membros, compreende-se mal como poderá avançar a União Económica e Monetária e como poderão conviver os Doze com um Banco Central e uma moeda única. E se não falta quem afirme que com a UEM crises como a que afecta agora o SME não se verificarão, o facto é que também ninguém conseguiu ainda explicar como se irá conciliar os interesses dos países menos desenvolvidos, como é o caso de Portugal, com os interesses de outros países como a Alemanha ou a França, sem submeter os primeiros aos segundos.

Curiosa, neste contexto, é a posição da Confederação do Comércio Portugueses (CCP), cujo director do departamento económico considera que as medidas de realinhamento no MTC do SME demonstram que não há SME que funcione quando as economias não são capazes de responder. Segundo António Cortez, em declarações à Lusa, a economia real "acaba por vir ao cimo" e por "pôr em cheque a estrutura um pouco rígida que rege o Sistema Monetário Europeu". Para aquele responsável da CCP, a actu-

al situação de crise coloca mais uma vez a importância do problema da Europa que está em construção, do que vai ser a Europa. Na sua opinião, o problema que se põe para Portugal é o da economia não ser atingida pela recessão, de evitar que a crise de economias muito mais fortes extravase para Portugal. Sublinhando que o bom período económico, iniciado em 1985/86, está a acabar, o responsável da CCP considera que a economia portuguesa só pode continuar a crescer acima da média europeia se contar com a solidariedade dos restantes parceiros, o que é cada vez mais duvidoso, uma vez que há sinais de que as medidas de coesão económica e social poderão não ser postas em prática. Numa crítica velada ao Governo por não desvalorizar o escudo, o responsável da CCP recordou que com a desvalorização de três divisas de países importantes no comércio externo português (libra, lira e peseta), a economia nacional perde capacidade para ser competitiva, o que é "um aspecto negativo" que preocupa a Confederação do Comércio Portugueses.

Desconfiança

Em Inglaterra o que não faltam são motivos de preocupação. A braços com uma recessão sem paralelo desde a Segunda Guerra, os britânicos olham com desconfiança crescente a Europa desenhada no Tratado de Maastricht. John Major, que detém a presidência da Comunidade, convocou para Outubro uma reunião extraordinária do Conselho Europeu e foi já avisando, em entrevista ao "Evening Standard" que "chegou a hora de reflectir" nas consequências da pequena margem do "sim" francês no referendo sobre Maastricht e na crise em que afecta os mercados monetários.

Major afirmou que "a não ser que os dinamarqueses mudem de ideias e votem a seu favor, o Tratado não pode ser implementado", acrescentando que "agora mesmo os franceses mostraram sérias dúvidas sobre até que ponto Bruxelas os pode controlar e também quanto à ameaça à sua identidade nacional". Garantindo que o Reino Unido "vai usar os próximos três meses, durante os quais ainda vai presidir aos Doze, para garantir que a Comunidade Europeia enverede por um rumo que lhe permita obter o apoio da maioria do povo em todos os países membros", Major considerou que as tensões da semana passada registadas nos mercados monetários expuseram "falhas" na gestão do mecanismo cambial europeu, sublinhando que o Reino Unido só regressará ao SME quando este for "reformado de forma a reflectir os interesses de todos os Estados-membros" da CEE.

Tempestade no SME

Desequilíbrios económicos e especulação financeira

OCTÁVIO TEIXEIRA
Membro da Comissão
Política

Costuma dizer-se que os mercados cambiais são "voláteis".

Significa isto, fundamentalmente, que esses mercados estão muito dependentes da especulação financeira. Os especuladores lucram com as permanentes variações das cotações entre as várias moedas. Por isso, as oscilações das cotações das moedas em períodos curtos, e na maior parte das vezes, nada têm a ver com razões de racionalidade económica. Decorrem apenas da especulação.

Mas a especulação também tem a sua "racionalidade". Julgo que nunca se terá visto qualquer forte pressão dos "mercados", dos especuladores institucionais, no sentido de provocar a desvalorização acentuada da moeda de uma economia forte e pujante.

A especulação financeira lucra igualmente com as taxas de juro. Quanto mais elevadas elas forem maiores serão os lucros, a "remuneração" das aplicações financeiras. Por isso, os especuladores financeiros tendem a adquirir moedas cujas taxas de juro sejam elevadas e, inversamente, a venderem as moedas cujas taxas de juro sejam baixas.

Um forte movimento de aquisição de uma moeda conduz à apreciação, à valorização, dessa moeda. Porque aumenta a procura, e a oferta é relativamente limitada.

Inversamente, um forte movimento de venda de uma moeda produz a sua desvalorização, a sua depreciação, porque aumenta a oferta.

Os acontecimentos nos mercados cambiais na passada semana, lógica e naturalmente, foram influenciados pela especulação dos mercados cambiais.

Mas a razão fundamental, a sua causa de fundo, teve a ver com razões de natureza económica. A pressão dos especuladores potenciou, talvez, o âmbito e o nível das variações verificadas nas cotações, e antecipou o que se adivinhava como inevitável por razões de natureza económica.

A causa fundamental desses acontecimentos radica nos desequilíbrios económicos existentes entre as economias reais dos países cujas moedas integram o mecanismo de taxas de câmbio do SME (Sistema Monetário Europeu). E, pelo menos em princípio, o valor de uma moeda reflecte o estado da sua economia e a sua cotação em relação a outras moedas exprime a situação relativa das respectivas economias.

O Reino Unido, a Itália, a Espanha (tal como Portugal) atravessam períodos de desaceleração do crescimento económico e mesmo de recessão.

Para saírem da crise, para relançarem o crescimento económico necessitam, entre outras coisas, de baixarem as suas taxas de juro.

Mas baixar as taxas de juro significa que as suas moedas se vão desvalorizar nos mercados (porque os especuladores venderão essas moedas para adquirirem outras que paguem juros mais elevados). Só não seria assim se todas as moedas baixassem simultaneamente as taxas de juro.

Sucedem que estando no SME, as moedas têm limites estreitos para desvalorizarem (cerca de 6% para o escudo e a peseta e cerca de 2,25% para as restantes moedas do Sistema).

Por outro lado, e por razões económicas internas, a Alemanha está neste momento interessada em manter taxas de juro relativamente elevadas para o marco, e por isso indisponível para baixar as suas taxas de juro. (A pequena baixa de 0,25% que dias antes decidiu teve motivação exclusivamente política para tentar influenciar o SIM no referendo francês sobre Maastricht).

A fraqueza daquelas quatro economias fazia adivinhar que, mais tarde ou mais cedo, as suas taxas de juro teriam de baixar e as respectivas moedas desvalorizarem-se. E se isso era evidente para qualquer observador curioso, era absolutamente certo para os especialistas da especulação institucionalizada. A questão era a do momento.

O facto de essas economias terem as suas moedas integradas no mecanismo de taxas de câmbio do SME dava uma certa garantia de não ser no imediato, de ser apenas no âmbito de um futuro realinhamento global das paridades de todas as moedas no interior do SME. Que, devido aos interesses políticos dos defensores do Tratado de Maastricht, se admitia só viria a verificar-se depois da ratificação do Tratado pelos onze, lá para o primeiro trimestre de 1993. Isto se o SIM venisse no referendo francês.

Sucedeu, porém, que no fim de semana de 12/13 de Setembro foi aberta uma brecha no Sistema: ligada à operação política concertada a favor do SIM em França, foi permitida à Itália a desvalorização da lira em cerca de 7% (quando o mecanismo do SME só lhe permitia 2,25%).

Foi o sinal suficiente para os mercados especuladores. Se, em termos gerais, a situação da economia italiana não era pior que a inglesa, a espanhola ou a portuguesa, estava decididamente aberto o caminho à desvalorização em breve das outras moedas.

E verificou-se então a tal "antecipação" (e não mais do que isso) dos mercados cambiais, dos especuladores. Começaram a vender as moedas fracas (desvalorizando-as) e a comprarem moedas fortes.

A libra e a lira suspenderam a sua permanência no SME, para poderem desvalorizar à vontade, sem constrangimentos das "bandas" de flutuação que o Sistema impõe. A peseta desvalorizou 5% mas manteve-se no SME, acreditando que essa desvalorização será suficiente (o futuro dirá se o é ou não).

Até à recessão

Dizem os analistas que só o escudo "resistiu".

"Resistiu" porquê? Porque as taxas de juro portuguesas continuam elevadíssimas, sem comparação com quaisquer outras. E porque o Banco de Portugal terá intervindo nos mercados com milhões e milhões de dólares, marcos e francos, para comprar escudos e, através do aumento da procura do escudo, manter a sua cotação. Seria interessante saber qual o montante em divisas gastos pelo BP para "segurar" a cotação do escudo.

"Resistiu" para quê? Porque o Governo continua desesperada e teimosamente a manter como prioridade primeira da sua política económica a baixa da inflação, à custa de uma "moeda forte" com pés de barro.

"Resistiu" com que resultados? Mais cedo ou mais tarde o escudo terá de desvalorizar, porque o valor actual da moeda não tem a mínima correspondência com a situação real da economia portuguesa. Foi uma "resistência" por algum tempo, que terá custado muitos milhões ao País.

Mas pior do que isso. Com a desvalorização da peseta, da libra e da lira, os produtos portugueses ficaram mais caros nos mercados externos que os produtos ingleses, espanhóis e italianos. As exportações portuguesas tornaram-se mais difíceis do que já estavam, as empresas portuguesas que produzem para a exportação terão dificuldades acrescidas, exportarão menos e, por isso, produzirão menos e tenderão a despedir mais e a não quererem aumentar os salários.

Mas também no mercado interno, no mercado português, os produtos espanhóis, italianos e ingleses ficam mais baratos que os produtos portugueses. Por isso, aumentará a importação desses produtos e as empresas portuguesas venderão e produzirão menos para o nosso próprio mercado. Com idênticos efeitos tendenciais no emprego e nos salários.

Acresce que as taxas de juro continuarão elevadas e, muito provavelmente, inverter-se-á a ligeira tendência de baixa dos últimos tempos. O que agravará ainda mais a situação económica das empresas e do País.

Esta opção desastrosa do Governo (mais uma) de não aproveitar a oportunidade para desvalorizar o escudo, no



mínimo para acompanhar a desvalorização da peseta, poderá fazer baixar um pouco mais a inflação.

Mas a recessão económica será garantidamente mais acelerada!

É caso para repetir: de sucesso em sucesso até à recessão final.

Este desalinhamento no SME, esta explosão que rebentou nos mercados cambiais, vem dar mais força às razões do NÃO a Maastricht.

É certo que se houvesse uma moeda única, ou, num momento anterior, se as paridades entre as várias moedas estivessem irreversivelmente fixadas, não se verificariam as pressões e as antecipações dos especuladores financeiros relativamente às moedas do SME, porque, de facto, essas moedas já não existiriam.

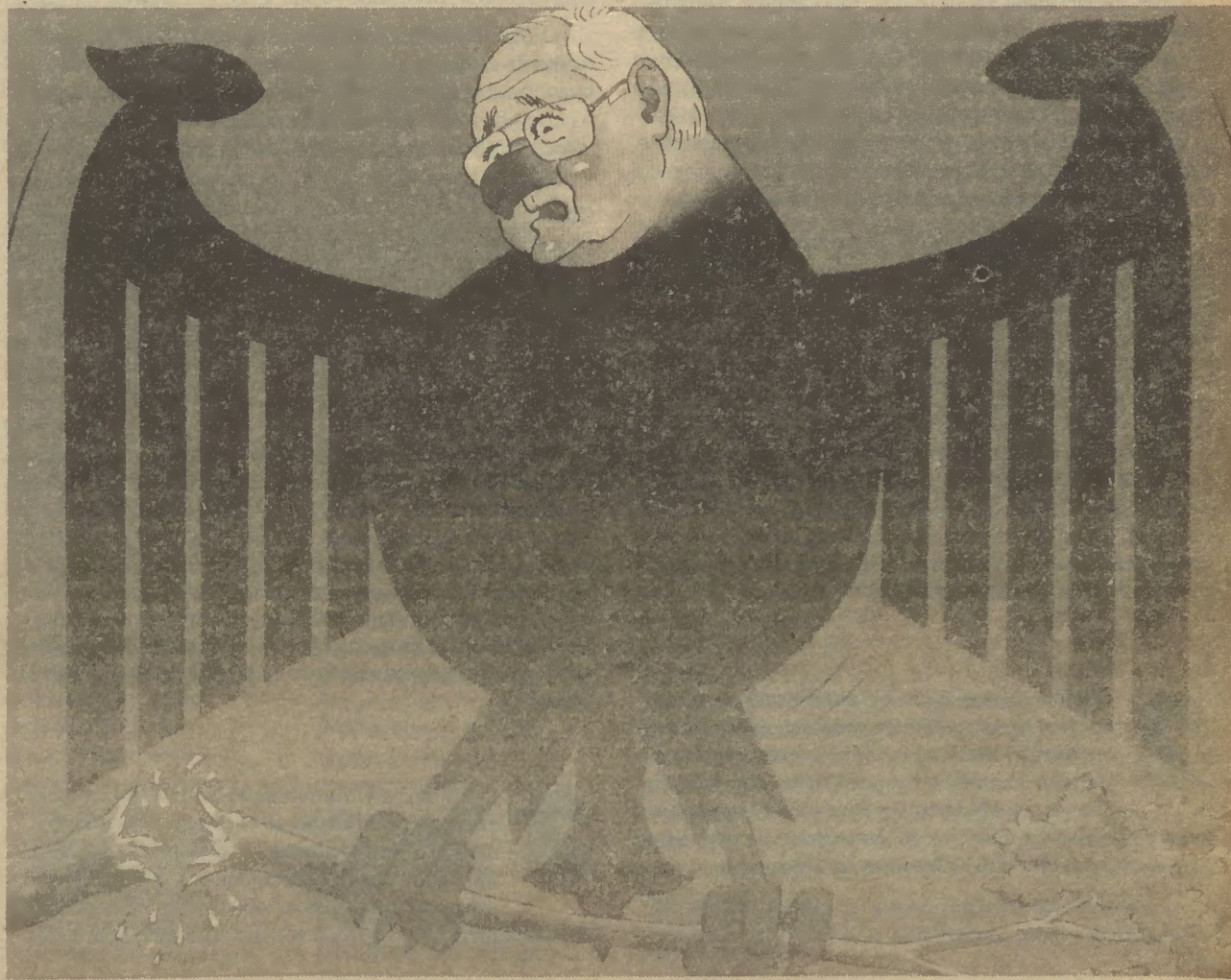
Mas seriam mais graves os resultados decorrentes da causa fundamental.

As autoridades nacionais do Reino Unido, da Espanha e da Itália não poderiam tomar as medidas que tomaram para aplicarem as receitas que entendem poder recuperar a saúde abalada das suas economias.

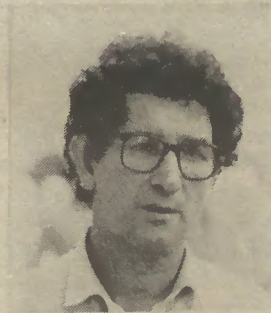
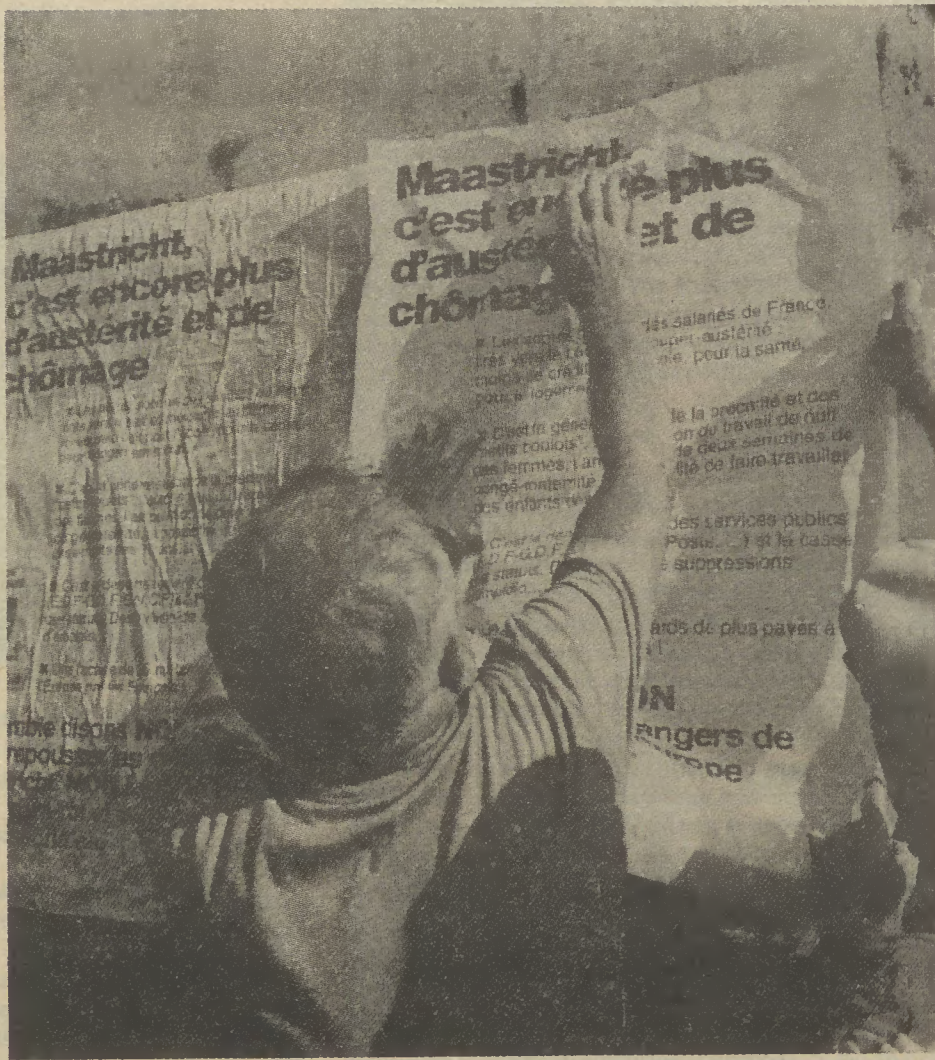
Os desequilíbrios reais entre as economias mais fracas e as mais desenvolvidas acentuar-se-iam!

Porque é inevitável que a política monetária e cambial do Banco Central Europeu (BCE) teria em conta os interesses do "motor" da economia comunitária, isto é, os interesses da economia alemã, e não os de parcelas mais ou menos periféricas dessa economia.

Ou os defensores do SIM entendem que o BCE deveria actuar contra o "motor" da economia, deveria actuar com base na irracionalidade económica?



«Não» a Maastricht: cada vez mais



JOSÉ CASANOVA
membro
da Comissão Política

Os defensores da Europa de Maastricht deveriam atentar seriamente nas razões que levam milhões de cidadãos a rejeitar o referido projecto (quase tantos como os que apoiam). Porque as razões profundas do «não» têm a ver com preocupações de enormíssima importância

particularmente os comunistas. Enfim teve o comportamento adequado a uma Comunicação Social da Europa de Maastricht. Nos vários canais de Televisão o tempo concedido aos defensores do «sim» duplicou o tempo de combate do «não» (segundo dados do próprio Conselho Superior do Audiovisual). Na imprensa escrita, a situação foi bastante pior. Num caso e noutro, a marginalização dos comunistas foi quase total (facto, aliás, reconhecido pelo mesmo CSA no que respeita à televisão). Nos jornais pode dizer-se, com rigor, que o PCF foi o alvo escolhido: enquanto, por um lado, o apresentavam como par da extrema direita, por outro lado, e completando a manobra ocultavam a sua actividade e as suas posições. É necessário que se diga que o pequeníssimo espaço dedicado aos comunistas foi quase totalmente gasto por meia dúzia de membros do partido que contestam o «não» do PCF a Maastricht. Lá como cá. Naturalmente.

1 A dimensão do «não» a Maastricht constitui o dado mais relevante do referendo francês. Em especial se se tiver em conta todo o processo que antecedeu este referendo e, nomeadamente, os métodos e os meios utilizados pelos partidários do «sim» no decorrer da campanha eleitoral.

Os quase 50% de «nãos» confirmam a existência de um muito amplo segmento de cidadãos que rejeita o tratado de Maastricht e o projecto de Europa dele decorrente, que apresenta razões fortes para essa rejeição e que não pode continuar a ser ignorado e desprezado e insultado pelos que, a todo o custo e sem olharem a meios, pretendem impor esse projecto de Europa.

Os defensores da Europa de Maastricht deveriam atentar seriamente nas razões que levam milhões de cidadãos a rejeitar o referido projecto (quase tantos como os que apoiam). Porque as razões profundas do «não» têm a ver com preocupações de enormíssima importância. Trata-se de questões relacionadas com perda de soberania nacional; com as consequências no plano social de um projecto que tem como preocupação primeira a defesa dos interesses das transnacionais; com o conteúdo antidemocrático desse projecto, visível desde logo nas práticas antidemocráticas utilizadas por quem quer impô-lo; com perigos resultantes de uma política externa e de defesa comum.

É por tudo isto (e à medida que tudo isto fica mais claro para mais pessoas) que cresce a rejeição a Maastricht. É por tudo isto que a Europa de Maastricht treme e se sente perdida de cada vez que é realizado um referendo. E é por isso, obviamente, que os governos de 9 dos 12 países envolvidos neste projecto rejeitaram a hipótese de fazer referendos.

Ora os três referendos efectuados apontam a realização de referendos nos restantes países como imperativo democrático. Daí a acrescida importância de, em Portugal, a luta pelo «não» a Maastricht continuar a ser complementada pela exigência da realização de um referendo precedido de um amplo debate nacional.

2 «Défice democrático» é o eufemismo por detrás do qual se escondem as gritantes enormidades antidemocráticas que suportam este projecto da Europa. A prática dos partidários do «sim» na campanha eleitoral em França é amplamente exemplificativa do conceito de democracia de que estão possuídos os fervorosos defensores de Maastricht.

Apavorados e irritados com a, para eles, inesperada expressão do «não» transmitida a dada altura pelas son-

dagens, desencadearam uma operação à Maastricht, onde o «vale tudo» foi rei.

A dramatização catastrofista de uma eventual vitória do «não» ultrapassou todos os limites e assumiu foros de terrorismo político e psicológico. Recorrendo a todos os meios de que dispunham (que eram muitos e poderosos) colocaram cada eleitor francês a alternativa de votar «sim» ou ser responsável directo por horrosas tragédias.

Imaginativos ficcionistas concretizaram o «caos», o «drama», a «tragédia» pela França e da Europa, no dia 21 de Setembro, de o «não» triunfante.

Chefes de governo e dirigentes políticos que nos seus países recusam o referendo, foram chamados de emergência a apelar ao «sim» dos franceses.

A seis dias de referendo o Bundesbank «votou «sim» a Maastricht», decidindo baixar as taxas de juros.

O Clube Vauber, filho dilecto do casal Veil, saiu finalmente da clandestinidade, revelou os nomes dos seus 29 membros e apelou ao «sim» explicando as razões: porque o perigo do «não» é muito grande e ratificar Maastricht é a questão essencial tudo o resto sendo secundário.

Entretanto, nos mais importantes órgãos de Comunicação Social dizia-se que a vitória do «não» seria: «um drama nacional»; «um retrocesso grave para a França e para a Europa»; «o fim da Europa»; «uma tragédia irremediável»; «um terramoto com enormes consequências políticas, financeiras e de todo o tipo»; «um acontecimento de consequências incalculáveis e terríveis»; «a maior catástrofe para a França e para a Europa desde a chegada de Hitler ao poder».

Seis institutos, realizando cada um deles uma sondagem por semana, iam empurrando o «sim» para cima, coisa particularmente visível nas sondagens provenientes dos institutos que utilizavam «técnicas mais favoráveis ao sim», como sublinhava, com toda a naturalidade, o «Liberation» que, graças a essas «técnicas» podia escrever em grandes parangonas que «o sim levanta a cabeça». Quem encomenda as sondagens é, mais coisa menos coisa, quem detém os meios de comunicação social, não é verdade?

3 De facto, a Comunicação Social, quase sem excepção, mobilizou-se em cheio para o «sim», divulgou profusamente a «catástrofe» que seria um «não» dos franceses, deu aos partidários do «sim» todo o espaço e todo o tempo que desejaram, marginalizou os partidários do «não» em geral, e par-

4 Por cá, como se viu e se esperava correram os mesmos ventos dominantes no que ao referendo francês e ao Tratado de Maastricht respeita. Os defensores do «sim» têm à sua disposição todo o espaço de que necessitem.

Um abaixo-assinado apelando ao «não» a Maastricht, promovido por um conjunto de personalidades, foi quase silenciado e maltratado pela generalidade dos órgãos de Comunicação Social.

O Primeiro-Ministro, em nome pessoal, do Governo ou do PSD, proferiu, distante, mais algumas banalidades em tom pernóstico, instalado na desejada tranquilidade de não ter de passar pela provação do referendo (ele sabe o que os portugueses querem; para quê gastar tempo e dinheiro com referendos? Viva a democracia e viva Maastricht e chega).

O PS - que recusa um referendo para decidir se o Tratado deve ou não ser ratificado e aprova um referendo para depois da ratificação do Tratado - apoiou calorosamente o referendo francês e, segundo as notícias, o seu Secretário-geral deslocou-se mesmo a França para apelar ao «sim» dos franceses.

Do chamado «movimento para o referendo», uns ficaram calados, outros não.

Os que falaram foi, regra geral, para manifestar preocupação quando as sondagens deram, pela primeira vez, a maioria ao «não» e para repetir, em tradução mais ou menos livre, o que em francês iam dizendo os variados defensores do «oui».

A dita «Plataforma de Esquerda», sempre em bicos de pés na esperança de ser vista por qualquer Delors, desentranhou-se em originais argumentos para justificar o «sim», e mais: fez também a sua perninha na cenarização da catástrofe que seria uma vitória do «não». Alguns dos pilares desta plataforma - assentes na ideia básica de que a CE constitui «o mais ambicioso e progressivo (? a interrogação é minha) projecto de transformação social e política neste conturbado final do século» - verberaram a «histeria nacionalista e xenófoba» dos partidários do «não» em Portugal; garantiram que um «não» francês significaria «uma paragem no processo de construção europeia susceptível de estender à Europa Ocidental a desagregação nacionalista»; revelaram que «há quem queira transformar a Europa numa imensa Jugoslávia»; e, apresentando-se como «a esquerda mais combativa», decretaram que «a defesa do não só seria legítima se as alternativas pudessem ser melhores. E não podem».

É «sim» a mais para tão pouca esquerda. Além de que se o despautério pagasse imposto custar-lhes-ia muito, muito dinheiro.

Cartas dos leitores



Um congresso importante

Quando nos preparamos para entrar na recta final da fase preparatória do XIV Congresso do PCP, e procurando dar continuidade a um esforço de "diálogo" com o colectivo partidário no qual me integro, apresentaria mais algumas propostas do âmbito das questões estatutárias.

— **Fases preparatórias dos congressos:** encontros nacionais temáticos, publicações e divulgação dos calendários e regulamentos respectivos dos documentos propostos pelo C. C. para debate (regulamento do congresso, listas de camaradas para os órgãos de direcção nacional — ouvidas as organizações —, estatutos, programa, resolução política, moção global); publicação no «Avante!» dos eventuais documentos alternativos aos do C. C. (exigindo-se um número mínimo de subscritores, a definir); secção «Cartas do Leitor» e espaço para a publicação de artigos de opinião mais longos (até 1 p.) no «Avante!», mesas-redondas organizadas pelo e publicadas no «Avante!»; debates realizados pelas organizações (actas e conclusões enviadas ao C. C.), possibilidade de envio directo de contributos individuais; elege nas assembleias os delegados e votar (na generalidade) todos os documentos que nelas forem apresentados, assim como moções avulsas (actas e conclusões enviadas ao C. C.).

— **Eleição de delegados aos congressos:** todos os militantes (funcionários ou não) são eleitores e elegíveis (exceptuando os delegados por inerência, que devem manter-se numa percentagem limitada), sistema misto e sucessivo de eleição (por organização ou organizações e, depois, por zona geográfica) — de forma a acumular e multiplicar as vantagens relativas de ambos os sistemas, que não são contraditórios —, eleição nome a nome (organizados estes, ou não, por listas de candidatos a delegados efectivos e suplentes), voto secreto ou não secreto (de acordo com a decisão da assembleia), todos os militantes (efeitos para órgãos de soberania e dirigentes sindicais inclusive) têm o direito de participar numa assembleia correspondente a uma organização (ou a

várias organizações) cujo número de inscritos permita a eleição de pelo menos um delegado.

— **Eleição dos órgãos de direcção nacional** (Comité Central e organismos executivos respectivos — Comissão Política, Secretariado Permanente, Secretário-Geral, Secretário-Geral Adjunto —, Comissão Executiva Nacional, Comissão Central de Controlo e Quadros — para além dos congressos e conferências nacionais): só o C. C. e a C. C. Q. são eleitos directamente pelo Congresso, que utilizará o sistema de voto secreto; possibilidade de apresentação de várias listas e representação proporcional das mesmas.

— **Regras de composição e de funcionamento dos órgãos de direcção nacional:** C. C. Q. — funções de fiscalização financeira e de decisão e recurso em matéria disciplinar, independente da direcção política, composto por camaradas prestigiados (a tempo parcial/funcionários ou não); C. C. — os melhores com disponibilidade das várias regiões e sectores de actividade (a tempo parcial/funcionários ou não); organismo executivos do C. C. — os melhores com disponibilidade, a tempo inteiro (funcionários, eleitos para órgãos de soberania, sindicatos, funcionalizados por período limitado) — a Comissão Política será composta pelos responsáveis executivos pela vida interna e pelas relações internacionais do Partido, pelos responsáveis executivos pelos vários sectores de actividade externa (assumindo estes últimos perante a opinião pública a estrutura de «governo sombra»). A C. E. N. será composta (segundo proporção a definir) por camaradas indicados pela Comissão Política e pelas direcções das organizações distritais e sectoriais do Partido (elas próprias eleitas segundo regras semelhantes às utilizadas na eleição dos órgãos de direcção nacional). Procurar-se-á, tanto quanto possível, que a composição de todos estes órgãos corresponda à composição socioprofissional do Partido; tentar-se-á introduzir alguma discriminação positiva em favor de camaradas do sexo feminino e de camaradas jovens.

João Paulo Avelãs Nunes
— Coimbra

Não ao liberalismo

No VIII capítulo dos actuais estatutos, o 3.º parágrafo do artigo 55, diz textualmente, cito «...os membros do Partido no desempenho de cargos públicos não devem ser beneficiados nem prejudicados financeiramente por tal facto...».

Tenho opinião que se deve clarificar melhor este princípio estatutário para não dar lugar a qualquer equívoco, como está leva a diversas interpretações, senão vejamos:

- 1.º Quando ao princípio está tudo de acordo, não tem havido discordâncias;
- 2.º Quanto à sua aplicação, aqui começam os problemas resultantes de várias interpretações. No que diz respeito aos camaradas que por exigências do trabalho que desenvolvem no cargo que desempenham e para o qual foram eleitos e que tiveram que abandonar a sua actividade profissional, torna-se fácil a decisão, sempre que a actividade que deixaram por tais exigências, tivesse uma remuneração fixa ou seja um salário, ou calculada em função do que recebia no caso de trabalhar por conta própria.

E mais difícil e ainda não se encontrou solução para centenas de camaradas que nas Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, sem estarem a tempo inteiro, recebem senhas de presença ou o respectivo subsídio atribuído pelo exercício do cargo que desempenha. Se por um lado há muitos camaradas que devolvem a totalidade ou parte da verba recebida, muitos camaradas não devolvem qualquer quantia, alegando a perda de dias de trabalho e o não reembolso pelo órgão em que desempenham funções e que por lei teriam direito a 32 horas por mês.

Alguns camaradas, principalmente os que trabalham por conta própria, colocam com muita força esta questão: qual a entidade que justifica as faltas ao trabalho? Como é que é o reembolso das horas perdidas? etc., etc.

Estas e outras questões tais como o aumento do IRS devido ao recebimento das verbas nos órgãos e outros encargos resultantes de recebimentos dessas verbas, têm sido motivo para não se desenvolver as verbas recebidas.

Tenho opinião que o Partido, que vai reunir o seu órgão máximo o Congresso se deveria debruçar muito profundamente sobre esta questão que é, em minha opinião, uma questão de fundo e que está a causar dificuldades ao desenvolvimento do trabalho geral do Partido e interrogações a muitos membros do Partido, que frequentemente perguntam qual o motivo que o camarada tal não devolve a verba que recebe pela tarefa que desempenha, servindo estes exemplos, como entraves ao cumprimento de outras tarefas.

Proponho que conste nas teses a elaborar para discussão em todo o Partido:

- 1.º Que nenhum militante seja beneficiado financeiramente pelo cargo que ocupe (retirava o prejudicado);
- 2.º Que ninguém fosse candidato a qualquer órgão sem discussão prévia em relação a esta questão financeira.

O nosso Partido só se reforça se cumprirmos todos os seus princípios. Não devemos permitir qualquer forma de liberalismo.

José Machado
Moreira Rita
— Beja

Porque calu o socialismo

Desde muito jovem, persigo um ideal de justiça que com muito maior facilidade assimilei aos ideias comunistas do que à lógica do «salve-se quem puder», típica da mentalidade burguesa subjacente ao Liberalismo Económico ou Capitalismo.

Com a queda do Muro de Berlim, que estava longe de ser o maior do mundo, mas quer era, sem dúvida, o mais falado (por motivos óbvios), e o subsequente desaparecimento do bloco socialista e dissolução da URSS, já li e ouvi tanta autocritica da parte dos comunistas que, sinceramente, cansei.

Por isso, decidi escrever esta carta que, de modo algum, poderá ser considerada uma crítica ao chamado «Socialismo Real», existente, até 1989, na Europa Oriental e na URSS.

Contrariamente a todas as opiniões derrotistas que cansei de ler e ouvir de tanto comunista que eu

julgo sincero, o Socialismo Real não caiu por causa dos erros dos seus impulsionadores, mas sim devido à guerra desigual que o Capitalismo Burguês lhe impôs e à qual ele não podia fugir.

Com efeito, enquanto os países socialistas tinham que sobreviver com os seus próprios meios, o Mundo capitalista, isso é, Europa Ocidental, Estados Unidos da América, Canadá e pouco mais, dispunham, além dos seus próprios recursos, dos que roubavam e continuam a roubar (por meios subtis e cínicos, é claro) aos desgraçados que, no terceiro mundo, ou seja, na África, América Latina e Ásia não comunista, morrem à míngua.

E foi só com os seus próprios recursos que a URSS pôde contar, para acompanhar a corrida aos armamentos que lhe foi imposta pelos Estados Unidos da América, como «Cabeça» do capitalismo mundial (os Soviéticos sempre andaram a reboque dos americanos, no que se refere aos armamentos, lembram?), que dispunham, como se disse, de muitos outros recursos que não os seus.

Também foi só com os seus próprios recursos que os comunistas puderam contar para reconstruir os seus países, após a 2.ª Guerra Mundial, o que não aconteceu com os seus adversários da Europa Ocidental que tiveram ao seu dispor os cofres dos amigos americanos, cheios a transbordar pelas grandes negociações que eles fizeram com essa mesma guerra que, convém lembrar, não beliscou, sequer, o seu território.

Foi só com os seus recursos que os comunistas puderam contar para satisfazer as necessidades dos seus concidadãos, cuja vida, tenho disso absoluta certeza, queriam melhorar, ao passo que os seus opositores do Ocidente dispunham dos recursos de todo o mundo não comunista para atascar os seus compatriotas de comida, de tal modo que passaram a morrer por comêrem de mais, de divertimentos idiotas e degradantes, mas muito ao gosto da massa bruta, e para lhes criar vícios e necessidades inventadas pela publicidade, para incentivar o consumo, enquanto os reais pagadores dessa «rica vida» morriam e continuam a morrer de fome, no chamado

Terceiro Mundo, que bem poderia chamar-se, mais apropriadamente, de «Quinta», do mundo capitalista.

Com essa «rica vida», os mentores da filosofia de vida burguesa fizeram «negaças» à massa bruta dos então países socialistas que, pelos motivos acima explanados, de modo algum podiam aspirar a um tal plafond de vida, não esclarecendo, obviamente, qual a origem de tal abundância ou à custa de quem a mesma era (e é) possível. E de nada valeu os comunistas explicarem isso, devidamente, pois a ignorância sempre acredita mais depressa nos vícios do que nas pessoas sinceras e honestas (e as eleições af estão para demonstrar que as massas ignoras vão atrás de quem lhes diz coisa agradável de ouvir e não de quem lhes diz a verdade nua e crua).

Com o esplendor das montras da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, eles lograram vencer as massas desses países de que o que as impedia de ter acesso àquela «dolce vita» era o comunismo e os comunistas. Neste momento, certamente, já estarão a começar a entender que se enganaram e que os enganaram, mas já é tarde para apanhar o pássaro que tiveram na mão e deitaram fora, dizendo que não prestava. Agora, se o quiserem apanhar, de novo, vão ter que «suar muito», o que, em termos de mudanças políticas contrárias aos interesses da burguesia, quer local (que está em formação acelerada), quer mundial, significa que vão ter que ser sacrificados (mortos) aos milhões.

Mário Marques Barata
— Lisboa

O «inferno de Kabul» no depoimento de um diplomata

Encontrei em Cienfuegos, na jornada comemorativa do 39.º aniversário do assalto a Moncada, diplomatas que acabavam de regressar de Kabul: o embaixador de Cuba no Afeganistão e alguns dos membros da missão.

Ramón Hernandez tinha concedido na véspera, em Havana, uma entrevista ao diário «Granma» que produzira impacto na opinião pública.

«Inferno em Kabul» foi o título que o entrevistador deu a esse importante depoimento. Não exagerou.

Falei demoradamente com Ramón Hernandez. Pela primeira vez ouvi de alguém que viveu os últimos meses na capital afegã o relato, minucioso e responsável, de acontecimentos que se inserem numa situação de contornos dantescos.

Do «Granma» transcrevo: «Para dar apenas um exemplo, um dos mísseis explodiu na sede da companhia nacional de aviação, Ariana, e matou 180 pessoas. Apenas 40 puderam ser identificadas»...

«A cidade, quando saímos a 26 de Agosto — contou-me o embaixador — estava sem água, sem luz, sem telefones. As emissões de televisão haviam cessado há muito e a rádio também não funcionava. Não havia perspectivas de rápido restabelecimento dos serviços essenciais. O aeroporto, destruída a torre de controlo, era um campo de destroços. A única ligação aérea com o exterior fazia-se via Nova Delhi. Desde Abril que todas as escolas fecharam. Quando poderão reabrir? Não há resposta...»

A maior parte das embaixadas foi assaltada e saqueada. Entre elas, as da Alemanha, Itália, Rússia, Índia, Paquistão, Bulgária, Checoslováquia, Mongólia. A dos Estados Unidos não escapou: bandos armados invadiram-na e levaram tudo o que lhes pareceu de valor.

Perguntei aos diplomatas cubanos o que acontecera na sua missão. Ramón Hernandez respondeu: «Foi atacada, como outras. Mas o grupo que investiu contra nós não chegou a entrar. Decidimos defender o edifício. Era território cubano. O bando retirou-se».

Quis saber o que aconteceu a muitos amigos comuns. As respostas, pouco precisas, porque a confusão no país é enorme, não foram tranquilizadoras.

Alguns destacados dirigentes da Revolução conseguiram sair do país; mas o paradeiro da maioria é desconhecido. O ex-presidente Mohamad Najibullah continuava refugiado numa organização das Nações Unidas. Mas as possibilidades de um acordo que permitisse a sua saída para o estrangeiro eram, na aparência, escassas.

A popularidade de Najibullah aumenta. Milhares de pessoas que o criticavam antes, responsabilizando-o pela continuação da guerra, aclamam-lhe agora o nome. Até antigos adversários pedem hoje a sua volta...

O apocalipse em Kabul

Conversei também com a embaixatriz. Na crispação das feições acusa vestígios das tensões que lhe marcaram o quotidiano durante as terríveis semanas do Verão.

«Para mim, o mais doloroso — desabafou — talvez tenha sido a humilhação diária que experimentava perante o cumprimento das exigências que expressavam o desprezo pela mulher, equiparada a um animal pelos bandos que disputam a cidade. Eu não podia sair à rua sem cobrir o rosto. Não podia, também, usar, fora de casa, calças compridas ou uma simples saia. Tinha de vestir roupas afegãs. O abastecimento, para a sobrevivência, passou a ser um pesadelo diário. Durante anos, apesar da guerra, não faltou nada em Kabul. Havia de tudo e com muita abundância. Depois, passou a ser uma cidade onde não se

encontra praticamente nada de útil que permita a sobrevivência.»

O saque das lojas, efectuado com barbárie medieval, apavorou os comerciantes, numa cidade onde a sua densidade é muito maior do que na Europa. Os indianos e os paquistaneses, a maioria, deixaram o país ou, pelo menos, fecharam os seus estabelecimentos.

Perguntei o que restara das lojas de antiguidades do Shar-i-Nao, que, por ocasião da minha última visita, em Outubro de 88, ainda encontrara atulhadas de peças de um dos artesanatos mais belos do mundo.

«A impressão que se tem é a de que o bairro foi abalado por um terramoto. Na maior parte dos casos somente encontraria escombros. Para lhe dar uma ideia — intervém um dos secretários da Embaixada — direi apenas que queimaram milhares de livros nas ruas, alegando que eram heréticos e perigosos».

A cascata de informações sobre a onda de selvajaria que varre Kabul fez-me acudir à memória as horas de encantamento passadas nos alfarrabistas da cidade e a alegria que me invadia ao descobrir autênticas preciosidades que me abriram as portas do conhecimento de velhíssimas civilizações.

À medida que o quadro da devastação se torna mais preciso a minha tristeza aumenta.

O hotel Kabul, velho casarão de estilo colonial britânico, não longe da entrada da cidade velha, foi destruído. O mesmo aconteceu a hospitais, mesquitas, escolas, monumentos de diferentes épocas. O Palácio da Presidência não existe mais. Os combates que ali se travaram fizeram do edifício um labirinto de ruínas e crateras.

Os jovens funcionários da Embaixada cubana dão pormenores sobre a rotina. O álcool foi proibido logo após o fim do governo de Najibullah. Durante os meses da presidência de Modjadeddi houve ainda alguma tolerância. Com Rabbani, as coisas pioraram. O fanatismo religioso adensou-se.

Para se entender minimamente o apocalipse que atingiu Kabul é preciso renunciar a análises tradicionais. A lógica não ajuda a explicar a tragédia que se desenrola na capital do Afeganistão.

«Devo esclarecer — sublinhou Ramón Hernandez — que nos contactos com o governo, a Embaixada mereceu sempre o respeito dos novos detentores do poder. Não temos queixas nem de Modjadeddi, nem de Rabani. O desastre afegão é inseparável da incapacidade dos próprios governantes para controlarem os bandos que olham Kabul como presa sua, como cidade aberta a um saque permanente. Nas províncias, consoante a correlação de forças e o tipo de situação existente, o quadro é diferente. Em amplas regiões do país não se implantou a violência endémica. Em Kabul, porém, o caos é uma realidade, sobretudo a partir de Agosto.

O fim dos bazares

Um dos diplomatas da missão cubana cita um exemplo quando lhe pergunto qual foi a sorte dos bazares da Cida-



de Velha, lugares fascinantes que, em diferentes anos, encontrei sempre tranquilos, com uma atmosfera tão acolhedora que, mesmo ao anoitecer, dava longos passeios pelas ruelas do bairro, com uma sensação de total segurança.

«O bazar do dinheiro — informou — onde se transacionavam todas as moedas do mundo — do dólar ao escudo — foi atacado por um tanque. Roubaram todas as notas que encontraram e depois arrasaram as lojas dos cambistas. Foi o fim de uma época».

O bazar dos tapetes — que assombrava os visitantes estrangeiros pela atmosfera — foi também destruído. Estava a dois passos da Avenida Maiwand, cujo nome recorda a batalha em que um príncipe afegão infligiu uma derrota memorável aos ingleses durante a segunda invasão do país pelo exército imperial britânico.

A moral do imperialismo

Em Kabul morreram nas últimas semanas — numa guerra de bandos, sanguinária e totalmente irracional — mais pessoas do que em Sarajevo nos últimos seis meses.

Gulbuddin Hekmatyar, o chefe da Hesbe-i-Islami, o fanático fundamentalista que em Kunduz mandou decapar os seios às mulheres que não usavam o tchadari (peça de roupa que cobre todo o corpo, da cabeça aos pés) gaba-se da autoria das chacinas que conferem ao massacre timorense de Santa Cruz a dimensão de episódio irrelevante. Afirma que reduzirá Kabul a cinzas se não lhe entregarem o poder.

O governo de Rabani, pelo seu lado, ordena que todas as mulheres que exerçam cargos públicos sejam despedidas.

Entretanto, não há notícia de preocupação especial dos governos dos EUA, da Grã-Bretanha e da França com o rumo dos acontecimentos no Afeganistão. De Washington a Paris fecha-se mesmo os olhos aos vexames infligidos pelos mujahedines às missões diplomáticas ocidentais. Em momento algum o presidente George Bush admitiu a hipótese de um debate no Conselho de Segurança sobre a tragédia afegã. Nem no Pentágono nem no Departamento de Estado se fala dos crimes cometidos pelos bandos de organizações que, a partir de Abril, tomaram o poder no Afeganistão. Esse silêncio, essa indiferença são esclarecedores de uma atitude perante a história. Iluminam bem a moral política do imperialismo. Porventura a vida de um afegão vale menos do que a de um croata ou de um bósnaco?

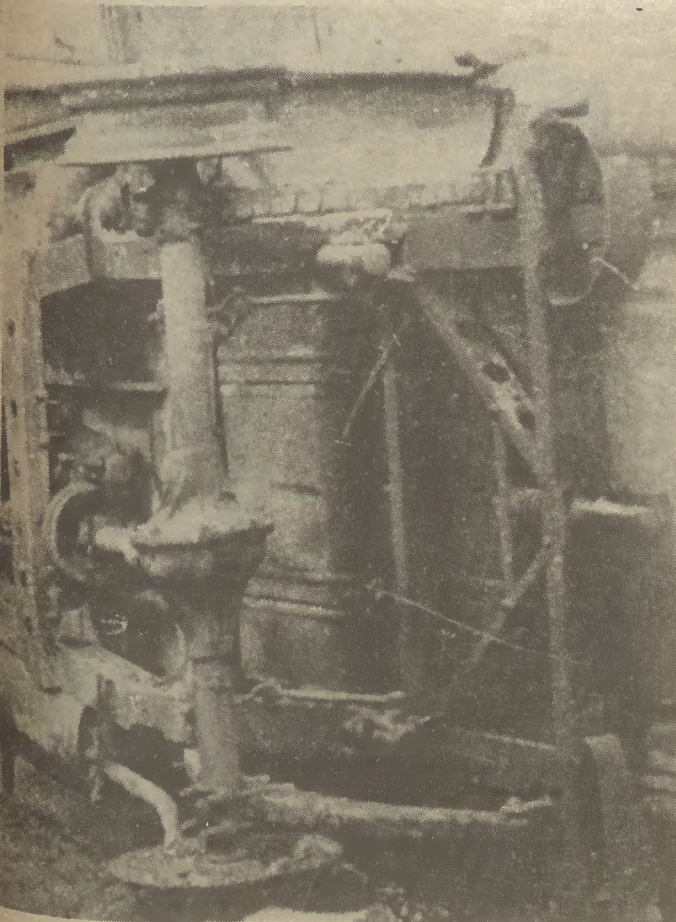
Durante mais de uma década, os EUA apresentaram-se como os campeões da defesa dos direitos humanos no Afeganistão. Lançaram uma torrente ininterrupta de acusações sobre a Revolução afegã e os seus principais dirigentes. Caluniaram uma geração de homens e mulheres que tudo fizeram, até aos limites do possível, para arrancar o seu país das trevas da Idade Média. Simultaneamente, os EUA financiaram e armaram as organizações



Loureiro dos Santos

Uma demissão com sentido

■ Miguel Urbano Rodrigues



cujos bandos mercenários lutavam para tomar o poder em Kabul e impedir o desenvolvimento da revolução democrática e nacional, modernizadora. Uma engrenagem de propaganda que impôs a sua versão como a única verdadeira aos meios de comunicação social internacionais, apresentou os mujahedines como heróis e os defensores da Revolução como criminosos, invertendo conscientemente as posições daqueles que eram personagens de um capítulo dramático da história contemporânea no Centro da Ásia. Dois presidentes, Reagan e Bush, não hesitaram em apontar como combatentes exemplares, que se batiam pela democracia, aqueles que entraram em Kabul não como libertadores mas como saqueadores. A praxis clarificou as coisas. Os falsos heróis, depois de obterem pela mão do imperialismo o que não conseguiram alcançar pelas armas, comportam-se como assassinos e bandidos. Em Kabul, actuam como o faziam os hunos no século V da nossa Era.

Imagem da «ordem» bushiana

«Kabul assemelha-se ao inferno, tal como ele surge na imaginação popular» — diz-nos o embaixador Ramón Hernandez.

É uma realidade verificada por jornalistas de muitos países. Mas nem por isso Washington toma a iniciativa de criticar os autores e os responsáveis dos monstruosos crimes que os mujahedines de variadas facções cometeram e continuam a cometer no Afeganistão. George Bush, embalado nas ilusões da sua grande política internacional, prefere ignorar a própria existência de Kabul. Para ele, é mais gratificante admitir a hipótese de uma intervenção militar na ex-Jugoslávia e renovar, sob múltiplas formas, a agressão ao povo do Iraque.

A contradição entre as duas atitudes é definidora — repito — da moral política do imperialismo.

Contou-me o embaixador Ramón Hernandez que no trágico balanço das destruições provocadas pelas hordas de bandidos que tomaram posse do Afeganistão emergem também perdas culturais irreparáveis. Em algumas províncias, o que restava da herança de grandes civilizações da Antiguidade desapareceu ou foi gravemente danificado pelo comportamento vandálico dos bandos mujahedines. Não foi somente em Kabul. Isso ocorreu nas planuras da Bactria, em Kapisa, em Herat, em Kandahar, em Jalalabad. O Afeganistão era um dos mais fabulosos museus arqueológicos da humanidade. Pedras, mármore e tijolos que transmitiam a memória do que ali fizeram os aqueménidas, os gregos, os mauryas, os kushans, os sassânidas, os gaznvidas foram, pela metralha, transformados em areia. Todo esse maravilhoso património, parcela da grande aventura criativa do homem, foi brutalmente golpeado.

O Afeganistão 92 oferece-nos uma imagem expressiva da Nova Ordem anunciada ao mundo pelo actual presidente dos Estados Unidos.

O pedido de demissão do General Loureiro dos Santos do cargo de Chefe de Estado Maior do Exército, na passada semana, independentemente das leituras e análises que se possam fazer em torno das suas motivações, levanta-nos desde logo duas reflexões.

A primeira tem a ver com a atitude do homem, pela pedagogia do exemplo de responsabilidade e coerência que encerra, numa sociedade em que a “política de sucesso” dos governos do capital tem conduzido à queda daqueles e doutros valores, e pelo flagrante e ilustrativo contraste com o despudor e a impunidade que em geral campeiam nos meios da governação, a começar no próprio Governo.

A segunda reflexão diz respeito ao menor destaque com que o facto foi tratado no conjunto da comunicação social afecta ao partido no poder, o que, não se explicando apenas, nem sobretudo, pela firmeza e serenidade que caracterizou a decisão do General, ou, muito menos, pelo intuito de evitar a desestabilização das instituições, só pode compreender-se pela tentativa de escamotear ou desvalorizar o significado político que a demissão encerra.

Isto dito, importa salientar que esta demissão, independentemente da vontade de Loureiro dos Santos, põe em causa a política do Governo PSD e do ministro Fernando Nogueira para as Forças Armadas. Mas, mais do que isso, traz uma vez mais para primeiro plano uma questão a que o Governo tem sistematicamente fugido, não porque não saiba a resposta mas porque não a quer assumir perante o País. Trata-se de saber que Forças Armadas queremos ter, ou, melhor dito, que Forças Armadas Portugal precisa.

Esta é uma das questões de fundo, centrais, com que está confrontada a sociedade portuguesa e que urge ser resolvida sob pena de o desfecho, que já se anuncia, nos bater na cara e ser doloroso.

E podemos colocá-la assim. Sendo certo que ninguém de bom senso ou com responsabilidade defende, para mais no quadro internacional em que vivemos, que Portugal não deve possuir Forças Armadas, duas grandes opções se colocam.

A primeira, umas Forças Armadas dimensionadas em função das necessidades de defesa da integridade do território e soberania nacional (sua missão básica) mas tendo em conta também os recursos efectivos do país, com suficiente capacidade de defesa militar autónoma e nela envolvendo a participação efectiva dos cidadãos através do Serviço Militar Obrigatório, previsto na Constituição, embora mais reduzido e sem prejudicar, ao contrário, a vida dos jovens.

A segunda, umas Forças Armadas sem qualquer autonomia própria, submetidas à vontade exclusiva do poder executivo e ao serviço da sua política, totalmente profissionalizadas, integradas em unidades multinacionais no quadro da NATO ou da UEO, sob comando e direcção estrangeiros, e sobretudo vocacionadas para o cumprimento de missões de natureza ofensiva e agressiva fora de áreas portuguesas (de que se contam já os exemplos do Golfo e da ex-Jugoslávia).

O Governo PSD escolheu claramente a segunda opção, sem estar para tal mandatado, nem por qualquer veredicto popular nesse sentido, nem pela Assembleia da República, nem, muito menos, pela Constituição, que acolhe expressamente um modelo de Forças Armadas em tudo identificado, como não podia deixar de ser, com o primado do interesse nacional.

Ninguém de boa-fé hoje contesta o, pelo menos aparente, sobredimensionamento da instituição militar, o carácter obsoleto do seu equipamento, a impreparação para o cumprimento de missões, a desarticu-

lação do seu funcionamento, o pioramento das condições do serviço nas unidades, a desmotivação daqueles que a servem.

Os responsáveis por esta situação devem ser procurados, em primeiro lugar, nos sucessivos governos de direita, nos governantes do PSD, partido que há nove anos seguidos vem sobraçando a pasta da Defesa. E essa responsabilidade do partido do Governo é tanto mais grave quanto não apenas não foram tomadas, ao longo dos anos, as medidas que se impunham para a necessária reestruturação, como se instilaram conscientemente na opinião pública sentimentos contra as Forças Armadas e se orquestraram verdadeiras campanhas visando denegrir a sua imagem aos olhos dos cidadãos. Isto é, o Governo “faz o mal e a carunha”.

O estrangulamento financeiro, por via dos drásticos cortes orçamentais, é a pedra angular da operação desencadeada pelo Governo com vista à liquidação das Forças Armadas para, sobre os seus escombros, erigir um verdadeiro “corpo expedicionário” ao serviço de interesses estrangeiros, e com custos financeiros incomparavelmente mais elevados do que o actual modelo (o Governo deveria esclarecer o País sobre quanto custa e quem irá pagar a projectada Brigada aerotransportada, bem como a operação de meios navais e aéreos como as Fragatas MEKO e os aviões F16).

Na mesma estratégia se insere a ofensiva da chamada “Lei dos Coronéis”, que para além de violentar a dignidade e atingir direitos adquiridos dos militares, se destina à redução forçada de efectivos. Não menos importante na linha dos objectivos do Governo é também, sem dúvida, a transformação da natureza e cariz popular das Forças Armadas, por via de um processo que conduz ao fim do SMO.

Parece cada vez mais certo que esta estratégia aplicada ao Exército pode ser-lhe fatal. Tratando-se, como se sabe, de um ramo em que predomina a componente humana, saltam hoje à vista os sinais de degradação da situação, tendência que se agrava dia a dia. A avaliar pelas situações que vão sendo do conhecimento público, tais como o fecho ou desactivação de Unidades, as perturbações causadas pela carência de pessoal, a escassez de verbas para alimentação, instrução, etc., os factores de crise são de tal ordem que o Exército corre o risco de se ver a braços com a circunstância de não garantir a operacionalidade dos escassos meios que tem para as missões constitucionais.

E a situação atinge as raias do caricato quando se conhece que o resultado da campanha de propaganda desenvolvida pelo Governo para angariação de voluntários se saldou, até agora, por um rotundo fracasso no Exército e nas Forças Armadas em geral.

Há razões para perguntar se o Governo devia desconhecer este resultado. Não dispunha o Ministério da Defesa de dados, propostas e estudos sérios mais adequados às características e realidades do País e das Forças Armadas? As respostas são óbvias e a consciência do seu alcance político alarga-se, inevitavelmente.

A não ser travada a política do Governo a situação nesta área terá tendência para o agravamento nos próximos tempos, com as sérias consequências que se advinham no plano político e social.

E fica no ar a interrogação (e o desafio): quem está disposto a assumir-se na História como coveiro das Forças Armadas Portuguesas?

O pedido de demissão do General Loureiro dos Santos é uma atitude com sentido.



ALEMANHA

Crise, bodes expiatórios

Rostock surge hoje como um momento e um nome crucial no desencadear da actual onda de violência dirigida por grupos neonazis contra os imigrantes. Imagens que nos chegam, de uma inaudita brutalidade, com a presença marcante de bandos de jovens e, por vezes, com o apoio de sectores das populações.

Porquê? — É a questão óbvia. Que está longe de ter uma resposta linear. No ambiente — sempre propício à perseguição de «bodes expiatórios» — de crise e gravíssimos problemas socioeconómicos, que hoje se vive na ex-RDA, há quem se esforce — deliberada e metodicamente — em alimentar velhos fantasmas e desencadear novas vagas de xenofobia.

Isto mesmo nos vai dizendo Peer Heinnelt, jovem alemão que esteve entre nós na Festa do «Avante!», activista do PDS, militante num movimento anti-racista que — até fisicamente, em acções de salvamento

directo de estrangeiros ameaçados — tem vindo a crescer contra a xenofobia e o neonazismo.

Antes do mais, Rostock não surge como acção desgarrada de jovens neonazis. «Tudo estava organizado», com a participação de «um muito conhecido dirigente nazi, Christian Worch», que inclusive «dirigia as operações e dava ordens» directas no próprio momento da agressão às instalações de refugiados.

Da acção da polícia — ou da sua inacção — as próprias imagens e os policiais feridos testemunham. Pura e simplesmente não se opôs à ofen-

siva dos bandos de agressores. O mesmo não se podendo dizer quando se tratou da «contramanifestação das forças de esquerda». Então, «muitos milhares de polícias fecharam os acessos, e exerceram um apertado controlo sobre os manifestantes».

Esta apenas uma das facetas da realidade.

Para Peer Heinnelt, a difícil situação económica na Alemanha de Leste, e o conseqüente desespero das pessoas, está a ser canalizado, «por diferentes forças políticas», contra «um bode expiatório — os estrangeiros». Neste quadro os skinheads não passam da força

manipulada por esses mesmos partidos para «o trabalho sujo».

«Trabalho sujo» por detrás do qual está mesmo a ajuda e a orientação de «nazis da velha guarda».

Por outro lado — e esta não é uma questão menor — a decisão das zonas de implantação dos refugiados é claramente política. A escolha recai, significativamente, sobre «zonas de situação económica difícil».

O ódio aos estrangeiros surge, assim, «naturalmente».

As condições de vida nos centros de refugiados são péssimas: cada quatro refugiados dispõem apenas de um espaço correspondente a 10 metros quadrados. Há 5/6 casas de banho por cada 400/500 pessoas. As próprias instalações não passam de barracões.

Acresce que aos refugiados é negado o direito de trabalhar.

Neste quadro, geram-se fenómenos como a sujidade nas ruas, a proliferação de pedintes e de roubos. E o ódio aos estrangeiros, propícios às acções dos neonazis.

O ciclo fecha-se, a violência fascista sai à rua.

E a quem serve?

Pergunta sempre oportuna, que leva Peer Heinnelt a lembrar duas leis alemãs, relativas a estrangeiros, e que têm vindo a dar alguma polémica.

A primeira diz respeito aos estrangeiros em geral.

Com base nessa lei, se «um trabalhador estrangeiro não pode provar que está empregado, ou tem direito à assistência



social, ou ainda dispõe de um espaço de habitação não inferior a 15 metros quadrados por pessoa, é expulso». O que na prática representa o aproveitamento da difícil situação económica dos imigrantes, ou para melhor explorar o seu trabalho, ou para os expulsar, conforme as conveniências.

A segunda lei tem a ver com a concessão de asilo político.

Pretende-se que a nova lei recuse o asilo político na Alemanha a refugiados que não tenham sido aceites em outros países da CEE. Significativamente não se quer tomar em consideração a lista de países em que há violação dos direitos humanos da responsabilidade da Comissão de Direitos Humanos da ONU.



Não ao racismo, fascismo, apartheid e sionismo

Centenas de pessoas manifestaram-se sábado nas cidades de Amsterdão, Roterdão Holanda, no âmbito da Marcha Internacional Contra o Racismo, que termina em 3 de Outubro no Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

Nas duas manifestações foram gritadas as palavras de ordem «Não ao racismo, fascismo, apartheid e sionismo».

Os manifestantes assinaram um pedido a favor da criação de um comissário europeu para a luta contra o racismo.

Os organizadores esperam recolher 500 mil assinaturas nos 12 países da comunidade nas próximas semanas, que serão posteriormente enviadas ao Parlamento Europeu.



e trabalho sujo

Antifascistas Velhos e novos movimentos

«Se há força que se prontifique a fazer frente aos bandos nazis e a defender os centros de refugiados — essa força está nos grupos independentes antifascistas», diz-nos Peer Heinelt, com o entusiasmo das experiências vividas.

Com estes grupos independentes, o PDS, como organização partidária, e por isso mais estruturada, desempenha o papel de parceiro democrático.

«A cooperação entre nós funciona muito bem», faz questão de sublinhar o nosso interlocutor, que refere exemplos concretos — para além da acção conjunta contra os bandos nazis.

Friedrichshain, um dos bairros de Berlim Oriental, é um desses exemplos. Nesse bairro, e através dos representantes do

PDS, grupos de jovens que se organizam e vivem em comunas, em prédios devolutos que ocuparam (o problema da habitação é particularmente grave entre os jovens), puderam falar dos seus problemas e defender as suas opções em Assembleia de Freguesia.

O movimento antifascista, fundamentalmente jovem e muito activo, vai-se afirmando na ex-RDA.

Do lado Ocidental, as organizações e grupos especificamente antifascistas e anti-

-racistas têm uma mais longa história.

«É um movimento muito antigo», diz-nos Peer Heinelt, e que se fortaleceu e desenvolveu no pós-guerra, à medida que «do lado Ocidental, rapidamente se iam restituindo cargos de grande importância a anti-gos nazis».

E os exemplos sucedem-se.

Heinrich Lubke, que ascendeu mesmo à presidência, participou no planeamento dos campos de concentração.

Um dos grandes monopólios da indústria química, a IG Farben, tinha uma implantação directa no campo de concentração de Auschwitz, onde aproveitava do trabalho forçado dos prisioneiros.

Este grupo, nunca foi desmantelado, e as acções directamente transmitidas para outros grandes grupos como a Bayer, Basf e Hoechst.

No domínio da Justiça, enquanto na RDA 90% dos juízes ligados aos nazis foram afastados, na RFA nem 10%.

Factos que explicam e alimentaram a tradição antifascista da parte ocidental. E que sem dúvida algo terão também a ver com a política condescendente hoje seguida em relação aos bandos neonazis, ou as coincidências entre interesses ligados à implementação de novas leis de estrangeiros e as acções e a violência dos grupos contra eles dirigidas.



Violência no dia-a-dia

Dez mortos e mais de 700 feridos, é o balanço, limitado, das vítimas da violência racista na Alemanha. Em 1991, registaram-se cinco vezes e meia mais actos de violência que no ano anterior. As vítimas são os estrangeiros em albergues, à espera da concessão de asilo político. No mesmo momento em que, ao nível de poder, se trabalha para alterar exactamente a lei de asilo político, tornando-a mais restritiva.

Numa tentativa de dar uma pálida ideia do peso que hoje a violência racista já assumiu na Alemanha, aqui alinhamos um punhado de notícias referentes a este mês de Setembro.

● 3 Setembro

Um prédio utilizado por estrangeiros à espera de asilo foi esta madrugada destruído por um incêndio criminoso em Ketzin, Bradenburgo, mas os seus 44 ocupantes puderam ser evacuados, disse a polícia de Potsdam.

Três jovens, dois deles detidos esta manhã, lançaram uma bomba incendiária contra o edifício. Os estrangeiros foram recolocados num pavilhão desportivo da zona.

Desde há uma semana, são assinalados todas as noites ataques contra edifícios albergando estrangeiros à procura de asilo na Alemanha. Os incidentes seguem-se aos graves motins xenófobos de Rostock, que duraram cinco noites, na semana passada.

● 7 Setembro

Ocorreram esta madrugada ataques em Halle contra um edifício abrigando vietnamitas. Entre 17 e 20 desconhecidos lançaram bombas incendiárias contra o prédio, provocando um incêndio. Nove pessoas ficaram feridas e 15 refugiados tiveram que ser evacuados.

● 9 Setembro

Um grupo de 50 extremistas de direita atacou esta madrugada pela segunda noite consecutiva um edifício onde estão instalados estrangeiros à procura de asilo, em Quedlinburg, perto de Magdeburgo.

● 12 Setembro

Pela quinta noite consecutiva, mais de 100 militantes da extrema-direita tentaram tomar de assalto o centro de refugiados de Quedlinburg, na região de Sachsen-Anhalt.

Algumas dezenas de militantes do partido «Os Verdes», que tinham montado uma vigília de protecção diante do centro, onde se abrigam os estrangeiros, foram atingidos por projecteis lançados pelos assaltantes provocando quatro feridos.

Em Hemmsbach, região de Baden, duas crianças, de quatro e seis anos, ficaram feridas na sequência de fogo posto, arma preferida pelos neonazis quando não dispõem de grandes grupos de choque.

Em Mecklemburg-Vorpommern, no Norte do país, a polícia registou mais três ataques em outras tantas localidades contra centros de acolhimento de estrangeiros.

● 19 Setembro

Centros de acolhimento de estrangeiros foram de novo alvo de ataques racistas durante a madrugada. Os incidentes mais graves ocorreram no Land de Mecklembourg-Pomerania, onde um edifício de Schwérin, a capital, foi atacado por 50 skinheads.

Incidentes semelhantes ocorreram em Bernsdorf, Joerdendorf, Rostock-Kroepelin e Wismar.

● 20 Setembro

Em Wismar, no litoral Norte, pela sexta noite consecutiva, extremistas de direita gritando frases racistas e xenófobas lançaram bombas incendiárias contra a polícia que protegia um centro para candidatos ao asilo. Foram detidas 30 pessoas.

Ataques com bombas incendiárias foram também noticiados contra edifícios de estrangeiros à espera de asilo na região de Stendal. Em Kloetze, um incêndio provocado foi rapidamente extinto. Uma dezena de jovens, com pistolas de alarme, facas e paus, foi levada para uma esquadra de polícia.

Em Geisenheim, no Hesse, um dos 80 habitantes de um centro para estrangeiros à procura de asilo atacado com bombas incendiárias ficou intoxicado pelo fumo do incêndio que deflagrou. Incidentes semelhantes ocorreram esta noite em Ratisbonne, Baviera.

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Aventuras em beleza

Em beleza, o Zezé logo após o banzé, depressa deu ao pé. Está são e salvo, olé, passaporte até. Viva S. Barnabé!

E assim se canta na Sé.

Tantos fundilhos a arder...

Lavram incêndios, mais e mais. Alastram as tragédias e os sarilhos. Ardem matas, pinhais ardem muitos fundilhos.

O Professor diante dos fundilhos usa todos os meios, mais e mais para apagar o fogo dos fundilhos e deixa arder as matas e os pinhais...

O canto do Couto

Vou-me casar. Quem quiser umas prendas me oferecer, vou dizer mais a preceito coisas que me fazem jeito.

Coisas modestas, sim senhor.

Eu sou trabalhador e sei, pelos meus modos, que a vida custa a todos.

Quero um faqueiro de mil contos. Um serviço da Vista Alegre: um milheiro ou mais do que isso.

Copos de rei Midas para reais bebidas. E mais uma terrina. Tem de ser coisa fina, noventa contos. Claro, digam-me lá, é caro?

Coisas baratas? Sou sincero. Faço isto enfim porque naquele dia o que eu mais quero é ter os amigos ao pé de mim a comer e a beber.

E vou ter, e vou ter...

Sejamos lógicos!

Clínicas privadas foram encerradas.

Porquê o edital? Porque se diz que funcionavam mal.

Medidas fulminantes também, sobre os restaurantes.

Porquê? Porque a comida estava imprópria para ser comida.

Serviço mau? Comida má? Castigo certo. Mas porquê este governo está aberto?

Então não lacram esta bambochata? Então a lógica é uma batata?...

■ IGNOTUS SUM

Quem votou o quê

Muito se falou e ainda vai falar de Maastricht — apetece dizer «até à derrota final» do malfadado Tratado. Mas não se resiste a dar notícia, de que muito provavelmente e comunicação social portuguesa em geral não fará eco, da apreciação sociológica do Não que reuniu quase metade dos votos franceses. O jornal «Le Monde» foi aos resultados, leu-os e diz, nomeadamente, na sua edição da passada terça-feira:

«A França da crise e dos subúrbios corresponde à geografia da classe operária que se pronunciou maioritariamente contra Maastricht»
E mais adiante:

«As cidades que sofrem um declínio também escolheram o Não. O seu mapa confunde-se em parte com o mapa da França rural.»
E ainda:

«Entre as cidades que mais maciçamente rejeitaram Maastricht, aquelas que foram atingidas pelo encerramento de empresas encontram-se em lugar destacado.»

Mais:

«O mapa de desemprego e o do voto Não justapõem-se largamente». Ou por fim: As cidades em que o Não é maioritário «são aquelas em que toda ou uma parte da população conhece ou está à beira da pobreza, ou mesmo da miséria».

Este foi o voto dos que trabalham ou não o podem fazer, dos que — dizemos nós — sofrem as consequências da política dos monopólios, dos que menos vão nas balelas da propaganda dos serventuários dos monopólios.

De que lado esteve o voto

Mas outras lições pôde o jornal «Le Monde» tirar da leitura dos votos. Não se limitando a «lê-los» do ponto de vista estritamente sociológico, abordou uma leitura política. E que concluiu? Terá, como alguns, achado que o Não era um voto de Le Pen, caído do bolso da extrema-direita, da xenofobia e dos valores mais retrógrados? Nada disso. «Le Monde» conclui no sentido inverso — o de que o Não foi um voto maioritariamente de esquerda, pese embora o empenhamento de Mitterrand e do PSF na campanha pelo Sim: «A maior parte dos departamentos que votaram Não» — escreve «Le Monde» — faziam parte daqueles que, em 10 de Maio de 1981, deram os seus votos a François Mitterrand. Ainda em 24 de Abril de 1988, na primeira volta das eleições presidenciais, situavam-se entre os que haviam dado uma maioria de votos aos candidatos da esquerda, da extrema-esquerda e dos ecologistas, antes de apoiarem Mitterrand na segunda volta de 8 de Maio. A comparação com 1981 é particularmente impressionante: os departamentos que lideram o Não são os que massivamente votaram pelo candidato da esquerda contra Valéry Giscard d'Estaing»...

Trate-se

António Barreto é um dos mais desqualificados políticos da cena portuguesa. O seu nome ficou indissolúvelmente ligado à primeira grande ofensiva contra a Reforma

Agrária, conduzida ao serviço do latifúndio por um governo que se intitulava socialista; desde sempre, a sua face tresloucada, o seu discurso esgazeados se fixaram no nosso país como um padrão de um porte doentio e irreflectido na política; as suas constante flutuações, que o conduziram de militante do PCP a exaltado maoísta, daqui a dirigente do PS com responsabilidades directas na sua política de direita e, dentro do próprio PS, ao constante saltitar entre tendências e facções, transformaram-no para a opinião pública na imagem mesmo da ambição sem princípios, do frenesim do poder a qualquer preço. As constantes traições a amigos e companheiros, o público saltitar de esquerdista para o PS, de soarista para sampaísta, de sampaísta para guterrista, as suas cambalhotas, traições, facadas nas costas, fazem dele, seguramente, uma das mais desqualificadas imagens da classe política portuguesa. Não surpreende portanto a sua assinatura num texto de que se pode dizer que raras vezes se terá publicado em Portugal outro tão odientamente adjectivado, tão imbecilmente alinhado e tão inutilmente escrito como o que recentemente o «Público» inseriu, em significativas parangonas, sobre Álvaro Cunhal e Salazar. Linhas sem a grandeza da análise política, sem a objectividade da análise científica, sem a audácia da descoberta jornalística, sem a dignidade de uma visão humana. Apenas o ódio soez de uma mente doente, o desespero estéril de um político derrotado. Não é um problema político, muito menos de ideias. É tão-só um caso clínico.

frases da Semana

«Não é uma porção de terra, um bocado dos Montes Golan, que vai resolver os problemas do povo palestino.»

✎ (Jamil Hilal, director do Departamento de Informação da OLP — «O Jornal», 18.09.92)

«Todos os ministérios metem alguma água...»

✎ (Azevedo Soares, ministro do Mar — «O Diabo», 22.09.92)

«Casar com o líder dos trabalhadores não significa ter que fazer a festa na Feira Popular com bacalhau à lagareiro.»

✎ (Maria Antonieta Torres Couto — «O Jornal», 18.09.92)

«O sucesso de uma Europa unida poderia ser o ponto de partida e a inspiração salvadora para uma nova arquitectura transnacional, onde cada vez mais as nações terão de juntar destinos e interesses comuns para poderem resistir às pulsões da desordem e da barbárie.»

✎ (Vicente Jorge Silva, — «Público», 20.09.92)

«Como em França, a Europa foi para o mundo triste do medo, do ressentimento e do provincialismo português um bode expiatório, mas também um saudável momento de verdade. Os saudosistas das frentes nacionais do antifascismo juntaram-se no mesmo banco dos nostálgicos da ordem antiga.»

✎ (Idem)

«O pior de tudo a que estamos a assistir é esta irracional exaltação das fronteiras, das especificidades culturais (porque não étnicas?!), do chauvinismo, da soberania nacional! Ainda bem que existe a Comunidade! Se não, onde nos levariam os Tudjman e os Milosevic domésticos? Pode parecer excessivo, mas é disso que se trata. Há quem queira transformar a Europa numa «imensa Jugoslávia». Dizendo sim a Maastricht é a esses que nos opomos.»

✎ (José Barros Moura, — «Público», 20.09.92)

«(a posição da Plataforma de Esquerda) não foi precedida do indispensável debate interno, aliás decidido em Julho passado, não dispondo por isso, a Comissão Coordenadora, de indicadores que a levem a concluir ser a maioria dos membros da associação favoráveis ao Sim.»

✎ (do comunicado do Núcleo do Porto da P. E. — «Público», 22.09.92)

«O Salazar era um cinéfilo...»

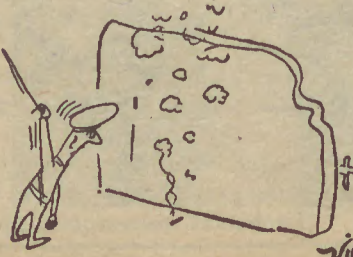
✎ (António Lopes Ribeiro — «O Diabo», 22.09.92)

«Miguel Cadilhe foi o melhor ministro das Finanças depois do Dr. Salazar.»

✎ (Ludgero Marques, da Associação Industrial Portuguesa — «TSF», 19.09.92)

«A extrema-direita não merece respostas muito longas em entrevistas com gajos como eu, precisa de respostas políticas práticas.»

✎ (João Aguardela, dos «Sitiados» — «O Jornal», 18.09.92)



Reuniões e plenários

• LISBOA

Encontro Nacional de Quadros Professores: sábado, dia 26, a partir das 10.30, no Centro de Trabalho Vitória.

Plenário de militantes Reformados da Cidade de Lisboa, aberto a amigos e simpatizantes do Partido, para discussão da situação política e social e da participação do sector nos trabalhos preparatórios da VI Conferência Nacional do MURPI e do XIV Congresso do PCP. Na terça-feira, dia 29, das 14.30 às 17.00, no Centro de Trabalho Vitória.

• MALVEIRA DA SERRA

Reunião de militantes e amigos da localidade: sábado, dia 26, a partir das 18.00, na Cooperativa COOMARCAR (Caminho do Uru-guai).

• ALCABIDECE

Reunião de militantes e amigos do Bairro da Cruz Vermelha: sexta-feira, dia 25, às 21.00, na casa do camarada Figueiredo (Lote 3, r/c Esq.)

• SÃO DOMINGOS DE RANA

Plenário de camaradas Reformados: hoje, dia 24, no Centro de Trabalho de Tires, às 15.30.

• CASCAIS

Lanche-convívio de camaradas e amigos do concelho, nomeadamente dos que participaram na Festa do «Avante!». No centro de Trabalho de Cascais, domingo, dia 27, a partir das 16.00, com a participação do camarada Romeu do Rosário.

Agenda



Álvaro Cunhal

é o convidado do programa «De Caras»

Terça, 29, a partir das 23h
RTP — Canal 1

EXCURSÃO



DIA 4 DE OUTUBRO

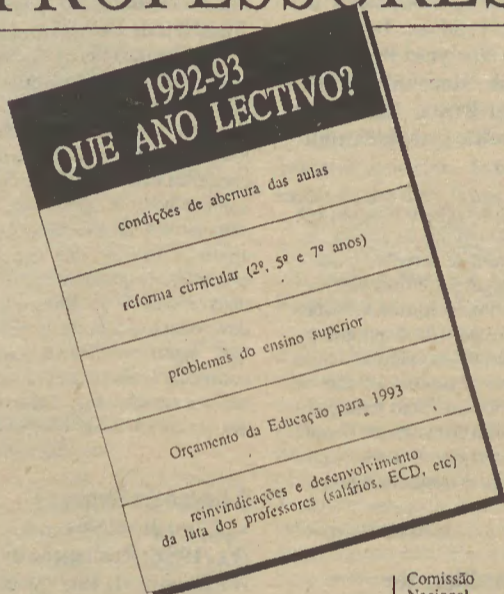
VISITANDO VILA FRANCA DE XIRA, CORUCHE, MONTEMOR-O-NOVO, ÉVORA, MONTIJO, ETC..

PREÇO: 1.500\$00

PARTICIPA!
INSCREVE-TE NO CENTRO DE TRABALHO DO LARANJEIRO (PRACETA CONDE CASTELO MELHOR Nº 16 D - TELEF.: 2200941)

A COMISSÃO DE FREGUESIA DO LARANJEIRO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Encontro Nacional de Quadros PROFESSORES



SÁBADO, 26 de Setembro 1992
10.30 horas
CENTRO DE TRABALHO VITÓRIA
Av. da Liberdade, 170 - Lisboa

Comissão Nacional de Professores do Partido Comunista Português

Carlos Carvalhas na R. A. da Madeira

Sábado:

• **Encontro com Mulheres. Debate: «A participação da Mulher na Sociedade»**

No CT do Funchal, às 17h

Domingo de manhã:

• **Encontro com as populações no Concelho de Câmara de Lobos**

Domingo, às 14.30h:

• **Encontro com agricultores no Carriço**

Domingo, às 17h:

• **Sessão de apresentação dos candidatos da CDU pelo Funchal**

No Hotel Orquídea



Sorteio da EP

1.º Prémio — 243 631

2.º Prémio — 210 582

3.º Prémio — 49 328

Os prémios — uma viagem à Tunísia para duas pessoas; uma câmara de vídeo; 50 contos em livros, respectivamente — podem ser reclamados, contra a apresentação da EP respectiva, nas instalações

da Avenida António Serpa, 26, 2.º Esq., em Lisboa, durante as horas de expediente. Os premiados deverão apresentar-se munidos de documento de identificação pessoal

QUINZENA CUBANA

de 12 a 27 de Setembro no Restaurante-Bar



Durante a realização da quinzena haverá:

- Gastronomia cubana — almoços e jantares
- Exposições — pintura, artesanato e tapeçaria
- Bebidas servidas por um barmen cubano
- Música latino-americana

Rua do Conde, 21 a 27 (à Rua das Janelas Verdes) 1200 Lisboa Tel. 397 89 98

Fim do Ano em Cuba

O CCPC promove, em colaboração com o Movimento Cubano para a Defesa e Soberania dos Povos, uma viagem de Fim-de-Ano a Cuba que inclui visitas às regiões de Havana, Cienfuegos e Varadero e um programa político-cultural organizado. Cada viagem custa 200 000\$00, incluindo passagem de avião e alojamentos em hotéis.

Informações e inscrições no CCPC à Rua Rodrigo da Fonseca, 56, 2º, 1200 Lisboa, tel. 3863375/6.

EXPO'92 SEVILLA

EXCURSÃO 2-3-4-5/OUTUBRO

1º DIA — LISBOA/MONTE GORDO

— Partida às 14 horas do CT Vitória: Auto-Estrada do Sul. Continuação da viagem por Alcácer do Sal, Ourique, Ferreiras, Monte Gordo. Alojamento.

2º e 3º DIAS — MONTE GORDO/HUELVA/SEVILHA/MONTE GORDO

Partida para Sevilha às 8 horas. Chegada às 10 horas. Entrada no Recinto da Expo/92. Dia livre para iniciativas individuais. Às 23.15 horas partida para Monte Gordo. Chegada ao alojamento à 1.00 hora.

4º DIA — MONTE GORDO/LISBOA

— Regresso às 13.45 horas. Chegada prevista às 19.30 horas.

PREÇO POR PESSOA

- C/1 Entrada na Expo/92..... 29 500\$00
- C/2 Entrada na Expo/92..... 35 300\$00

O preço inclui:

- Transporte em moderno Autocarro de Turismo com ar condicionado até ao local da Expo/92 e regresso;
- Alojamento no Aldeamento Turístico da Retur;
- Pequenos-almoços;
- Entrada (1 ou 2 bilhetes conforme a opção) para a Expo/92, nos 2º e 3º dias;
- Visita à cidade de Sevilha.

Restam poucos lugares!

Noites do Vitória

Música ao Vivo à sexta-feira à noite no Terraço
Esta semana: Som de África

A Comissão Instaladora do MUSEU DO NEO-REALISMO

Organiza na

Sociedade Nacional de Belas Artes

Rua Barata Salgueiro, 36



LEÃO PENEDO

50 ANOS NA FICÇÃO E NO CINEMA

1942 - 1992

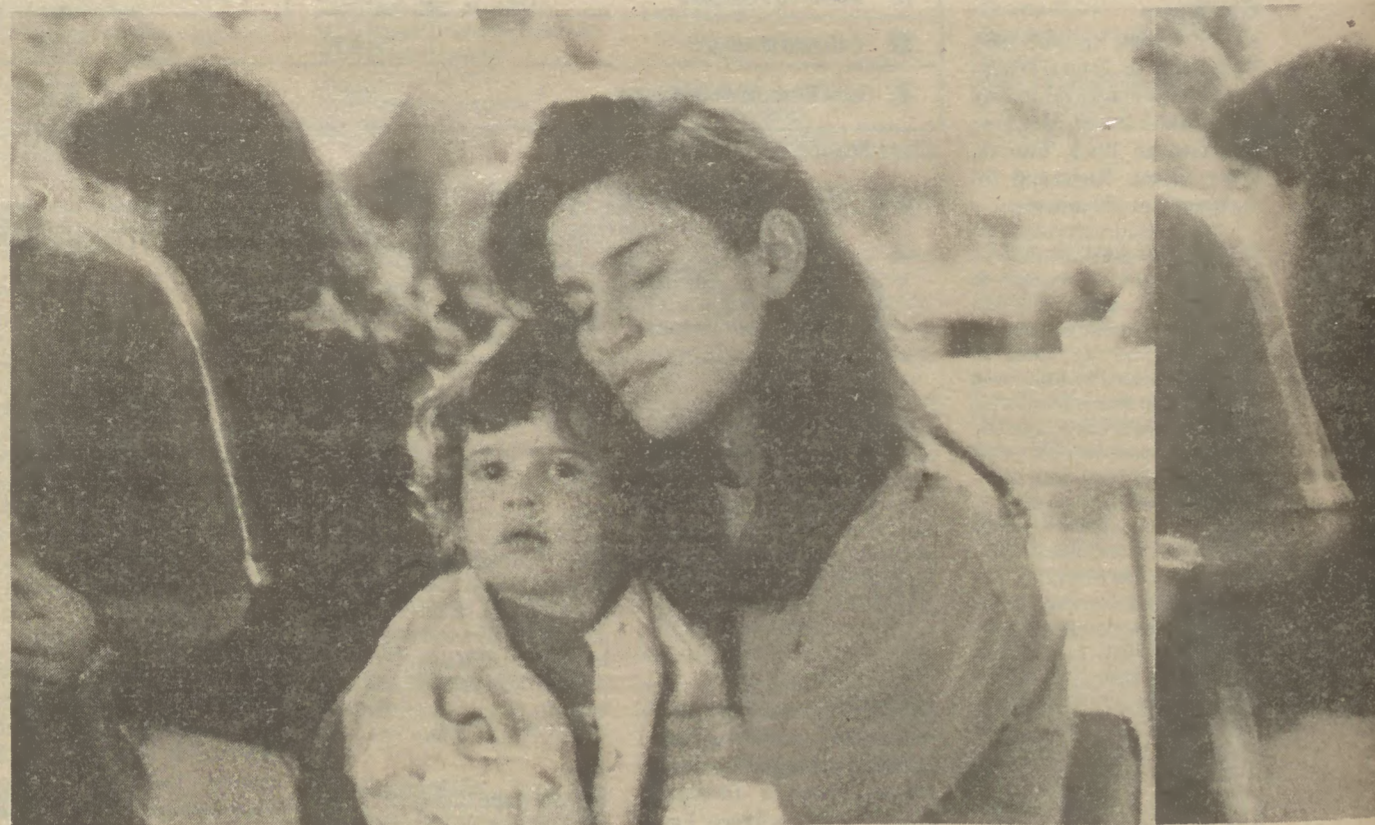
PROGRAMA

15 a 27 de Setembro

Exposição Documental

Exibição em vídeo de filmes argumentados por Leão Penedo

FOTOS



da festa *de* **avante!**



É certo que a Festa fica na memória por longo tempo, pelo menos até que outra venha inventar novas imagens. É certo que as imagens da última estão ainda bem vivas, da recordação de três dias fraternalmente vivi-

dos na Quinta da Atalaia. Mas quem disse que as fotografias eram só para guardar memória? Elas servem, aqui e agora, apenas para confirmar essa alegria, esse calor solidário, essa Festa verdadeira. Enquanto a próxima não vem...

FOTOS DE ● **Jorge Caria**
● **Januário Trigo**
● **Carlos Nabais**
● **Gonçalo Pereira**



a talhe de FOICE

À tangente

Muito antes que os franceses tivessem referendado o Tratado de Maastricht com um *Sim* à tangente, já uma série de factos que envolvem e influenciam as questões relativas ao Tratado se vinham tornando claras. Uma delas é a constatação de que, em lugar de ser um instrumento de união entre os povos da Europa, o Tratado divide os europeus e acirra as tensões entre os interesses nacionais. Outra, será a de que o debate, onde se tem realizado minimamente, não só não tem sido verdadeiramente livre, democrático e esclarecedor mas, sobrecarregando os eleitores de informação falseada sobre as bondades de Maastricht e escondendo-lhes os perigos, pretende manipular-lhes as consciências e o voto. Outra ainda: apesar do verdadeiro bombardeamento manipulador da informação, os resultados obtidos contrariam curiosamente as expectativas «optimistas» dos partidários do *Sim*. Em França não foi possível esconder que foram no essencial os trabalhadores — e os desempregados — quem maioritariamente se pronunciou a favor do *Não*.

Outra das questões que se clarifica à medida que se aproxima o prazo para que todos os países da Comunidade ratifiquem o Tratado é a do tratamento dado pelos partidários do federalismo a cada um dos referendos, segundo a importância atribuída — por eles — a cada país membro. Se se trata da Dinamarca, pequeno país, ela que saia da Comunidade que não faz cá falta. Se se trata da França, seria «impensável» um *Não*...

Os referendos e as sondagens revelam ainda que se cava a distância entre os povos e os «representantes» eleitos dos povos, nomeadamente em matéria tão delicada e «estruturante» como é o Tratado de Maastricht.

Temos assim — e poderíamos certamente acrescentar a este rol outros factos — que Maastricht se apresenta na Europa como factor não de aproximação, de cooperação, de pacificação entre os países que hoje, ainda, integram a Comunidade.

Já na Festa do «Avante!», num debate em que participaram representantes dos partidos comunistas e de forças progressistas europeias, o camarada Octávio Teixeira tinha chamado a atenção para o facto. «Maastricht divide os povos ao meio», disse o dirigente comunista, aludindo à opinião dividida sobre o tema que os europeus têm manifestado em diversos países. Para além de, do ponto de vista técnico e jurídico, o próprio Tratado ter «caído» logo ao registar-se o primeiro *Não*, o da Dinamarca, muito difícil será construir qualquer coisa de tão fortemente «unificador» sobre uma tão cavada divisão...

É uma divisão que não se manifesta apenas, entretanto, na opinião dos povos. Os próprios dirigentes dos Estados — e quanto mais fortes são estes mais fortemente a coisa salta à vista — têm uma atitude, na prática, contrária à sua propaganda em apoio do federalismo. Basta que vejam os seus próprios sistemas financeiros ameaçados por medidas tomadas por terceiros para que abandonem rapidamente o Sistema Monetário Europeu, peça fundamental da integração federalista. O exemplo vem da Grã-Bretanha, com a saída da libra. O exemplo pela negativa encontramos-lo por cá, com o Governo a recusar a desvalorização do escudo, apesar das queixas e protestos dos próprios empresários exportadores. A diferença de atitudes entre um Estado forte e um fraco tem aqui uma ilustração a calhar.

Resta saber se esta violenta pressão, que continua a ser exercida sobre os povos da Europa, não virá a ser desfavorável à construção de um verdadeiro espaço de cooperação e de paz, de justiça social e de aproximação cultural, com respeito pelas soberanias e pelas identidades nacionais. A manipulação e a falta de esclarecimento, por exemplo, levaram muitos franceses — como alguns comentadores insuspeitos admitem já — a votar «fora» do Tratado. Alguns disseram *Sim* «contra Le Pen»; outros contra o espectro da guerra; outros ainda «com medo da Alemanha». E, à excepção do brandir o espantinho da extrema-direita, a esmagadora maioria da comunicação social actuou como veículo de propaganda do *Sim*, negando espaço aos comunistas franceses ou desfigurando-lhes os argumentos. Tal como cá. Um maior esclarecimento e debate levaria certamente a um *Não* mais rotundo. E a uma menor divisão. E à recusa de um Tratado que não visa à cooperação livre entre os países, mas à criação de um superestado dirigido pelos monopólios e contra os interesses e aspirações dos povos.

■ LM

Encontros do PCP com delegações da COSATU e do PC do Chile

Uma delegação do PCP dirigida por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, e que integrava Domingos Abrantes, do Secretariado e da Comissão Política, recebeu terça-feira em Lisboa uma delegação da COSATU, central sindical sul-africana, dirigida pelo seu Presidente, John Gonomo.

A delegação da COSATU deu uma ampla informação sobre a situação na

África do Sul e sobre a luta dos trabalhadores e do povo sul-africano.

No encontro que decorreu num clima de amizade fraternal, a delegação do PCP informou sobre aspectos fundamentais da situação nacional, reafirmou a sua activa solidariedade com a heróica luta dos trabalhadores e do povo sul-africano contra o apartheid e por uma África do Sul democrática e não racial e expressou a sua

confiança de que, apesar das dificuldades e circunstâncias adversas criadas pela situação internacional, acabarão por alcançar os seus justos objectivos.

No mesmo dia, Jorge Insunza, membro do Bureau Político do Partido Comunista do Chile, encontrou-se em Lisboa com Álvaro Cunhal e ainda com Albano Nunes, membro do Secretariado, e

Manuela Bernardino, membro suplente do Comité Central. Nos encontros realizados foi efectuada uma ampla troca de informações e opiniões sobre a situação nos respectivos países e a actividade dos dois partidos e considerado que o fortalecimento das relações de amizade e solidariedade entre o PCP e o PCC é particularmente necessário dado o desenvolvimento da situação internacional.



Encontro com a COSATU



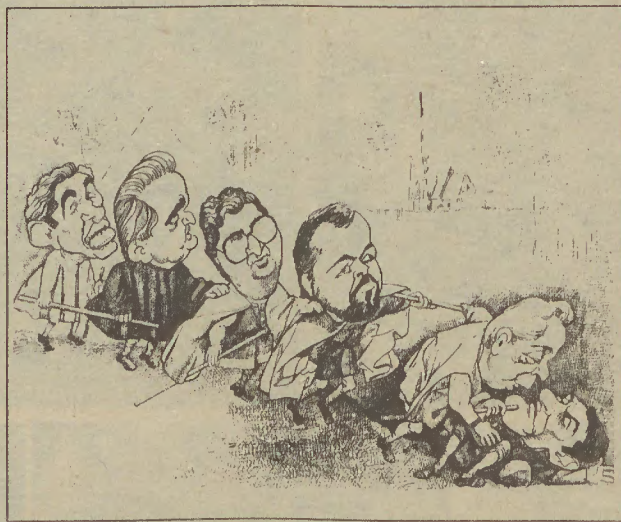
Encontro com o PCC

Baltazar em retrospectiva

Mestre Baltazar Ortega, ou simplesmente «Baltazar», como habitualmente aparecem assinadas as suas obras,

tem uma retrospectiva da sua obra em exposição na Galeria Municipal Palácio Anjos, em Oeiras, que desde esta semana pode ser visitada até ao próximo dia 11 de Outubro.

Mestre Baltazar Ortega (Prémio Especial Humor/92 do VI Salão Nacional de Caricatura) colaborou por diversas vezes nas páginas do «Avante!» assim como em algumas revistas/programas da Festa. Os seus desenhos estiveram em muitas páginas dos matutinos «o diário» e «O Seculo», onde trabalhou.



Retrospectiva de Baltazar em Oeiras

PCP propõe discussão sobre SME

O PCP propôs a convocação extraordinária para amanhã da comissão permanente da Assembleia da República a fim de debater os abalos a que tem estado sujeito o Sistema Monetário Europeu (SME).

Num requerimento entregue terça-feira ao presidente da Assembleia da República, o grupo parlamentar justifica o requerimento com «os realinhamentos de paridades que se registaram no SME e a suspensão da participação de algumas moedas no sistema».

Segundo os comunistas, tais ocorrências «têm inevitavelmente incidências sérias sobre o escudo e a economia portuguesa».

«A dimensão e gravidade dessas incidências justificam a análise da situação juntamente com o Executivo», afirmam os comunistas.

Carvalhas na Madeira

O Secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas, vai estar no próximo fim-de-semana no arquipélago da Madeira onde decorre a pré-campanha eleitoral para a Assembleia Regional.

Do programa da visita de Carvalhas consta, no sábado, às 17 horas, um encontro com mulheres da CDU no Centro de

Trabalho do Partido para um debate sob o tema: «A participação da Mulher na sociedade».

No domingo, Carlos Carvalhas visitará de manhã o Concelho de Câmara de Lobos e participará à tarde numa apresentação de candidatos da CDU pelo Funchal que decorrerá no Hotel Orquídea.

CDU **a VOZ que faz falta!**
PCP-PEV

CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV